

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**O LADO AMARGO DA CANA: ESTUDOS SOBRE TRABALHADORES
MIGRANTES NO SETOR SUCROENERGÉTICO NO PONTAL DO TRIÂNGULO
MINEIRO**



ARAÚJO ©

DANIEL FÉO CASTRO DE ARAÚJO

**UBERLÂNDIA
2018**

DANIEL FÉO CASTRO DE ARAÚJO

**O LADO AMARGO DA CANA: ESTUDOS SOBRE TRABALHADORES
MIGRANTES NO SETOR SUCROENERGÉTICO NO PONTAL DO TRIÂNGULO
MINEIRO**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia.

Linha de Pesquisa: Cultura, Identidades, Educação e Sociabilidade.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Magalhães Pinto Côrtes

Uberlândia
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A663I 2018

Araújo, Daniel Féo Castro de, 1981-

O lado amargo da cana [recurso eletrônico] : estudos sobre trabalhadores migrantes no setor sucroenergético no pontal do triângulo mineiro / Daniel Féo Castro de Araújo. - 2018.

Orientadora: Mariana Magalhães Pinto Côrtes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1374> Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Sociologia. 2. Biocombustíveis. 3. Agrocombustíveis. 4. Trabalho escravo. 5. Violência. 6. Migração interna - Brasil, Nordeste. I. Côrtes, Mariana Magalhães Pinto. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

CDU: 316

DANIEL FÉO CASTRO DE ARAÚJO

**O LADO AMARGO DA CANA: ESTUDOS SOBRE TRABALHADORES
MIGRANTES NO SETOR DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL DO
TRIÂNGULO MINEIRO**

Dissertação de Mestrado apresentado ao
Programa de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da Universidade Federal de
Uberlândia – UFU, como requisito para
obtenção do título de Mestre em Ciências
Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira

Prof. Dr. Edilson José Gracioli

Profa. Dra. Mariana Magalhães Pinto Côrtes

Uberlândia, dia 17 de dezembro de 2018

Uberlândia
2018

A minha mãe, Maria Regina Féo de Castro:
uma grande guerreira, a minha maior heroína.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Maria Regina Féo de Castro, pelo apoio incondicional, não somente na realização do mestrado, mas em todos os momentos da minha vida.

Agradeço o fundamental apoio e incentivo das minhas tias Lena Féo e Lourdes Féo.

Um agradecimento especial à Jordana Freitas, com muito amor e carinho se tornou uma parceira imprescindível e me deu muitas forças nos momentos difíceis.

Ao Camarada bolchevique Flávio Henrique, amigo muito especial. Gratidão por sua amizade, presença e apoio em tantos momentos difíceis.

Minha eterna Gratidão ao Jorge Luiz Marroni, Marli Silva Marroni, Luiz Augusto Silva Marroni, pois me receberam com todo carinho e fraternidade nos momentos mais difíceis em Uberlândia.

Aos amigos e companheiros de biblioteca Bruno e Giovana, grato por compartilhar momentos tão significativos!

Ao Mateus Verdú, amigo de tantos anos, parceiro que acompanhou minha trajetória acadêmica. Grato, amigo, por toda a força!

Ao Mario Lucio Garcez Calil, que sempre me incentivou a continuar meus estudos e caminhar para pós-graduação, grato amigo!

Agradeço a professora Doutora Flávia Carolina da Costa que compôs a banca de qualificação dessa dissertação.

À banca que participou da defesa, o Prof. Mirlei Pereira e ao o professor Edilson Jose Gracioll agradeço a participação e contribuição que os mesmos trouxeram para esta pesquisa.

À Pastoral do Migrante de Ituiutaba, em especial Irmã Lurdes, que faz parte da história das lutas dos trabalhadores (as) de Ituiutaba. A todos os nordestinos residentes em Ituiutaba, que gentilmente cederam um pouco de seu tempo para apoiar a pesquisa.

Agradeço a minha professora orientadora Doutora Mariana Magalhães Pinto Côrtes por ter me auxiliado no desenvolvimento dessa dissertação e por ter acreditado no meu potencial. Fonte inesgotável de meu respeito e admiração. Meus sinceros agradecimentos.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar as experiências dos trabalhadores migrantes nordestinos no setor sucroenergético no município de Ituiutaba-MG. Em termos mais específicos, o estudo procurou compreender a partir de dinâmicas sociais diversas, decorrentes do fluxo migratório após 1990, a busca se deu em desenvolver ao longo dessa pesquisa uma reflexão sobre os impactos da agroindústria canavieira na vida, e no trabalho dos cortadores de cana de origem nordestina. A proposta justifica-se pelo fato de a microrregião de Ituiutaba enfrentar nas últimas décadas um intenso movimento modernizador de seus territórios rurais por conta dos investimentos do agronegócio canavieiro focado na produção de commodities agrícolas para exportação, pautado na superexploração da força de trabalho e dos recursos naturais. O caminho investigativo transitou entre os contextos macro e microestruturais, imbricados, por um lado, através das relações de mediação do Estado e do mercado através da expansão territorial e do desenvolvimento do capitalismo e, por outro, das trajetórias socioespaciais na migração e das estratégias e recursos mobilizados nas relações do cotidiano, de parentesco, de amizade, de solidariedade, dos conflitos étnicos e identitários, de alteridade. A metodologia de tipo qualitativo fundamentou-se em entrevistas biográficas com trabalhadores atuantes no corte da cana, além da observação direta dos espaços de trabalho e de vida nos alojamentos dos trabalhadores e no bairro Novo Tempo II. Assim, foi possível compreender as relações existentes entre os Tijucanos “moradores naturais” e os denominados “alagoanos” (categoria emitida pelos tijucanos como um pejorativo denominado a todos migrantes do norte e nordeste de diferentes estados), pelos quais são homens, mulheres, pobres, e camponeses, que por meio da migração (sazonal ou permanente) deslocaram-se para o município de Ituiutaba em busca de melhores condições de vida, emprego, e trabalho realizado especialmente nas lavouras de cana-de-açúcar.

Palavras-chave: Setor sucroenergético; superexploração do trabalho; Violência Simbólica; migrantes nordestinos.

RESUMEN

Este estudio tuvo como objetivo investigar las experiencias de los trabajadores migrantes nordestinos en el sector sucroenergético en el municipio de Ituiutaba-Mg. En términos más específicos, el estudio enfocó comprender a partir de dinámicas sociales diversas, derivadas del flujo migratorio después de 1990, la búsqueda se dio en desarrollar a lo largo de esa investigación una reflexión sobre los impactos de la agroindustria caña de azúcar en la vida, y en el trabajo de los cortadores la caña de origen nordestina. La propuesta se justifica por el hecho de que la microrregión de Ituiutaba enfrenta en las últimas décadas un intenso movimiento modernizador de sus territorios rurales por cuenta de las inversiones del agronegocio cañero enfocado en la producción de desodoros agrícolas para exportación, pautado en la sobreexplotación de la fuerza de trabajo y de los recursos naturales. El camino investigativo transita entre los contextos macro y microestructuras, imbricados, por un lado, a través de las relaciones de mediación del Estado y del mercado a través de la expansión territorial y del desarrollo docapitalismo y, por otro, de las trayectorias socioespaciales en la migración y de las estrategias y recursos movilizados en las relaciones de lo cotidiano, de parentesco, de amistad, de solidaridad, de conflictos étnicos e identitarios, de alteridad. La metodología de tipo cualitativo se fundamentó en entrevistas biográficas con trabajadores actuantes en el corte de la caña, además de la observación directa de los espacios de trabajo y de vida en los alojamientos de los trabajadores y en el barrio Novo Tempo II. Así, fue posible comprender las relaciones existentes entre los Tijucanos "moradores naturales" y los denominados "alagoanos" (categoría emitida por los tijucanos como un peyorativo denominado a todos migrantes del norte y noreste de diferentes estados), por los cuales son hombres, mujeres, pobres y campesinos, que por medio de la migración (estacional o permanente) se desplazaron al municipio de Ituiutaba en busca de mejores condiciones de vida, empleo, y trabajo realizado especialmente en las labranzas de caña de azúcar.

Palabras clave: Sector sucroenergético; superexplotación del trabajo; Violencia simbólica; migrantes nordestinos.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Figura 1 – Agroindústria British Petroleum (BP)	46
Figura 2 – Agroindústria Laginha– Unidade Triálcool.....	48
Figura 3 – Agroindústria Laginha S/A – Unidade Vale do Paranaíba	49
Figura 4 – Os trabalhadores migrantes em frente ao Alojamento Horizonte	50
Figura 5 – Trabalhadores do corte de cana indo para Usina Triálcool	63
Figura 6 – Trabalhadores do corte de cana indo para Usina Triálcool	65
Figura 7 – Trabalhadores do corte de cana indo para Usina Triálcool	69
Figura 8 – Trabalhadores sendo levados para o eito	73
Figura 9 – Usina Laginha Agroindustrial S/A- Unidade Triálcool	75
Figura 10 – Trabalhadores do corte de cana indo para Usina Triálcool	81
Figura 11 – Trabalhador no final da jornada de trabalho na Usina Laginha	86
Figura 12 – Alojamento dos Trabalhadores cortadores de cana Triálcool.....	87
Figura 13 – Alimentação dos Trabalhadores cortando cana na Usina Triálcool.....	88
Figura 14 – Protesto dos trabalhadores contra o atraso dos salários nas agroindústrias canavieiras Triálcool e Vale do Paranaíba.....	92
Figura 15 – Artesanatos da Associação Comunitária do Bairro Novo Tempo II.....	133
Figura 16 – Artesanatos da Associação Comunitária do Bairro Novo Tempo II.....	133
Figura 17 – Artesanatos da Associação Comunitária do Bairro Novo Tempo II.....	133
Figura 18 – Artesanatos da Associação Comunitária do Bairro Novo Tempo II.....	133
Figura 19 – Supermercado Maia.....	134
Figura 20 – Produtos nordestinos comercializados no supermercado.....	135
Figura 21 – Produtos nordestinos comercializados no supermercado.....	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Milhares de Unidades de carros vendidos a álcool (1979-1985)	34
Tabela 2 – Produção de Álcool e Açúcar no período de Desregulamentação e Liberalização da economia brasileira	36
Tabela 3 – Quantidade de agroindústrias sucroalcooleiras no Brasil	36
Tabela 4 – Unidades de agroindústrias sucroalcooleiras no Brasil.....	38
Tabela 5 – Microrregião Geográfica de Ituiutaba: área plantada (hectares) e quantidade produzida (toneladas) de cana-de-açúcar	52
Tabela 6 – Porcentagem de alunos migrantes do norte e nordeste do país nas escolas municipais de Ituiutaba-MG.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da área plantada e colhida no município de Ituiutaba	53
Gráfico 2 - Demonstrará a quantidade produzida em toneladas no município de Ituiutaba	54
Gráfico 3 - Evolução das monoculturas em Ituiutaba (1990-2014)	55

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Microrregião Geográfica de Ituiutaba.....	16
Mapa 2 - Localização do Bairro Novo tempo II.....	108
Mapa 3 - Mapa de localização do Bairro Novo Tempo II.....	128
Mapa 4 - Mapa de distribuição dos alunos migrantes nas escolas municipais de Ituiutaba-MG.....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Apoio dos trabalhadores a mecanização	95
Quadro 2 - Tempo de trabalho no corte manual da cana-de-açúcar.....	97
Quadro 3 - Estado de origem do trabalhador migrante em Ituiutaba – MG	98
Quadro 4 - Distribuição da escolaridade dos trabalhadores que cortavam cana na Microrregião de Ituiutaba (MG)	99
Quadro 5 - Faixa Etária Dos Trabalhadores	100
Quadro 6 - Emprego dos trabalhadores que cortavam cana na Microrregião de Ituiutaba (MG).....	100
Quadro 7 - Rendimento atual mensal dos trabalhadores que cortavam cana na Microrregião de Ituiutaba (MG).	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAIs	Complexos Agroindustriais
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IDH	Índice De Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ITR	Imposto Territorial Rural
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PEA	População Economicamente Ativa
POLOCENTRO	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
OCC	Operações Oficiais de Crédito
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
FETAEMG	A Federação dos trabalhadores na agricultura do estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1	
1. AGRONEGOCIO CANAVIEIRO NO TERRITORIO BRASILEIRO	30
1.1 Implantação do Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL)	34
1.2 O etanol brasileiro	41
1.3 Algumas considerações sobre agricultura no Triangulo Mineiro	46
CAPÍTULO 2	
NARRATIVAS DE VIDA E TRABALHO NOS CANAVIAIS: O LADO AMARGO DA PRODUÇÃO CANA	58
2.1 Migração sazonal/ temporária	58
2.2 Precariedade das condições atuais de trabalho no eito da cana	63
2.3 Desafios e incertezas para os trabalhadores em Ituiutaba-MG	92
CAPÍTULO 3	
MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS PARA O MUNICIPIO DE ITUIUTABA, MG	106
3.1 Migração dos Cortadores de Cana para Microrregião de Ituiutaba	110
3.2 Paulo de Araújo	111
3.3 Dona Antônia	114
3.4 Lucia da Silva	116
3.5 Ana Lucia	118
3.6 Maria Tereza	120
CAPÍTULO 4	
MIGRANTES NORDESTINOS EM ITUIUTABA: AS RELAÇÕES SOCIAIS	123
4.1 O bairro	126
4.2 O lazer	135
4.3 Os outsiders no olhar dos tijucanos	139
4.4 A relação com as tecnologias	141
4.5 A educação escolar	143
4.6 O mundo do trabalho	145
CONSIDERAÇÃO FINAIS	152
REFERÊNCIAS	157
ANEXO 1 Termo de apresentação do pesquisador	168
ANEXO 2: Roteiro da entrevista	169
ANEXO 3: Questionário	171

INTRODUÇÃO

Desde o início do século XVI a cana-de-açúcar é produzida no Brasil, estando exclusivamente relacionada as demandas do mercado externo. O açúcar passou a ganhar importância na economia colonial durante os séculos XVI e XVII, período caracterizado pela historiografia de “Ciclo do Açúcar”. Neste período a Zona da Mata nordestina e o Recôncavo Baiano eram os principais polos de atividades vinculados ao cultivo da cana, seguidos por Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo (VIEIRA, 2017).

As modificações associadas a produção de cana-de-açúcar, desde a sua implementação no século XVI, influenciou e transformou as estruturas produtivas do setor e o uso do território pelos sujeitos relacionados a esse tipo de atividade econômica.

De acordo com Santos (2009), com a expansão desordenada dos canaviais e objetivando o desenvolvimento e controle da produção do açúcar no país, o Estado – no início da década de 1930 – criou o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e determinou cotas de produção da cana-de-açúcar por estado e por usina. Assim, a produção e o valor dos produtos (açúcar e álcool) passaram a ser regulados pelo IAA.

Foi também pelos desígnios do IAA que o álcool assumiu maior importância no cenário nacional, pois havia a preocupação de assegurar o equilíbrio interno entre as safras anuais de cana e consumo de açúcar, [...] os problemas como prejuízos causados pela especulação sobre os estoques desse produto, além do excesso da exportação poderiam ser contornados com a destinação de uma parte obrigatória da cana à fabricação do álcool (SANTOS, 2009, p.109).

Outro programa fundamental relacionado a política da indústria do açúcar e álcool foi o Proálcool, pois deu base para toda a infraestrutura necessária à indústria sucroalcooleira e voltou a ganhar evidência, sobretudo, a partir da década de 1970 com a abertura econômica e investimentos direcionados para este segmento, tanto de iniciativa pública como privada. Aos poucos o setor adquiria novos moldes, passando a cana-de-açúcar a ser vista não apenas como recurso para a fabricação do etanol, mas também como importante matéria-prima ao setor energético, dentre outras apropriações pelo capital.

O programa Proálcool foi criado durante o regime militar e tinha como projeto ampliar a produção do álcool como combustível e incentivar o seu

consumo nos carros fabricados no Brasil. O projeto foi responsável pela intensificação do cultivo da cana-de-açúcar no país e impulsionou a modernização da indústria por meio do alargamento das destilarias, permitindo assim o surgimento de novos financiamentos para que fossem implantadas mais destilarias. Com o Proálcool verificou-se um desenvolvimento tecnológico no setor da agroindústria canavieira, passou-se a consumir mais o álcool como combustível no país em detrimento da gasolina (LIMA, 2010).

Segundo Michellon (2008) o programa teve três etapas, sendo a primeira compreendida entre 1975 e 1979: valer-se de infraestrutura, inserindo destilarias anexas às usinas para a produção de álcool anidro como aditivo à gasolina. A segunda etapa, de 1979-1986, tem como mote o incentivo à produção de álcool hidratado que passará a ser prioridade dentro do setor para o consumo de veículos movidos exclusivamente a álcool. A terceira etapa, de 1986 ao final da década de 1990, ficou conhecida como desaceleração e crise do setor devido a uma série de fatores como a estabilização do preço do petróleo no mercado internacional; suspensão de financiamentos e corte de subsídios voltados ao setor promovendo desequilíbrio entre oferta e procura de álcool; priorização do açúcar em detrimento do álcool gerando a desregulamentação do setor e influenciando a ocorrência da liberação de preços e produtos para a livre concorrência.

Atualmente a produção da cana-de-açúcar e seus derivados colocam o Brasil em posição de destaque no mercado internacional. A entrada do capital externo está relacionada à consolidação do uso do etanol como fonte alternativa ao combustível fóssil no Brasil e apresenta forte tendência a sua aceitação no mercado internacional a partir da abertura de novos mercados, por exemplo, na União Europeia, Coreia do Sul, EUA, Japão e Caribe (Unica, 2011). Além disso, o país tem os menores custos de produção entre os principais competidores do mercado internacional e lidera o conhecimento da biotecnologia da cana, juntamente com a Austrália e África do Sul.

Fruto do desenvolvimento tecnológico no setor, o etanol de segunda e terceira geração¹, a produção de biopolímeros² (Macedo, 2007; Schenberg, 2010), a agroindústria canavieira passou a ser denominada “setor *sucroenergético*”³ com o alto nível de investimento tecnológico e diversificação crescente nos últimos anos. A cana tradicional, matéria-prima usada na fabricação de açúcar, teve seu aproveitamento ampliado para a produção do etanol e da bioeletricidade.

Os novos benefícios para desenvolver a produção, articulados no discurso da crise ambiental e crise energética, a reestruturação produtiva fundamentada em inovações tecnológicas e normativas, a nova espacialização da produção de açúcar, etanol, e energia, ganham alargamento nas áreas do Cerrado, marcam e definem um período de reorganização do setor e do território brasileiro (BACCHI, 2015).

Segundo Silva (2009) as transformações no setor da agroindústria canavieira acontecem desde o começo de 1990, início da desregulamentação do Proálcool, o que acarretou a livre concorrência dos preços em que os personagens do setor buscavam dar uma sobrevida ao programa. Assim, a retomada do crescimento no setor veio com a produção dos biocombustíveis e o etanol brasileiro passou a ser competitivo no mercado mundial.

De maneira especial, na última década, houve grande estímulo à produção de etanol, principalmente pelo surgimento dos veículos bicompostíveis (*flex*⁴) em 2003 e 2004, capazes de utilizar qualquer combinação de gasolina e etanol, o que elevou significativamente a demanda interna por etanol hidratado. Com a elevação do preço do barril de petróleo, a intensificação das discussões sobre o aquecimento global e o papel dos combustíveis fósseis na problemática ambiental gerou-se uma alteração decisiva sobre as perspectivas do setor *sucroenergético*.

¹ Os biocombustíveis para transportes podem ser categorizados como de primeira geração, composta de culturas alimentares (trigo, cana-de-açúcar, beterraba e sementes oleaginosas), de segunda geração, composta por materiais lignocelulósicos (palha de cereais, colmos de milho, etc.), e os de terceira geração, composta por algas (McCormick, 2010).

² São materiais biocompatíveis e biodegradáveis que têm por objetivo substituir parcial ou totalmente o uso de plásticos de origem petroquímica (Schenberg, 2010).

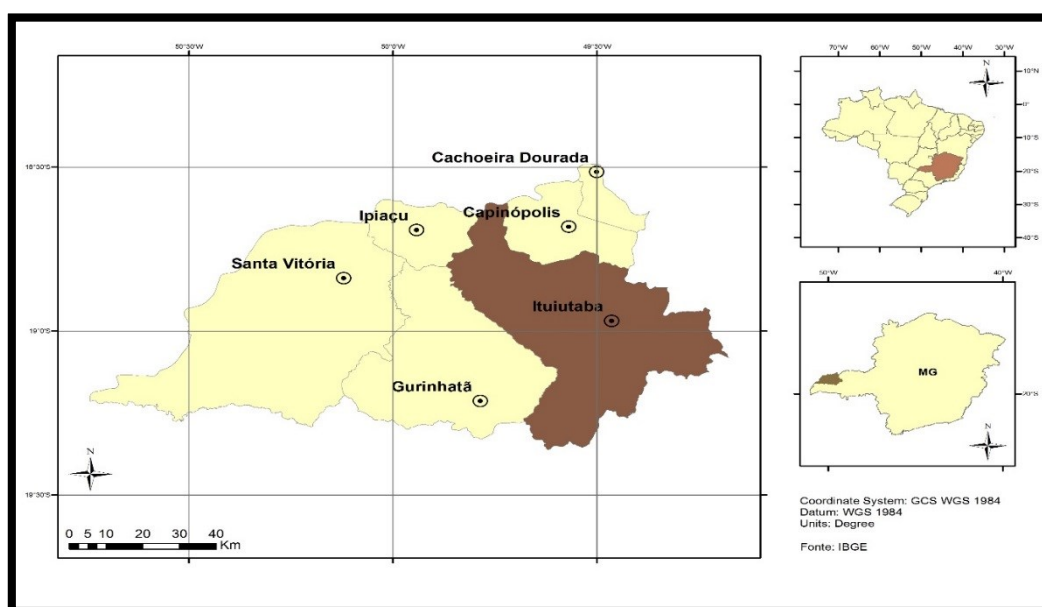
³ A dimensão do setor *Sucroenergético*: mapeamento e quantificação da safra 2013/14 [coordenação e organização Marcos Fava Neves e Vinicius Gustavo Trombin]. – Ribeirão Preto: Markestrat, Fundace, FEA-RP/USP 2014.

⁴ Carros com capacidade de funcionar movidos a álcool e a gasolina, ou com a mistura de ambos.

Como desdobramento dessas condições, inicia-se o processo de expansão da produção para outras regiões do país, dentre as quais a microrregião de Ituiutaba/MG, pela qual passa a ser o lugar da territorialização de grandes grupos nacionais e internacionais por meio das unidades produtoras de açúcar, etanol e energia.

As condições naturais, políticas e econômicas existentes no Triângulo Mineiro⁵ o transformaram em uma nova fronteira agrícola da cana-de-açúcar, principalmente na Microrregião de Ituiutaba, onde o cultivo aparece como um dos principais setores da economia. Nesse contexto, a expansão da cana-de-açúcar pelas áreas do Cerrado mineiro atingiu o município de Ituiutaba em 1990.

Figura 1- Microrregião Geográfica de Ituiutaba/MG.



Elaboração: MACIEL, C. J. (2013)

O município de Ituiutaba tem no setor agrícola sua principal fonte de economia, mesmo sendo considerada a capital do arroz entre as décadas de 1950 e 1960, e logo em seguida fomentado o desenvolvimento da agropecuária. Atualmente no município encontra-se instalada a British Petroleum (BP), e outras

⁵ O Triângulo Mineiro é uma das dez regiões de planejamento do estado de Minas Gerais, pertencendo ao sudeste do Brasil. Está situado entre os rios Grande e Paranaíba, formadores do rio Paraná. Fazem parte da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba os municípios de Uberlândia, Uberaba, Araguari, Patos de Minas, Araxá, Ituiutaba e Patrocínio. Fonte: <http://www.mg.gov.br/governomg/comunidade/governomg/conhecaminas/folclore/5146?op=estruturaConteudo&coConteudo=54761&coSeqEstrutura=394&coEstruturaPai=12>

empresas nos demais municípios da Microrregião Geográfica de Ituiutaba, (figura 1), como a Companhia Energética Vale do São Simão, localizada em Santa Vitória. Na cidade de Canápolis encontra-se instalada a Laginha S/A- Unidade Triálcool e a empresa Vale do Paranaíba, na cidade de Capinópolis, ambas vizinhas de Ituiutaba e que tiveram grande importância no processo de expansão da monocultura no município de Ituiutaba.

Ao analisar esse horizonte promissor da agroindústria canavieira brasileira, e ainda responder, por que esse setor da economia na Microrregião de Ituiutaba permanece competitivo, é imprescindível que desviemos os holofotes dos números grandiosos propalados pelo setor, para iluminar algo que os usineiros procuram não evidenciar: a intensificação da precariedade do trabalho.

Os trabalhadores são colocados em condições com sérias implicações de descaso, pois o sistema de pagamento é feito por produção, sendo essa a principal estratégia do capital ao se apropriar da força de trabalho desses sujeitos, levados em virtude das circunstâncias aos quais se submetem às degradantes condições de trabalho, encontradas nas lavouras canavieiras.

O município caracteriza-se, entre outros aspectos, por acolher, desde meados da década de 1990, inúmeras famílias de nordestinos vindos para o cerrado a fim de trabalharem – ou a procura de trabalhos – em postos de ocupações abertos nas agroindústrias canavieiras.

Segundo Ribeiro (2000), o trabalhador rural ao ser expulso de suas terras pelo processo de modernização da agricultura ou pela expulsão sumária da terra que vivia, isto é, ao ser desenraizado do seu território – local de trabalho, moradia e espaço cultural – e ao forçar-se a viver na área urbana num estilo de vida marcado por atitudes ambivalentes, uma vez em que este contrasta o antigo modo de vida com o novo, o da cidade, choques culturais. Processo identificado pela pesquisa como algo profundamente agressivo.

No cenário brasileiro, os trabalhadores pobres migrantes do Nordeste são especialmente vitimados pelo preconceito. No caso da migração nordestina existe uma imagem – quase sempre – vinculada à ideia equivocada em que os mesmos são retirantes, miseráveis e famintos. Esta opinião desfavorável à imagem de homens e mulheres nordestinas constitui estereótipos e são reproduzidos pelo cinema, literatura e música.

Optamos pelo recorte da pesquisa contemplarmos os trabalhadores canavieiros identificados como migrantes sazonais, que em sua grande maioria eram produtores rurais residentes no sertão alagoano e pernambucano e que migraram para a microrregião de Ituiutaba onde se concentra nossa pesquisa de campo. Nesse sentido, conversamos com os trabalhadores canavieiros denominados como sertanejos, PLANCHEREL (2013), e que em sua maioria foram formalmente contratados pelas usinas que cobrem a microrregião analisada.

A falência do Grupo João Lyra na microrregião de Ituiutaba revela que, após o fechamento das unidades industriais, estes trabalhadores do corte de cana não conseguiram realocar-se no mercado de trabalho formal, permanecendo na informalidade e no aguardo do recebimento de seus direitos trabalhistas. Esse caso não se restringe ao Triângulo Mineiro, mas ocorre em todo o setor agroindustrial canavieiro, principalmente, após a crise mundial de 2008.

Contudo, a introdução do corte mecanizado da cana trouxe consequências aos trabalhadores da agroindústria canavieira de Ituiutaba. Assim, os trabalhadores canavieiros, eventualmente dispensados do corte manual, vêm se ocupando em atividades do mercado de trabalho informal (sem carteira assinada ou cobertura mínima dos direitos trabalhistas) ligadas à própria agricultura, ou até mesmo na construção civil, nas áreas urbanas. Entretanto, existe outra parcela que migra para outras regiões do país, em busca de trabalho no corte da cana ou em setores empregadores da força de trabalho barata.

Nesse sentido, a temática proposta nesta dissertação, teve como questionamentos: quais são as condições de trabalho dos trabalhadores rurais do norte e nordeste vivenciados no período de migração para o trabalho temporário no corte de cana? Qual é a essência dessas condições de trabalho? Quais têm sido os impactos da mecanização do corte de cana sobre as

condições de trabalho destes trabalhadores? Quais foram seus anseios e desejos ao sair de sua terra de origem e ir para Ituiutaba? Qual é o papel das redes sociais formadas pela migração? Como ficaram os migrantes após a falência do grupo João Lyra?

Nesse contexto as questões urbanas ganham certa reflexão nessa dissertação, em específicos aquelas referidas aos aspectos do trabalho, migração étnica-identidade e alteridade no espaço urbano, pois estamos diante de um contingente populacional nordestino que habita um município da região sudeste. Na perspectiva da orientação dada a esse trabalho, de acordo com sua subjetividade, cada indivíduo é construtor de significados e referências diferentes às coisas em sua volta a partir do “outro”. Mesmo sendo o “Outro” denominado aqui pelos tijucanos como quaisquer migrantes vindos dos estados do norte e nordeste e arbitrariamente timbrados como “alagoanos”. Assim, para enfatizar dicotomias fortemente percebidas dos dois grupos em Ituiutaba, os “alagoanos” são colocados na condição subalterna, entre estigmas, desqualificação social e violência simbólica, conforme Bourdieu (2011), estando sujeitos a constituição de uma identidade a partir das duas interações “alagoanos e tijucanos”.

Nossa análise busca transitar por perspectivas analíticas. Considerar-se-á o micro e macro e suas possíveis intersecções: de um lado, as relações de mediação do Estado, do mercado através da expansão do agronegócio canavieiro, e o desenvolvimento do capitalismo; de outro, as trajetórias sociais e espaciais próprias do processo de migração, estratégias e recursos mobilizados nas relações do cotidiano, de solidariedade, dos conflitos étnicos e identitários, de alteridade, e da construção da identidade e da violência simbólica.

No intuito de analisar essas questões e seus condicionantes, este texto foi dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “A modernização e industrialização da agricultura brasileira”, trata das modificações introduzidas na agricultura nacional e o modelo de desenvolvimento econômico e político adotado no Brasil desde o início do processo de industrialização, pelo qual não priorizou as demandas das classes menos favorecidas. Nos anos 1950, verificam-se elevados índices de industrialização no meio urbano e a configuração dos complexos agroindustriais, o que intensifica as desigualdades socioeconômicas presentes no interior da sociedade brasileira. A adoção e manutenção, por longo período, de medidas como a elevação da taxa de juros,

restringiu o acesso ao crédito, sobretudo para pequenos e médios produtores do setor agrícola e acarretou uma redução da geração de emprego e renda. Conseguiram se manter no mercado agrícola nacional os produtores capitalizados, as agroindústrias de mais fácil acesso a crédito e aqueles que optaram pela incorporação de progresso tecnológico.

No segundo capítulo intitulado “Narrativas de vida e Trabalho nos Canaviais”, analisamos o contexto no qual os cortadores de cana se inserem como, por exemplo, a experiência da saída do alojamento rumo aos talhões⁶, a carga de trabalho e o desgaste da sua saúde neste tipo de trabalho⁷. Buscamos demonstrar como as relações de exploração/dominação e resistência também estão presentes nos espaços de moradia dos trabalhadores migrantes. Ainda neste capítulo foi possível trazer alguns dados da pesquisa de campo e analisar a nova conjuntura pela qual passa o município de Ituiutaba, a partir da crise do setor canavieiro que envolveu a falência das agroindústrias Laginha S/A- unidade Triálcool e Vale do Paranaíba, entre os quais resultam prejuízos e calotes aos até então trabalhadores destas empresas.

No terceiro capítulo intitulado: “Migração dos Trabalhadores Canavieiros para Município de Ituiutaba - MG”, vamos compreender os fluxos dos migrantes nordestinos para Ituiutaba a partir da década de 2000. Este capítulo está organizado da seguinte forma: num primeiro momento há a análise das migrações dos trabalhadores nordestinos para microrregião de Ituiutaba, desencadeadas a partir de diversas razões e ciclos econômicos, entre os quais se destacam o ciclo do arroz, do algodão e da cana. Num segundo movimento,

⁶ A organização do trabalho no canavial, tal como no setor de transformação, obedece à divisão dos locais de produção e ao desenho detalhado do terreno, como o *chão de fábrica* em que a engenharia de produção dispõe sobre o modo que se quer e se deve produzir, ou seja: as divisões ou subdivisões da área a ser plantada e colhida, por isso, seções ou talhões (terreno para cultura, tabuleiro) – provavelmente corruptela da palavra talha que significa, dentre outros, certo número de alqueires de sal – , quadra e oito.

⁷ Utilizamos como análise o documentário “Nas Trilhas da Cana”, realizado a partir de imagens da interdição da BR-365 (que liga Uberlândia a Ituiutaba e demais cidades do pontal do Triângulo Mineiro) por trabalhadores do corte manual de cana – sem salários há 90 dias – filmadas por alunos do curso de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (FACIP-UFU). O documentário reflete criticamente sobre as condições de trabalho do setor canavieiro e também sobre as relações de exploração de uma mão de obra barata, composta em sua grande maioria por migrantes nordestinos. Conta com o depoimento dos próprios trabalhadores do corte manual da cana, do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba, José Divino de Melo, e dos professores da UFG e UFU, Marcelo Mendonça e José Josberto Montenegro, que discutem o tema desde a promessa de emprego até o acerto coletivo de pagamento final da mesma safra.

a pesquisa caminha no sentido de apresentar os relatos e entrevistas realizadas entre Janeiro e Maio de 2017, pelas quais permearam as experiências de vários momentos e décadas distintas (entre 1990 a 2000), e evidencia as razões motivadoras dos migrantes em busca de seus sonhos, empregos, saúde, educação e estabilidade, isto é, melhores condições para o agenciamento de suas vidas e famílias.

O quarto capítulo intitulado “Migrantes Nordestinos em Ituiutaba e as Relações Socioculturais” examinou a construção e reprodução das múltiplas identidades e sociabilidades existentes entre os trabalhadores rurais, de origem nordestina, migrantes para Ituiutaba, Minas Gerais. Ao tornar admissível esta compreensão, foi imprescindível determinar em quais contextos estas identidades e sociabilidades são construídas, ou melhor, de que forma a comunidade circundante, com seus pensamentos, memórias e valores, intervém nestas relações sociais. Evidenciamos, na fronteira, as relações de contato, conflito e alteridade entre tijuquanos e nordestinos, apreendendo os conflitos de visões de mundo, de projetos, de racionalidades, ou seja, do encontro de dois mundos pelo embate de tempos e espaços diferentes.

Por fim, esta dissertação tem por finalidade apresentar as possíveis aberturas teóricas e empíricas que o estudo possibilitou, e a construção de uma síntese dos processos analisados com a dinâmica de identidades e de deslocamentos migratórios para o território de Ituiutaba. Finalizamos este trabalho ao apresentar as contribuições construídas, apontando uma proposta teórica e metodológica para a dinâmica migratória que permite relacionar contextos econômicos, políticos e culturais entre níveis micro e macroestruturais

Para concretizarmos a pesquisa foi indispensável construir um método de análise a fim de descrever o caminho e os passos norteadores no desenvolvimento da investigação empírica. De tal modo, não utilizamos um único método na análise das migrações. Realizamos uma análise dialógica por meio de várias lógicas no sentido de discorrer com um conjunto de ideias para constituir conexões a partir de métodos distintos estudados, objetivando compreender a realidade da mobilidade espacial da população e suas múltiplas condicionantes e motivações, a partir das entrevistas, durante o trabalho de campo.

A investigação pelo imbricar destas informações, os períodos, os contextos e as trajetórias nos permitiu debater a migração como deslocamento sócio espacial multifacetado e inserido nas múltiplas relações de poder estabelecidas nos lugares de origem e de destino do(s) migrante(s).

Perceber a migração como um laboratório de novas experiências sociais (SCHERREN–WARREN, 1999), exigiu, por conseguinte, um método incorporador de cada período, de cada contexto e de cada trajetória individual, inserida na teia de relações sociais, um conjunto de elementos estruturais, conjunturais, da subjetividade e do cotidiano entre aqueles(as) que se deslocaram no espaço geográfico, se relacionaram com o espaço e que foram, deste modo, o próprio espaço se fazendo em movimento, em modificação ou num nível mais restrito, o território.

O contexto social analisado já havia sido base de meus estudos em outros projetos no período de graduação e monografia no curso de Geografia com interfaces com professores da História, Pedagogia e Serviço Social da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP/UFU). Naquela ocasião pude desenvolver dois projetos de extensão, o primeiro intitulado: “Migrantes nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro: contribuições para um diálogo”, “História, cultura e interação sociocultural de migrantes no Pontal do Triângulo Mineiro” e “Diálogos culturais: tijucanos e migrantes nordestinos”. Os projetos promoveram a interação destes migrantes com a população local, proporcionando o conhecimento de aspectos próprios da cultura nordestina e o diálogo entre as comunidades, além de caminhar para a construção da formação de consciência política, espacial e temporal destas comunidades. E por fim o projeto de iniciação científica “A expansão da cana-de-açúcar na Microrregião

Geográfica de Ituiutaba/MG: a precarização das relações de trabalho” e o documentário “Nas Trilhas da Cana”. O documentário retrata as condições de trabalho no qual foram submetidos os trabalhadores empregados nas agroindústrias canavieiras da região de Ituiutaba, especialmente os cortadores de cana, migrantes nordestinos. Estes trabalhadores chegam do Nordeste, carregados de esperanças, porém a realidade que se deparam é bem diferente daquela obtida em seus sonhos.

Considerando os conhecimentos adquiridos a partir dessas experiências na graduação, tivemos a pretensão de aprofundá-los quando ingressamos no Mestrado Acadêmico. Dessa forma, queremos tratar da precarização e da exploração a que estão submetidos os cortadores de cana migrantes, mais precisamente, daqueles que saem todos os anos do norte e nordeste para microrregião de Ituiutaba, MG.

Entretanto, no ampliar e desenvolver da pesquisa, a metodologia foi, em algumas ocasiões, reconstruída ao longo do trabalho, numa imbricação entre sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados e com o objeto/tema no decorrer do processo.

Sendo assim, buscamos, por meio das ferramentas, isto é, pelos conceitos nomeados, aliar teoria e realidade, ao procurar compreender a imbricação entre os eventos concretos materiais e imateriais e a análise, ou seja, aquilo praticado cotidiano e geograficamente pelos sujeitos e a teorização. Isso implica em buscar refazer, invariável, a teoria com a prática e vice-versa, numa revisão teórico-empírica dos fenômenos, enfim, das relações socialmente produzidas aqui, em especial, pela e na dinâmica migratória.

Partimos da pressuposição em que o trabalho de campo é indispensável na análise sócio espacial, das relações sociedade-espço. A metodologia de investigação desenvolvida aqui contou com uma convivência ainda na graduação na visita aos alojamentos dos trabalhadores do corte da cana e no oito diário nas idas à usina para acompanhá-los em 2012, tendo a oportunidade de conviver com os trabalhadores e perceber essas relações de exploração. Após o fechamento do grupo João Lyra pude acompanhar os migrantes permanecidos em Ituiutaba por cinco meses (de janeiro a maio de 2017), com a realização de vinte cinco entrevistas através do trabalho de campo e outras inúmeras conversas informais aliadas às observações na produção do espaço

em Ituiutaba. Relações de profunda desigualdade colocavam-se aí e só a partir deste “acompanhamento” cotidiano das interações dos migrantes com o município que pude ter mais clareza dessas sobreposições de poder⁸. Também foi possível aplicar um questionário em virtude dos últimos acontecimentos na economia da cidade com a falência do Grupo João Lyra, ao qual acarretou prejuízos aos trabalhadores da usina. O impacto gerado pelo desemprego no setor canavieiro sobrecarregou o setor público. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e sindicatos da categoria estimaram em torno de seis mil postos de trabalho que foram fechados na região. Essa convivência foi importante para que eu me apropriasse da realidade dos sujeitos pesquisados e, também, para a relação e interação destes sujeitos comigo⁹.

Entretanto, também recorreremos a outras fontes com uma revisão bibliográfica para o entendimento da dinâmica do fenômeno a ser estudado e também para construir um referencial teórico baseado na antropologia, história, sociologia e geografia,

Esse levantamento foi feito por meio da leitura de livros, dissertações, teses, periódicos, jornais, sites de entidades e demais documentos e se fizeram pertinentes às temáticas de trabalho, migração, agroindústria canavieira, relações de dominação, e violência cultural em sentido *lato e stricto*.

⁸ Claudia Pedone (2000) assinala a importância de pensar, estruturar e desenvolver o trabalho de campo através de métodos qualitativos pelas dimensões subjetivas do processo socioespacial que retomam o ator social, recuperando, a função explicativa pelo vivido pois: “La importancia del discurso y del significado son centrales en las aproximaciones cualitativas. La información es obtenida por una variedad de técnicas, como la observación participante, la entrevista en profundidad, la entrevista semiestructurada, las discusiones en grupos focalizados, etc.. Además, dentro de este marco, el análisis del discurso tanto en textos escritos como orales y, en menor medida, el uso de material fotográfico y de video, son elementos valorados para llevar a cabo las investigaciones. Esta apretada síntesis en torno al estado de la cuestión de los métodos cualitativos, nos introduce en dos temas claves para la investigación basada en esta metodología: el trabajo de campo y la utilización de las historias de vida como una técnica para recabar información” (p. 5).

⁹ Conforme Pedone (2000, p. 7), o desenvolvimento de entrevistas através de trabalho de campo permite a produção de um texto interativo entre o diálogo do sujeito pesquisado e do sujeito que pesquisa: “El texto interactivo se crea mediante el diálogo entre el entrevistador y el entrevistado. Sin embargo, el investigador, en la area de dar orden y coherencia a la narración, construye una interpretación de la entrevista; es aquí donde aparece nuevamente la cuestión del espacio intermediario, puesto que se necesita tener una posición crítica en constante movimiento desde afuera y desde adentro, puntualizando los silencios, las interrupciones; es en este momento cuando aparecen asimetrías, ventajas y ambigüedades tanto para el entrevistador como para el entrevistado según sea el contexto”.

Além disso, percorremos no município o bairro Novo Tempo II e sua comunidade. Procurando entender sua produção espacial, andamos por algumas partes do mesmo onde fotografamos as paisagens e fizemos anotações. Nessas observações, conseguimos visualizar mais de perto como se dá a produção e a organização desse espaço, especialmente através de conversas informais com moradores e trabalhadores para identificar os sujeitos sociais componentes do universo empírico da presente pesquisa. Para este momento foram realizadas entrevistas com as famílias destes migrantes, principalmente aos finais de semana e feriados. Esse exercício foi muito produtivo, na medida em que tivemos mais tempo e calma para olharmos o modo de organização da vida das pessoas, no trabalho, na festa, na casa, na rua, no dia-a-dia, sua relação com a educação, tecnologia e trabalho ou, como diria Certeau (1994), nas artes do fazer cotidiano. O anexo dois foi utilizado como roteiro básico de entrevista, e buscou recolher respostas para uma série de questões de interesse desse estudo, sobretudo a partir da experiência vivenciada pelos migrantes selecionados para entrevista, esses possuíam informações para o pesquisador conhecer e averiguar. Desta maneira, como na análise de Demo (2001, p.10) sobre pesquisa qualitativa, os dados não são apenas coletados, mas também resultado de interpretações e reconstruções do pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade.

O anexo três apresenta o questionário utilizado em virtude dos últimos acontecimentos na economia da cidade com a falência do Grupo João Lyra, e acarretou inúmeros prejuízos aos trabalhadores da usina.

Nesse percurso de descobertas as perguntas permitem explorar um assunto ou aprofundá-lo, descrever processos e fluxos, compreender o passado, analisar, discutir e fazer perspectivas. Possibilita ainda identificar problemas, micro interações, padrões e detalhes, interpretações, caracterizar a riqueza de um tema e explicar fenômenos de abrangência limitada.

Em função disso, nossas principais fontes foram às entrevistas realizadas com os sujeitos que fizeram e fazem as migrações e as identidades.¹⁰ Utilizamos

¹⁰ De acordo com Armando Corrêa da Silva (1988, p. 84), “a entrevista consiste na apreensão dos fenômenos ao nível do indivíduo”. Entretanto, como afirma Norbert Elias (1994, p. 16), “os indivíduos formam a sociedade e a sociedade os indivíduos”, ou seja, a sociedade *dos* indivíduos. Por isso, podemos chegar ao entendimento da sociedade através dos indivíduos, das suas trajetórias, das suas relações, ou seja, do processo em que o indivíduo se relaciona com a

um questionário e logo foi substituído por uma conversa mais aberta, pelo qual nos possibilitou deixar o entrevistado livre para falar da sua vida e, assim, nos dar maiores detalhes sobre os processos, e resultou para nós uma maior riqueza no resgate das informações através da memória dos sujeitos. Trabalhamos com uma entrevista não direta (conversa) e com uma entrevista dirigida (questionário), a partir de um roteiro de questões, pelo qual não seguiu uma ordem padronizada, mas aleatória, de acordo com o entrevistado nos informava e/ou lembrava.

O trabalho inicial consistiu na realização de um mapeamento das famílias de migrantes a partir dos registros de matrículas em escolas da rede pública, situadas na zona urbana e rural, bem como dados do Cadastro Único fornecidos pela Prefeitura Municipal.

A análise preliminar dos dados disponibilizados pelas escolas e pela prefeitura de Ituiutaba confirma que o bairro Novo Tempo II, como sendo o que acomoda a maior concentração de migrantes nordestinos. Estas informações, além de permitir identificar a distribuição espacial, serão fundamentais para auxiliar a escola a repensar seus projetos políticos pedagógicos, de maneira a contemplar a diversidade cultural da comunidade atendida. Enfim, consideramos a passagem da comunicação oral para a escrita como uma tarefa difícil, pois implicaria colocarmos pontos e vírgulas nas falas das pessoas ou rearmarmos com a gramática culta suas falas. Neste sentido buscamos sempre, através da pontuação e das palavras a melhor e mais fiel passagem da oralidade para a escrita, num processo de valorização da informação e dos sujeitos entrevistados.

As fontes orais foram consideradas em nossa investigação enquanto informação qualitativa. As falas obtidas diretamente com os sujeitos envolvidos no processo (os migrantes) permitiram, aliás, dar luz sobre as condições de trabalho na cana, aos interstícios das relações de poder, das representações, da memória, da identidade, do conflito e da alteridade, das negociações, dos contatos tecidos na trajetória migratória, dos conflitos e da solidariedade entre parentes e amigos, que ajudaram (ou não) na constituição de vínculos sociais,

sociedade e a sociedade com o indivíduo. Nesse contexto, as entrevistas constituem, em nosso entender, elemento fundamental para o entendimento dos indivíduos e da sociedade, enfim, da “sociedade dos indivíduos”. Ademais, como assinala Claval (1979, p. 40), “entre o indivíduo e a sociedade, tomada em seu conjunto, estabelecem-se relações. A sociedade não age em bloco, mas manifesta sua coesão através da ação de cada um de seus membros”

através da ressignificação cultural e política no novo território. Contudo as fontes orais nos ajudaram a questionar o status de verdade através das redes de poderes e de dizeres de uma determinada produção territorial de uma identidade hegemônica, na qual se circunscreve Ituiutaba.

O registro fotográfico compõe, ainda, o rol das técnicas de pesquisa utilizadas. Ressaltamos o conteúdo das fotos e não foi utilizada aqui como mera ilustração, tal como adverte Kossoy (2001, p. 32), mas sim como fonte sistematizada e percebida como parte do processo de investigação, contribuinte no sentido de aprofundar o entendimento dos fenômenos pesquisados.

CAPÍTULO 1

AGRONEGOCIO CANAVIEIRO NO TERRITORIO BRASILEIRO

O cultivo e o processamento da cana-de-açúcar permanecem presentes no território brasileiro desde o período colonial, e foi por muito tempo responsável pela manutenção do domínio econômico, político e social. A atividade canavieira essencialmente destinada à produção do açúcar, valorizada mercadoria ao longo do século XVI e se tornou o principal artigo de comércio internacional, produzindo grandes ganhos econômico aos europeus. De acordo com Simonsen (1969) os portugueses cultivaram primeiramente a cana-de-açúcar nas Ilhas Madeira e São Tomé desde meados do século XV, tendo introduzido a cultura na colônia brasileira somente a partir de 1530. Até a primeira metade do século XVII, o cultivo, a fabricação e comercialização do açúcar foram as principais atividades econômicas da colônia, quando a atenção da coroa portuguesa deslocou-se para a exploração de ouro em outras regiões do território, nos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

De acordo com Simonsen (1969, p. 142), o primeiro Engenho construído no território brasileiro foi o de Governador, tendo surgido na capitania de São Vicente em 1533, e até o século XIX a produção de cana-de-açúcar concentrou-se essencialmente no litoral da região Nordeste, nos atuais estados de Pernambuco, Paraíba, Sergipe, Alagoas, Rio Grande do Norte e Bahia. A predominância da produção canavieira na faixa litorânea nordestina deveu-se principalmente às suas características naturais favoráveis à cultura e à proximidade em relação aos grandes centros consumidores europeus, num momento em que a navegação se processava em difíceis condições. Os engenhos eram implantados estrategicamente junto aos rios, e se constituíam como os principais canais de transporte do açúcar até os portos, de onde partiam as embarcações rumo a Portugal.

Entretanto, no decorrer da história a atividade canavieira sofreu diversas mudanças de natureza técnica e político-normativa, sobretudo após 1930. O principal evento neste sentido foi a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933, e marcou um período de forte regulação do Estado na atividade

sucroalcooleira¹¹. A criação desse órgão governamental tinha como objetivo proteger e fortalecer o setor no mercado interno e externo através da implementação de várias medidas de planejamento, controle (preços e ofertas) e estímulos à produção, à distribuição e à comercialização de açúcar e álcool, frente à Grande Depressão iniciada em 1929.

Entre as atribuições desse órgão podemos enfatizar:

Contribuir com a melhoria das condições da agroindústria açucareira nacional e resolver o excedente da produção de açúcar como fomento do álcool combustível, através da estabilização dos preços do açúcar e da construção de novos equipamentos para as destilarias destinadas a produção do álcool (BRAY, FERREIRA, RUAS, 2000, p.19)

A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool está correlacionada à subordinação completa da agricultura à indústria para o fornecimento de insumos e equipamentos, e compra da produção.

O Instituto do Açúcar e do Alcool visava fundamentalmente, além da questão açucareira, o problema da intervenção e controle da economia alcooleira, influenciando desde os preços até a comercialização, assistência técnica e financeira aos usineiros interessados na produção do álcool anidro carburante (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p.19-20)

Durante a Segunda Guerra Mundial houve uma reconfiguração da ocupação canavieira no território brasileiro, com a formação de um novo polo de produção: o estado de São Paulo. Segundo Szmrecsányi & Moreira(1991), havia muitos problemas de fornecimento na região Centro-Sul¹² com açúcar proveniente do Nordeste, devido aos riscos de ataques submarinos às embarcações que trafegavam pela costa brasileira. A produção e o processamento da cana-de-açúcar em alguns estados da região permitiram sanar esta dificuldade. As diversas medidas estatais de estímulos ao setor, somadas a várias vantagens com relação às condições climáticas, proximidade com grandes mercados consumidores, maior capacidade financeira para investimentos, parque industrial moderno e diversificado, infraestruturas de

¹¹ Para contextualizar a periodização do setor e suas recentes mudanças, adotamos a expressão “setor sucroalcooleiro” para referenciar a atividade entre 1930 e 2002, e a expressão “setor sucroenergético” de 2003 aos dias atuais.

¹² Região Centro-Sul é a porção do território brasileiro composta pelas macrorregiões geográficas do IBGE, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Esta regionalização é muito utilizada no setor sucroenergético para diferenciar esta área da região Norte-Nordeste, com base em variáveis como calendário de safra, processo de modernização, entre outros.

transporte e energia relativamente consolidadas foram fatores cruciais que promoveram grande concentração espacial de usinas, principalmente em São Paulo (SZMRECSÁNYI 1979).

Na década de 1950, acontecem as primeiras inovações incidentes a introdução de um novo modelo tecnológico voltado para a produção rural, amparado pela importação através de produção industrial e insumos.

[...] A modernização da agricultura arquitetada pelo Estado, com intuito de dinamizar a produção agrícola do país, mesmo existindo diversas posições contra essa modernização, esta se iniciou no Sul do Brasil nos anos 1950 e, velozmente, atingiu outras regiões. Em pouco mais de dez anos de investimentos do governo para modernizar o campo brasileiro, os resultados começaram a aparecer, sobretudo, a produção de *commodities*" (MATOS, 2011, p. 78, grifos da autora).

Assim, no final da década de 1950, o processo avança através da implementação dos setores industriais de bens de produção, como equipamentos, instalações, bens ou serviços necessários para a produção de outros bens ou serviços; insumos básicos, e podem estar relacionados à terra (como a matéria-prima), ao trabalho (como a mão-de-obra) ou ao capital (como a maquinaria empregada), destacando, sobretudo, a importância das primeiras indústrias de tratores. Na década de 1960 e ao longo dos anos 1970, a industrialização da agricultura brasileira avança e pode ser considerado o marco de constituição do Complexo Agroindustrial Brasileiro:

Esse processo caracteriza-se, fundamentalmente, pela implantação, no Brasil, de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte voltado para a exportação (DELGADO, 1985, p. 3435)

Em 1965, foi criado o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) voltado para o financiamento à agricultura, funcionava como crédito específico vinculado à utilização de determinados insumos e técnicas pré-determinados pelo Estado dentro de uma estratégia modernizadora. A viabilização da integração do setor agrícola aos setores industriais a montante e a jusante foi feita através do crédito rural subsidiado e representado por taxas de juros abaixo das de mercado, muitas vezes negativas. Ao longo da década de 70, as taxas nominais de juros ficaram sempre abaixo da inflação.

Além da modernização em si mesma, o principal significado da integração da agricultura ao circuito financeiro é mais abrangente do que a simples integração técnica Inter setorial, uma vez que implicou na mais completa subordinação da agricultura ao poder regulador da política monetária manejada pelo Estado e colocou o mercado financeiro como o parâmetro básico das tomadas de decisões dos agricultores e empresas operando na agricultura (KAGEYAMA 1987, p 13).

Diante dessa perspectiva de desenvolvimento, Matos analisa que:

[...] O Sistema de Crédito Rural (SNCR) foi o principal instrumento utilizado para a consolidação da modernização da agropecuária. (...). Ao invés de ser uma política que efetivamente consolidasse o desenvolvimento rural, essa política foi promotora de desigualdades, devido ao seu caráter seletivo. A seletividade ocorreu em dois aspectos: áreas e produtores. Esteve concentrada, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste e direcionada aos médios e grandes produtores (MATOS, 2011, p.92).

Ao longo do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) no Brasil, estabeleceram relações de interesses do grande capital industrial, do Estado e dos grandes e médios proprietários rurais, resultantes de um processo de modernização da agricultura nacional, mas ocorridos de forma concentrada nos estados do Centro Sul, acarretando a exclusão de regiões econômicas e de grupos sociais.

[...] poderoso instrumento fortalecido criado pelo governo militar, o SNCR empenhou-se em fornecer as bases materiais para o crescimento econômico e a “modernização” da agricultura brasileira. Todavia, seletiva e explicitamente voltado para os grandes proprietários de terra, viabilizou a internalização da agricultura aos setores industriais a montante e a jusante. O Estado viabilizou, então, o que se denominou Complexo Agroindustrial (CAI) (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 80, grifos do autor).

De fato, tem-se um procedimento de concentração da produção no interior dos estados da Região Centro Sul¹³, abrangentes entre 10% e 20% do total de estabelecimentos rurais, sendo as demais regiões do país e vários estabelecimentos rurais de pequeno porte descapitalizados passam a desempenhar funções periféricas no cenário da agricultura nacional. Dada a superioridade das grandes propriedades com capacidade de abastecer mercados de grande porte, surge uma massa de agricultores, que residiam e

¹³ Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

trabalhavam em estabelecimentos rurais de pequeno porte, mas não conseguem inserção no circuito econômico e acabam por constituir uma força de trabalho excedente.

No cerrado a partir da década de 1970 podemos analisar o impacto dessa modernização, segundo (Matos 2011):

[...] a partir da década de 1970, somaram-se esforços do Estado e do capital privado para a expansão da fronteira agrícola para as áreas de Cerrado, com o objetivo de consolidar a agricultura moderna nessas áreas. Os projetos estatais implantados nas áreas de Cerrado tinham como justificativa principal a retirada dessas áreas do atraso econômico e sua integração ao restante do país. As operações do governo tornaram essas áreas modernizadas, urbanizadas e integradas à econômica nacional e internacional (MATOS, 2011, p. 116).

No próximo subtítulo veremos o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), criado em 1975 com o objetivo de fomentar a produção e o consumo do álcool combustível (anidro e hidratado) em meio à crise de desabastecimento da gasolina e do diesel provocado pelo “choque do petróleo”¹⁴.

1.1. Implantação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL)

É preciso considerar, a partir dos anos 1970, conjuntos de novas atividades na agricultura se articulam às demandas dos complexos agroindustriais. A convergência entre demanda final e produtores de insumos estabelece relações de produção e consumo específicos para determinados produtos e, dessa forma, estruturam-se diferentes complexos agroindustriais, como o da cana-de-açúcar, da soja e da carne, e apresentam dinâmicas diferenciadas ao enfrentar conjunturas distintas ao longo das últimas décadas.

De forma específica, o complexo canavieiro é impactado nos anos 1970 pela retração dos preços do açúcar no mercado internacional e a queda das exportações do produto, situação que se intensifica com a primeira Crise do Petróleo em 1973, ameaça à lucratividade do setor. Diante dessa conjuntura os representantes do setor defenderam um programa de subsídios públicos no

¹⁴ Segundo Moraes (2000), o “choque do petróleo” foi uma crise gerada por sucessivas altas nos preços e nos cortes das vendas do petróleo feitos pela Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP), muito em função da decorrência de conflitos bélicos no Oriente Médio.

setor sucroalcooleiro que havia se expandido e modernizado, e o tornava necessário para aumentar a produção, e tornar a mesma mais competitiva no mercado internacional para amortizar os investimentos feitos recentemente, sendo nesse contexto o surgimento do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), numa lógica de forte intervencionismo estatal e disponibilidade de recursos públicos mediante subsídios.

Segundo Guedes, Gallo e Martins (2002), a defesa do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) se pautou na justificativa de representar um programa de energia alternativa capaz de substituir o petróleo importado à época, o país importava 80% do petróleo consumido.

De acordo com o seu projeto inicial, as fontes de recursos para o PROÁLCOOL (denominado PNA - Programa Nacional do Álcool) seriam 40% provenientes do Fundo de Mobilização Energética e 60% do Orçamento Monetário do Governo. O Fundo de Mobilização Energética foi o principal instrumento utilizado pelo Governo, a partir de 1979, para financiar o Programa de Mobilização Energética, um conjunto de medidas incentivando a produção de petróleo, carvão mineral, xisto, eletricidade, carvão vegetal e lenha. As fontes de recursos do Fundo eram por um lado arrecadações extraordinárias, obtidas pela taxação de derivados de petróleo; e, por outro, receita tributária proveniente da antiga Taxa Rodoviária Única (TRU).

Dessa forma, o Programa foi criado pelo governo em 14/11/1975, com o intuito de estimular o desenvolvimento da produção e comercialização do álcool para substituir a gasolina e diminuir a dependência da economia nacional pela importação de petróleo e evitar a fuga de divisas. Neste contexto, o PROÁLCOOL intensificou a produção de álcool combustível e substituiu as importações do produto. Para Thomaz Júnior (2002),

[...] o Programa foi lançado e estrategicamente construído com o propósito de se produzir internamente uma alternativa energética própria, contrapondo-se à dependência do petróleo, num período de ascensão dos preços internacionais do produto e de queda acentuada das cotações do açúcar. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 76).

O desenvolvimento dessa cadeia produtiva também apresentava potencial para gerar novos postos de trabalho e incremento econômico nas regiões produtoras.

De acordo com Baer (2002),

[...] a produção de cana-de-açúcar, em especial, começou a se expandir extraordinariamente em 1977 com a criação do PROALCOOL, um programa do governo federal destinado a promover a produção de álcool de cana-de-açúcar como substituto do petróleo. (BAER, 2002, p. 378).

Segundo Costa (2003), a partir de um investimento total de US\$ 5 milhões, o Proálcool estimava a produção de 10,7 bilhões de litros de álcool em 1985 e 14 bilhões em 1987, obtidos a partir da cana de açúcar.

Em um primeiro momento, o álcool foi utilizado em mistura com a gasolina e, a partir de 1979, o álcool hidratado começou a ser vendido em postos de abastecimento como um novo combustível. Em contrapartida, as fábricas de veículos iniciavam a produção e comercialização de novos modelos desenvolvidos para funcionarem com o novo combustível e o governo financiou, a juros subsidiados, a instalação de destilarias.

A tabela (1) mostra, a partir de 1982 em especial, a ampliação do Proálcool devido à isenção de impostos, o surgimento de carros a álcool e a diminuição do açúcar no mercado internacional.

Tabela 1- Brasil: Milhares de Unidades de carros vendidos a álcool (1979-1985)

	Carros de Passageiros	Carros comerciais leves	Carros comerciais pesados	Total
1979	2,3	0,8	0	3,1
1980	226,6	14,1	0	240,7
1982	212,0	20,7	0,9	233,6
1983	539,8	40,7	2,0	582,5
1984	505,2	60,7	2,6	568,5
1985	401,7	46,7	1,6	449,7
TOTAL	2.016,7	190,6	8,2	2.215,5

Fonte: Sociedade dos Produtores de Açúcar e álcool. Anais VI Econoalcool. São Paulo, 1986. Org.: ARAÚJO, D, F, C .(2017)

No início da década de 1980, numa tentativa de fortalecer o Proálcool, o governo fixa em 59% do preço da gasolina o limite máximo para o preço do álcool, além de reduzir o preço dos carros a álcool em um comparativo com os

modelos movidos à gasolina comercializados no período. A produção alcooleira e de automóveis movidos a álcool atingiu um pico nesse período.

[...] o marco do PROALCOOL pode ser considerado o ano de 1985, pois neste ano atingiu-se o maior percentual de venda de veículos movidos a álcool, com 92,7% do total de veículos produzidos e comercializados no mercado interno. (BRAY; FERREIRA; RUAS, 2000, p. 78).

Apesar dos preços elevados praticados na época, em 1975, o mercado internacional de petróleo estabilizou e as autoridades governamentais diminuíram o interesse no complexo canavieiro, já que a conjuntura macroeconômica demandava medidas mais urgentes para minimizar o desequilíbrio do balanço internacional de pagamentos e o ataque inflacionário, o que perdurou até 1979, quando a segunda Crise do Petróleo impulsionou a retomada do Proálcool.

Todavia, Costa (2003) afirma, que no início da década de 1980, havia dificuldades a integral implementação do Proálcool, em especial os problemas de distribuição e estocagem do álcool hidratado e as deficiências tecnológicas dos motores movidos a álcool. A queda nos preços do petróleo, na década de 1980, acabou tornando o Proálcool mais caro derivado ao ser substituído: 1981 a gasolina custava US\$ 35,00 o barril, enquanto o álcool custaria cerca de US\$ 80,00/90,00 por barril equivalente, e o programa tornou-se inviável.

Apesar da regulação genérica sendo exercido pelo Estado, a partir do final da década de 1980 e após a extinção do IAA, ocorrida em março de 1990, o complexo canavieiro brasileiro foi submetido a uma progressiva desregulamentação concretizada na liberação da produção e da comercialização.

[...] o Governo deixa de atuar diretamente no mercado mundial de açúcar e as empresas ganham autonomia para exportar seus produtos sem o apoio do IAA. Esse cenário marca o fim do PROALCOOL e a passagem pela auto-regulamentação do setor, graças à desregulamentação das atividades sucroalcooleiras nacionais, por parte do Estado. (CARVALHO, 2009, p. 42).

Diante disso, exigiram-se do setor maior diversificação e diferenciações produtivas, além de melhores condições técnicas de seus equipamentos. Essas estratégias foram sendo desenvolvidas ao longo da década, geradoras de profundas reformulações na agroindústria canavieira no Brasil. Na Tabela 2,

visualiza-se a produção total de álcool e açúcar no período de desregulamentação e liberalização do setor sucroalcooleiro.

Tabela 2: Produção de Álcool e Açúcar no período de Desregulamentação e Liberalização da economia brasileira.

SAFRA	Álcool Total Bilhões Litros	Variação em relação 90/91	Açúcar Milhões toneladas	Variação em relação 90/91
90/91	11,5		7,3	
91/92	12,7	10,4%	8,6	17,8%
92/93	11,6	0,8%	9,2	26%
93/94	11,2	-2,6%	9,2	26%
94/95	12,6	9,5%	11,7	60,2%
95/96	12,5	8,6%	12,6	72,6%
96/97	14,4	25,2%	13,6	86,3%
97/98	15,4	33,9%	14,8	102,7%
98/99	13,9	20,8%	17,9	145,2%
99/00	13,0	13%	19,3	164,3%
00/01	10,5	-8,6%	16,0	119,1%
01/02	11,4	0,8%	18,9	158,9%

Fonte: ALCOPAR,s,d. (Org: ARAÚJO, D, F,C .2017)

A produção de álcool sofreu algumas oscilações, mas acabou fechando o período praticamente com a mesma produção do início, principalmente em comparação com a produção de açúcar, e apresentou aumento considerável no período analisado. Assim podemos observar a tabela (3), os dados das unidades do setor sucroenergético no Brasil diminuiu sua produção em 22% entre 1990/91 e 2001/02:

Tabela3: Quantidade de agroindústrias sucroalcooleiras no Brasil

AGROINDÚSTRIAS	
SAFRA	NÚMERO DE UNIDADES
90-91	394
97-98	336
01-02	306

Fonte: BACCARIN (2005). Org: ARAÚJO, D. F, C. (2017)

Dessa forma, segundo Ramos (2002), o complexo canavieiro tem verificado um processo de concentração produtiva e de centralização de capital que há muito não se via, e tende a diminuir a heterogeneidade produtiva, propiciando redução do número de unidades e elevação da escala média de produção.

No contexto atual, muitas empresas atentam para novas estratégias tecnológicas em nome da sobrevivência setorial e de maior competitividade. A utilização de avançadas tecnologias industriais e novas formas de gestão evidencia a preocupação em reduzir custos e aproveitar os subprodutos derivados da cana-de-açúcar.

No que se refere ao mercado de trabalho, Guedes, Gallo & Martins (2002) afirmam um dos aspectos de sua dinâmica é determinado pelo processo de mecanização do corte da cana-de-açúcar e da utilização intensa de insumos químicos ao longo da produção, acarretando a diminuição do número de postos de trabalho. Para os que não têm seus postos de trabalho eliminados pelo processo de automação exige-se carga horária intensa, grau elevado de exigência e produtividade, além da expansão dos ganhos condicionado o desempenho da empresa.

Segundo Moraes (2002), a escolha entre produzir álcool anidro, álcool hidratado e açúcar é uma decisão atualmente tomada pelo setor privado de forma geral considera como variável a decisão dos preços relativos dos produtos. Embora exista um limite individual a essa flexibilidade dada pela capacidade instalada de produção de cada um dos produtores, é mais um fator da dificuldade e adequação da oferta à demanda em ambiente de livre mercado. A decisão sobre a oferta torna-se complexa ao envolver diversos mercados integrados de forma simultânea.

De fato, é possível perceber novas regiões fortemente impactadas em suas atividades produtivas pela expansão do complexo canavieiro, incorporando as inovações produtivas, enquanto observa-se a retração de unidades em regiões tradicionais como o Nordeste, que perdeu participação relativa, conforme destacado na tabela 4 a seguir.

Tabela 4 Unidades agroindustriais sucroalcooleiras no Brasil.

Ano	Brasil	Centro-Sul	São Paulo	Nordeste
1991/92	-----	269	137	-----
1996/97	411	281	149	130
1997/98	340	235	135	105
1998/99	-----	241	139	-----
1999/ 2000	332	223	136	87
2000/2001	-----	230	127	-----

Fonte: VIAN, (2003). (Ogr: ARAÚJO, D, F, C., (2017)

Analisando os dados em todo Brasil, entre as safras de 1996/97 e 1997/98, ocorre redução de 71 unidades produtoras tanto no Centro Sul, quanto em São Paulo e ainda ocorrem retrações substanciais de unidades no período. Porém, o ritmo de decréscimo diminui proporcionalmente entre as safras de 1997/98 para 1999/2000 no Brasil e no Centro Sul, ocorrendo aumento de uma unidade em São Paulo. No Nordeste, apesar de a retração de unidades produtivas diminuírem de 1997/98 para 1999/2000, continua proporcionalmente maior do que nas demais regiões referidas anteriormente.

Ao considerar as especificidades do complexo canavieiro no Nordeste ressalta-se as condições naturais do Nordeste brasileiro e a proximidade com o mercado europeu beneficiaram o aumento da cultura canavieira e a produção do produto de maior valor na economia brasileira, a partir do final do século XVI, o açúcar. Contudo sua lógica de produção sempre se pautou no conservadorismo do campo empresarial, baixa incorporação de progresso tecnológico e nenhuma preocupação com as condições de trabalho. Os grandes produtores recorreram ao recurso da incorporação de novas terras e de mão de obra abundante e barata, numa dinâmica de produção extensiva e se perpetua na economia da região.

Carvalho (2002) afirma, que os grupos empresariais resistiram e passaram a concentrar a produção de cana de açúcar e álcool e levaram adiante um processo de modernização do setor, inclusive por meio da introdução de novas unidades industriais nos estados do Centro Sul, conforme mencionado anteriormente. Mas a maioria dos usineiros precisou reduzir o número de unidades para lidar com o processo de mudanças introduzidas a partir dos anos

1990, pautadas na desregulamentação do mercado e na modernização do processo de produção e comercialização dos derivados da cadeia produtiva da cana de açúcar.

Pesquisa divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) em 2007 mostra que o setor sucroalcooleiro gera com as atividades direta e indiretamente ligadas ao setor em torno de R\$ 40 bilhões a cada ano, e implica na formação de aproximadamente 2,35% do PIB nacional, além de empregar mais de 3,6 milhões de trabalhadores diretos e indiretos. O país constitui-se como o maior produtor e exportador de cana e de açúcar¹⁵ e destaca-se pelo desenvolvimento de tecnologia capaz de utilizar combustível renovável alternativo ao petróleo, colocando o país em destaque tanto no mercado interno como externo. Porém um conjunto de modificações emerge dessas mudanças, inclusive o deslocamento de trabalhadores nordestinos para o Centro Oeste, e interior de São Paulo e Triângulo Mineiro, para onde se deslocam usinas do Nordeste ou são introduzidas novas unidades industriais.

1.2. O etanol brasileiro

O setor do agronegócio canavieiro passou um momento favorável no governo do então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Ao mesmo tempo em que há um aumento do consumo de açúcar e combustíveis, sobretudo o álcool, o mercado externo também esteve cada vez mais atraente e promissor. Diversas pesquisas apontam uma tendência para o aumento do consumo de etanol, em função da conjunção de alguns fatores, como a substituição do MTBE¹⁶; a necessidade de diminuir as emissões de GEE¹⁷ de redução das emissões atmosféricas e de melhoria da qualidade do ar nos grandes centros

¹⁵ Na safra 2005/2006, a moagem foi de 431,4 milhões de toneladas de cana, que resultou na produção de 26,7 milhões de toneladas de açúcar e 17 bilhões de litros de álcool. (DIEESE, 2007)

¹⁶ MTBE – Trata-se do Éter Metil Terbutílico (MTBE, sigla em inglês), uma substância química usada na gasolina como aditivo oxigenado. O objetivo é promover uma combustão completa e reduzir o nível de emissões de monóxido de carbono dos automóveis.

¹⁷ Gases de Efeito Estufa (GEE), ou simplesmente Gases Estufa, são substâncias gasosas naturais responsáveis pelo aquecimento da Terra. Eles são vitais para a manutenção da vida do planeta, já que absorvem parte da radiação infra-vermelha emitida principalmente pela superfície terrestre, e dificultam seu escape para o espaço, mantendo a Terra aquecida.

urbanos; o interesse em desenvolver o agronegócio, mantendo o nível de emprego e melhorando a qualidade agrícola. Assim, o momento foi propício para o Brasil, em cujas políticas públicas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010) introduziu os biocombustíveis em sua matriz energética e é, hoje, referência para o resto do mundo, e exerce papel de protagonista no processo de transformação dos biocombustíveis em *commodities* energéticas mundiais.

O Brasil se destaca como um dos maiores produtores graças à combinação de condições favoráveis ao cultivo da cana, a grande disponibilidade de terras aráveis e de uma demanda interna substancial, em virtude da extensa e crescente frota de automóveis *flexfuel*. O Brasil utiliza somente sete milhões de hectares para o plantio dessa cultura, cerca de 50% para a produção de etanol e o restante para a de açúcar. Essa área representa só 1% do total aproveitado para plantios no Brasil, (MACEDO, 2010).

O Brasil durante as duas gestões do governo Lula (2002-2010) realizou esforços políticos para ampliar sua participação no cenário internacional no tocante aos temas da agenda ambiental internacional. No contexto de escassez de recursos energéticos fósseis, tem-se recorrido a fontes energéticas renováveis, como as originárias de produtos agrícolas, como o etanol. O interesse nos biocombustíveis, com destaque para o etanol, insere-se numa nova realidade mundial. A preocupação com o aquecimento global e com a proteção ao ambiente leva ao questionamento da sustentabilidade da indústria mundial ter uma matriz energética dependente da queima de combustíveis fósseis. Diante disso, a instabilidade política dos maiores produtores de petróleo e o cenário de escassez contribuem para as constantes oscilações de preço. Vislumbra-se, assim, uma crise global no tocante às fontes de energia que compõem a matriz energética mundial atualmente, e torna essencial a ampliação do uso de fontes renováveis. A partir de 2003, a defesa dos biocombustíveis representa uma clara conexão entre política energética e política externa. De certa forma, pode-se até afirmar uma instrumentalização política da questão energética em função das metas externas do país. Percebe-se a produção de etanol tem sido uma oportunidade para o Brasil expandir e aprofundar suas relações exteriores, e com isso marcar sua posição como um ator cada vez mais relevante no cenário internacional (KOHLHEPP, 2010).

O Presidente tem sido o ator principal de uma nova fase da política externa do país ancorada na popularização do etanol como combustível ideal para o século XXI. Nos últimos tempos, nada teria um peso político maior para o Brasil do que o de líder do processo de substituição do petróleo por energias alternativas. Em suas viagens, Lula sempre afirmou que a produção dos combustíveis verdes no Hemisfério Sul é ideal para uma melhor distribuição de renda para milhões de pessoas dessa região do planeta (SIMÕES, 2007, p. 12).

Desde o início do governo Lula, nota-se uma acentuada intersecção de temas nacionais e internacionais. Exemplo disso foi à priorização das metas de administração em torno dos biocombustíveis. Um programa público de ampla abrangência, congregando diferentes setores e repartições governamentais, incluindo o Ministério das Relações Exteriores, elevado a caráter de comprometimento nacional com a causa global de redução dos impactos causados pelos combustíveis fósseis e do importante papel destas fontes energéticas para o crescimento e desenvolvimento das sociedades modernas (ALMEIDA, 2018).

Ao entrar no Palácio do Planalto, todos os visitantes deparam-se com enorme painel sobre o Programa Brasileiro de Etanol. Em todas as viagens do Presidente Lula ao exterior e em todos os contatos com visitantes estrangeiros ao Brasil, os biocombustíveis sempre têm papel de destaque. A determinação do Presidente em difundir o emprego de biocombustíveis no mundo é, sem dúvida, uma das marcas de sua administração (SIMÕES, 2007, p. 11).

No governo Lula, o desenvolvimento destas novas fontes energéticas pode constituir, em longo prazo, na base de uma estratégia de inserção internacional mais positiva para o Brasil, haja vista o domínio tecnológico, o país possuiu no setor à crescente demanda interna e externa. Nesse sentido, destacou-se na agenda de política externa brasileira a importância da matriz energética dos biocombustíveis, a mesma possibilita resultados expressivos sobre as mais diversas áreas, tanto na temática ambiental como na criação de possibilidades de desenvolvimento econômico e social de vários países.

Os biocombustíveis são uma grande prioridade do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele está convencido de que os biocombustíveis não só contribuem para o desenvolvimento brasileiro, mas que a nossa experiência nessa área pode ser transmitida a vários outros países em desenvolvimento. De certa forma, sentimo-nos um pouco responsáveis em transmitir isso a alguns outros países. Nossa posição está sempre baseada na coordenação entre o Itamaraty, Casa Civil, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Agricultura e outros órgãos. Temos de

levar não só a imagem dos biocombustíveis brasileiros, mas, mais do que isso, tentar levar a experiência dos biocombustíveis brasileiros para outros países (LAGO, 2009, p. 124).

A citação de Lago (2009) faz parte da propaganda do governo Lula sobre a diplomacia do etanol, o Presidente Lula disseminou a imagem do Brasil através dos biocombustíveis e sua experiência para outros países. Com a intenção de assinar acordos para o setor, o Presidente Lula durante seu mandato realizou varias viagens a diversos países. Esta posição reforça o viés universalista e pragmático do presidente Lula. Com uma agenda internacional tomada por questões ambientais, pelos aumentos no preço do petróleo e pela insegurança energética, a agroenergia tornou-se uma estratégia adequada para universalização das relações internacionais. Igualmente, estando o Brasil avançado tecnologicamente no setor, sobretudo na produção de etanol, cria-se uma oportunidade única a ser explorada pelo país. A diplomacia do etanol foi explorada pelos formuladores de política externa no Brasil não apenas como possibilidade de vender a tecnologia desenvolvida pelo país, mas também pelo viés desenvolvimentista compreendido na questão, uma vez que a questão ambiental está inserida na política, assim como a possibilidade de produção deste bem por países pouco desenvolvidos, expandindo a pauta de exportação dos mesmos.

A promoção dos biocombustíveis brasileiros, com ênfase no etanol a partir da cana-de-açúcar, como solução à iminente crise energética e resposta a preocupação manifesta na comunidade internacional com a questão ambiental, coloca o Brasil em posição de destaque. A promoção dos biocombustíveis não apenas serve as necessidades contemporâneas de encontrar uma fonte renovável de energia, mas também contribui para a consolidação do desenvolvimento do país. A seguir o pronunciamento do então presidente Lula

O que nós gostaríamos é que os países ricos, ao adentrarem a era dos biocombustíveis, façam parcerias com os países mais pobres, sobretudo na África, para que a gente possa produzir lá, parte dos biocombustíveis que os países ricos desejam. É uma forma de a gente ajudar a desenvolver a África, e é uma forma de resolver o problema da migração. Enquanto não tiver esperança, emprego e renda, as pessoas se tornarão nômades, viajando pelo mundo afora. É preciso que se tenha políticas de solidariedade e políticas de desenvolvimento. O que nós não podemos é falsear uma discussão tão séria como a renovação da nossa matriz energética. O que o Brasil tem a oferecer são os nossos 30 anos de experiência, é o atingimento de sete milhões

de carros flexfuel. Por fim, eu queria dizer para vocês que o Brasil está disposto, sobretudo com os países mais pobres e com o continente africano – a fazer a transferência daquilo que nós conhecemos. Nós não queremos ser os donos da verdade na área de biocombustíveis, mas não queremos permitir que nenhuma falsa idéia ou nenhuma mentira seja contada sobre os biocombustíveis (DA SILVA, 2008).

A política do governo Lula de incentivo à produção de biocombustíveis, sobretudo o etanol, fonte energética que o Brasil apresenta vantagens em relação aos demais produtores, permite ao país o alargamento e a intensificação de sua inserção no plano internacional. Para demonstrar a importância que os biocombustíveis adquiriram, cabe citar uma notícia no Ministério das Relações Exteriores:

No ano de 2006, 425 milhões de toneladas de cana foram processadas em 310 usinas no Brasil, produzindo 30 milhões de toneladas de açúcar e 17 milhões de metros cúbicos de etanol. Estimativas recentes indicam que os mercados potenciais (externo e interno) para o etanol e açúcar brasileiros usariam em 2012-2013 cerca de 685 milhões de toneladas de cana, produzidas em 6,4 milhões de hectares; para isso, no Centro-Sul seriam usadas 77 novas unidades de produção, com investimentos de US\$ 14,6 bilhões. Em 2012-2013, cerca de 60% da cana seria destinada ao mercado interno; no total, além do açúcar, seriam produzidos 35,7 milhões de metros cúbicos de etanol (7 milhões de metros cúbicos para exportação) (MACEDO, 2007, p. 177).

Em termos da promoção do desenvolvimento econômico, constata-se o etanol produzido a partir da cana-de-açúcar corresponde a uma alternativa atraente para países do continente asiático, africano e americano. A ação para aumentar a utilização dos combustíveis verdes em larga escala abre a possibilidade de formação de um mercado mundial para o etanol. O governo Lula trabalhou não somente para ampliar a produção de etanol, mas também para transferir experiência e tecnologia. Mesmo uma relativa perda com a cessão de tecnologia, os ganhos são superiores, pois a utilização de biocombustíveis pode elevar o país ao status de principal produtor deste produto.

Diante do exposto, não há dúvida do uso crescente de energia propiciou um maior crescimento econômico. O aumento da demanda por energia ampliou desenvolvimento de sistemas e tecnologias mais eficazes e a diversificação de fontes de energia, sobretudo as consideradas limpas e renováveis. Além de melhores tecnologias e sistemas de geração de energia, também têm sido constantes as preocupações com infraestrutura de distribuição e

regulamentação do etanol. O álcool combustível tem despertado o interesse de muitos agentes econômicos.

Nos primeiros anos de Lula na presidência da República a situação externa apresentou-se favorável. De acordo com Filgueiras e Gonçalves (2007), os bons indicadores desse período podem ser creditados à conjuntura internacional e teria alavancado o dinamismo da economia brasileira. A renda mundial e as taxas de investimentos cresceram em um ciclo expansivo da economia mundial. Além disso, observou-se um crescimento do volume do comércio mundial e dos preços internacionais, houve melhoria nas contas externas dos países em desenvolvimento. Desta forma, o bom desempenho das contas externas brasileiras no início do primeiro mandato de Lula deve ser creditado ao aumento das exportações brasileiras, principalmente de commodities agrícolas. Esses produtos, são intensivos em recursos naturais e, por isso, tem menor impacto nas cadeias produtivas.

No próximo capítulo vamos direcionar nossa análise sobre os aspectos da produção no Triângulo Mineiro, especialmente, para Ituiutaba.

1.3 Algumas considerações sobre agricultura no Triângulo Mineiro

No início da década de 1970, são criados planos de desenvolvimento visando a ocupação efetiva dos cerrados e o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro)¹⁸, prevendo investimentos no desenvolvimento das agroindústrias e aumento da produtividade. Medidas como mecanização da produção, criação de um sistema de armazenamento e transporte, uso de corretivos para o solo, capazes de modificar as características naturais de um solo arenoso e pobre em nutrientes, mas com uma topografia adequada ao uso de tratores, colhedoras e introdução de sistemas de irrigação dos cultivos, foram adotadas para garantirem a implementação do programa.

[...] a partir da década de 1970, somaram-se esforços do Estado e do capital privado para a expansão da fronteira agrícola para as áreas de Cerrado, com o objetivo de consolidar a agricultura moderna nessas áreas. Os projetos estatais implantados nas áreas de Cerrado tinham como justificativa principal a retirada dessas áreas do atraso econômico e sua integração ao restante do país. As operações do

¹⁸ Também são criados no período o Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI), o Plano de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP) e o Programa de Cooperação Nipo Brasileira para Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados (PRODECER).

governo tornaram essas áreas modernizadas, urbanizadas e integradas à econômica nacional e internacional (MATOS, 2011, p. 116).

O Triângulo Mineiro é uma das regiões brasileiras que melhor incorporou as orientações do novo padrão agrícola brasileiro e modernizou-se ao longo dos anos 1970 e 1980, apesar da crise econômica se estabelecer na economia nacional. Ganham força culturas como o café e a soja. Além disso, a região torna-se grande produtora de cana de açúcar no final dos anos 1980.

Segundo Guimarães (2002), os créditos liberados pelo Polocentro foram distribuídos em valores crescentes, de acordo com o tamanho da propriedade, provocativa de exclusão dos pequenos proprietários, criando uma nova configuração do espaço agrário, com a introdução de culturas voltadas para a exportação e valorização das grandes propriedades.

Sobre o POLOCENTRO¹⁹ Pessoa (1988), afirma que,

[...] dentre os programas propostos pelo II PND, o POLOCENTRO, desempenhou um papel fundamental na ocupação dos Cerrados e foi o responsável pelas mudanças na estrutura agrária destas áreas, produzindo novos espaços para atender aos interesses do capital monopolista (PESSÔA, 1988, p.49).

O programa ainda privilegia os produtores provenientes de outras regiões, em detrimento dos proprietários tradicionais residentes na região, e levou muitos produtores a venderem suas terras e instalarem-se nas periferias das cidades. Esse processo configura uma lógica de exclusão de parte dos trabalhadores, não encontrando mais oportunidades de trabalho como arrendatários e parceiros, intensificou o contingente de mão de obra temporária, inclui precárias condições de vida e ocupação, salários baixos, extensas jornadas e condições inseguras de transporte.

Sendo assim, observamos o espaço agrário no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, caracterizado pela criação extensiva de gado de corte e pela agricultura de subsistência, modificar-se de forma dramática após a inauguração dos programas de ocupação dos cerrados, e fomentou de forma proeminente a mudança do perfil de produção regional com aumentos significativos em termos de produtividade, sem alterar, contudo, sua estrutura fundiária.

¹⁹ Mais leituras sobre o POLOCENTRO ver: Ferreira (1985) e Pessoa (1988).

Para Mendonça, (2004):

A ocupação “racional” das áreas do Cerrado reforçou o poder político e econômico das elites conservadoras, a partir de empresas rurais, do estado e das transnacionais, impulsionadas pela Agroindustrialização, estimuladas pela reestruturação produtiva do capital mundializado. Mendonça (2004, p.213)

Durante as décadas de 1980 e 1990, é notório o destaque ao Cerrado nos programas direcionados ao desenvolvimento da agricultura, a região é tida como grande celeiro de alimentos como espaço de progresso e produção, de tecnologia avançada, uma vez incentivadora da exploração da agricultura de forma racional. Entretanto, não emergem, no discurso governamental, os indicadores do caráter excludente da modernização da agricultura, a concentração fundiária e a elevada sazonalidade do emprego agrícola no campo, grupos de trabalhadores encontram trabalho somente no pico da safra agrícola, úteis em culturas modernas como força de trabalho em tarefas ainda não mecanizadas.

A agroindústria British Petroleum (BP), unidade Ituiutaba Bioenergia Ltda, se instalou na microrregião de Ituiutaba com a compra da Companhia Nacional de Açúcar e Alcool (CNAA) a partir de 2011.

Foto 1 – Agroindústria British Petroleum (BP) – Unidade Ituiutaba Bioenergia Ltda (2014)



Fonte: Sampaio, M. A. P (2014).

A agroindústria British Petroleum – Unidade Ituiutaba tem a capacidade de processar 2,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar a cada safra, com capacidade de produção de 450 a 500m³ de álcool. A companhia é autossuficiente na geração de energia elétrica, gerando 400 Megawatts ao dia através do vapor procedente da queima de bagaço nas caldeiras. A empresa produz etanol e o açúcar VHP é utilizado como matéria-prima para outros processos e destinado ao refino devido a sua alta polarização, podendo ser usado para o consumo, mas é exportado para outros países para produção do açúcar refinado. Trata-se de um açúcar bruto, que permite aos clientes modificá-lo em vários tipos de açúcares para o consumo. Nesta empresa não existe o corte de cana-de-açúcar manual, visto que a mesma é mecanizada e sua produção é voltada para o mercado externo.

A agroindústria Laginha S/A – Unidade Triálcool, localizada no município de Canápolis -MG, foi incorporada ao Grupo João Lyra em 30 de novembro de 1988. Essa agroindústria tem capacidade de produção de distribuição superior a 2 milhões de sacas de açúcar e 90 milhões de litros de etanol ao ano.

Os motivos que levaram a instalação da unidade Triálcool (foto 2) no município de Canápolis é a proximidade com duas importantes cidades, situada a 20 quilômetros de Ituiutaba e 100 quilômetros de Uberlândia, o que facilita a logística e o escoamento de sua produção. Outro fator determinante é sua

localização, que proporciona a disponibilidade de terras e solos férteis, potencializando uma ampliação dessa monocultura, com alto índice de precipitação pluviométrica.

Foto 2 – Agroindústria Laginha S/A – Unidade Triálcool (2008)



Fonte: TRIÁLCOOL -S/A (2008)

A empresa Triálcool tem capacidade de processar 9.600 toneladas ao dia, tendo plantado uma área de 20.000 hectares na safra 2011/2012. A unidade Triálcool possuía 24 fazendas próprias totalizando uma área de 6.700,34 hectares e 76 fazendas arrendadas de produção de cana-de-açúcar numa área de 23. 396,86 hectares. Tem autossuficiência na produção de energia, transformando térmica em eletricidade, por meio de geradores e vendendo o excedente a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG).

A agroindústria Vale do Paranaíba, (Foto 3) está situada no município de Capinópolis – MG, faz parte do grupo João Lyra e foi começou suas atividades no ano de 2003. Com um sistema moderno em relação às outras unidades do Grupo João Lyra, a Vale do Paranaíba possui um sistema de moagem através do processo de difusão²⁰ onde o caldo de cana é extraído através de difusores.

²⁰ A difusão consiste na condução da cana em aparelhos conhecidos como difusores, a fim de que a sacarose adsorvida ao material fibroso seja diluída e removida por lixiviação ou lavagem num processo de contra-corrente. Visando reduzir a quantidade de água necessária, é feita uma operação de retorno do caldo diluído extraído. Assim, ao final da operação, quando o bagaço se apresenta exaurido ao máximo, faz-se a lavagem com água fresca. O líquido obtido dessa lavagem, contendo alguma sacarose que se conseguiu extrair do bagaço, é usado na lavagem

A colheita de cana-de-açúcar nos canaviais é realizada pelo corte manual que emprega centenas de trabalhadores.

Foto 3 – Agroindústria Laginha S/A – Unidade Vale do Paranaíba (2009)



Fonte: Laginha S/A (2009).

De acordo com os dados do Grupo João Lyra²¹ a unidade Vale do Paranaíba possui 14 fazendas próprias e mais 95 imóveis arrendados situados nos municípios de Ituiutaba e Capinópolis – MG, com uma área total de 3.225,95 hectares. A empresa possui capacidade de 2,5 milhões de sacas de açúcar, produzindo 110.000 m³ de álcool. Notadamente, o Grupo João Lyra foi um conjunto de empresas de grande atuação nacional no que tange ao setor sucroalcooleiro, pois além das unidades instaladas no Triângulo Mineiro, fazem parte das empresas a usina de Laginha, Uruba e Guaxuma, no estado de Alagoas (SOUZA, & CLEPS, 2009).

A Companhia Energética Vale do São Simão (Foto 4), localizada no município de Santa Vitória foi incorporada ao Grupo Andrade em 2007 e iniciou suas atividades em maio de 2010.

anterior por ser um pouco mais rico e, assim sucessivamente. Esse retorno pode ser efetuado de cinco a 20 vezes, dependendo do grau de esgotamento desejado. Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_103_22122006154841.html. Acessado em: agosto de 2018.

²¹Avaliação Patrimonial. Disponível em: <http://www.grupojl.com.br/avaliacao-patrimonial/>. Acessado em: agosto de 2018.

Foto 4 – Agroindústria Vale do São Simão (2010)



Fonte: Grupo Andrade (2010).

De acordo com os dados coletados no site da empresa²² a mesma produz sua energia elétrica e comercializando o excedente a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) por meio da queima do bagaço. A Vale do São Simão realiza a colheita de cana-de-açúcar com máquinas colheitadeiras.

No contexto do Triângulo Mineiro, encontram-se vários municípios beneficiados pelos programas mencionados anteriormente ou por programas como o Proálcool, ocorrido, por exemplo, à cidade de Ituiutaba, entre as quais recebeu forte estímulo para a produção de cana de açúcar, devido à posição geográfica do município na fronteira com o estado de São Paulo, o mais importante consumidor de álcool combustível e de açúcar do país.

Atualmente, quarenta e três anos após a criação do Proálcool, a expansão das usinas o agronegócio canavieiro espalhou-se pelo Triângulo Mineiro, nordeste do Mato Grosso do Sul e sul e sudoeste goiano, com o aumento do

²² Grupo Andrade. Disponível em < <http://www.grupoandrade.com.br/> > acessando em 10 agosto de 2018.

faturamento e geração de empregos, conforme aponta o DIEESE²³: “o faturamento do setor agroindustrial canavieiro supera R\$ 40 bilhões por ano, cerca de quatro milhões de empregos diretos e indiretos”. Além de Ituiutaba, destacam-se como importantes produtores de cana de açúcar, os municípios de Capinópolis, Guarinhata, Ipiacú, Cachoeira Dourada e Santa Vitória.

Em Ituiutaba, a exploração das atividades, direta e indiretamente ligadas ao setor agronegócio canavieiro iniciou-se com a instalação da agroindústria Companhia Nacional de Açúcar e Alcool (CNAA) em 2008, sendo a mesma adquirida pela British Petroleum (BP) em 2011.

Podemos destacar na tabela (5) abaixo o crescimento do setor, exatamente, na Microrregião Geográfica de Ituiutaba, conforme os dados:

²³ DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta_Expressa/Setor/Biocombustiveis/201006_02.html Acesso em 05 mai. 2018.

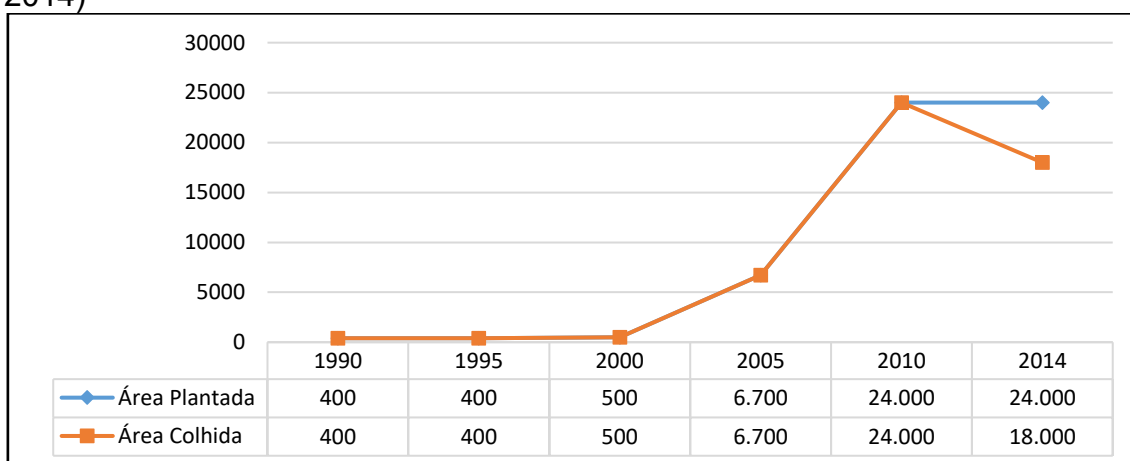
Tabela 5: Microrregião Geográfica de Ituiutaba: área plantada (hectares) e quantidade produzida (toneladas) de cana-de-açúcar (anos selecionados)

Município	Área (há)				Quantidades (t)			
	2000	2005	2010	2015	2000	2005	2010	2015
Cachoeira Dourada	-----	150	1.600	-----	-----	15.000	146.080	-----
Capinópolis	20	5.150	8.450	2.265	1.400	489.250	718.250	158.550
Guarinhatã	20	30	4.000	8.300	1.400	2.400	342.000	564.400
Ipiaçu	15	2100	4.750	4.600	1.050	178.500	285.000	299.000
Ituiutaba	500	6.700	24.000	28.000	35.000	502.500	1.680.000	1.430.000
Santa Vitoria	40	50	25.867	53.500	2.800	350	2.069.360	3.477.500

Fonte: IBGE- Produção Agrícola municipal (2015) Org: ARAÚJO, D, F, C. (2017)

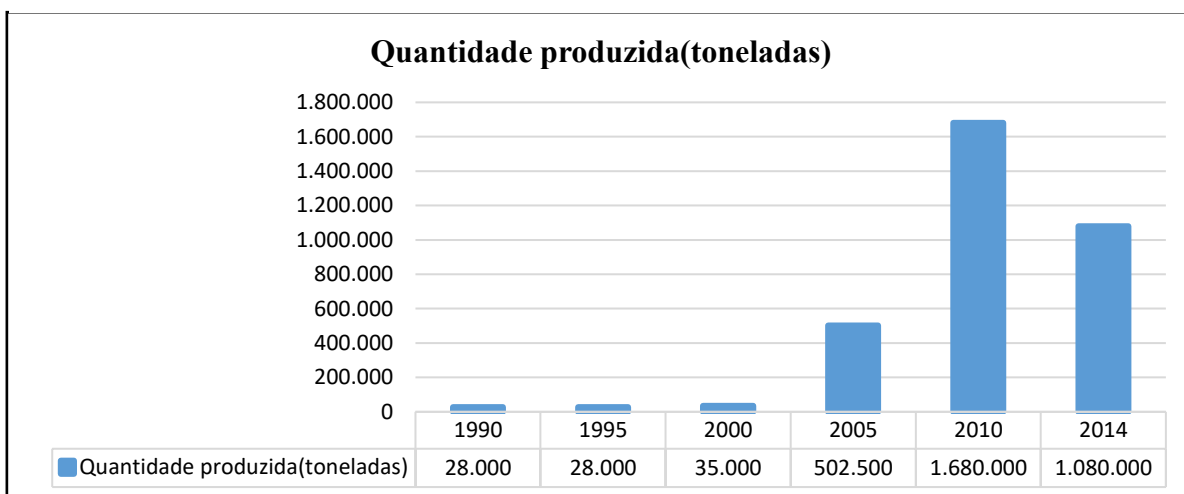
A expansão da cana-de-açúcar ganha destaque a partir da década de 1990 com um crescimento considerável entre 1990 e 2010. As áreas plantadas e colhidas obtiveram a mesma produção saltando de 400 hectares para 24.000 ha nesse período, representando um crescimento de 5.900%, conforme gráfico (1). Conforme pode ser verificado neste mesmo gráfico, a área plantada em hectares entre 2010 e 2014 se manteve estagnada, reflexo de uma iminente crise no setor. Na à área colhida em hectares nesse mesmo espaço de tempo, houve uma redução de 33,3%. Esses dados ocorreram em virtude da crise do Grupo João Lyra, e ocasionou a interrupção do arrendamento de terras para as usinas do grupo, com o intuito de se produzir cana no município e, por consequência, ocorreu à diminuição na produção canavieira no município de Ituiutaba.

Gráfico 1: Evolução da área plantada e colhida no município de Ituiutaba (1990-2014)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Org: ARAÚJO, D, F, C. (2017)

Gráfico 2: A quantidade produzida de cana-de-açúcar em toneladas no município de Ituiutaba (1990-2014).

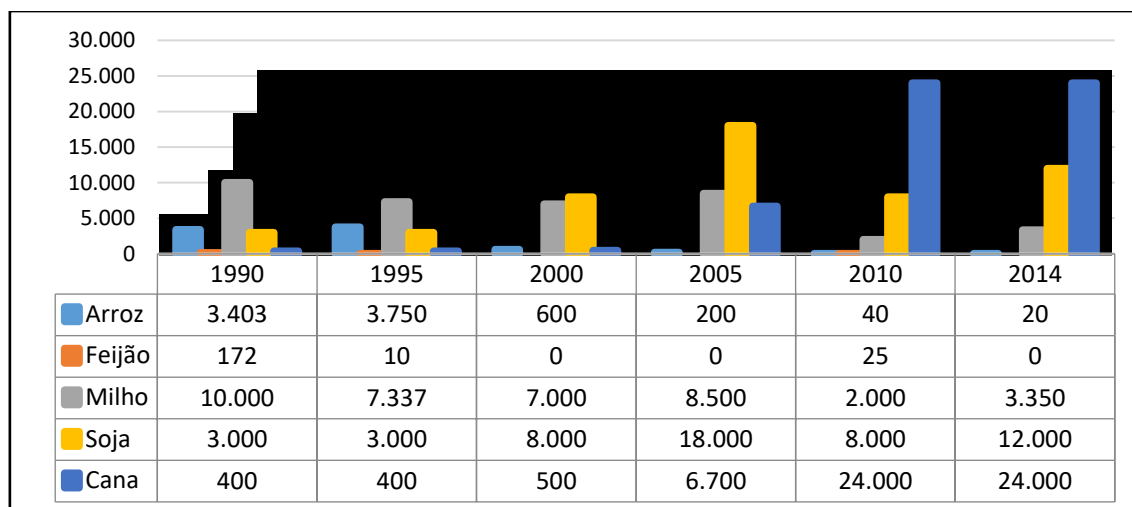


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Org: ARAÚJO, D, F, C. (2017)

Quanto às quantidades produzidas em toneladas no município de Ituiutaba entre 1990/2010, na produção geral da monocultura canavieira saltam de 28.000 toneladas para 1.680.000 milhões de toneladas. Após esse período o setor entra em um momento de recessão com queda de 55,5% entre 2010 e 2014, a falência de duas agroindústrias situadas na Microrregião Geográfica de Ituiutaba, já apontadas anteriormente.

O aumento da produção canavieira e o arrendamento de terras por parte das agroindústrias canavieiras de médias e pequenas propriedades verificou-se uma diminuição das demais culturas, com sérios prejuízos à agricultura familiar.

O gráfico três traz um comparativo da área plantada entre as culturas de arroz, soja, milho, feijão e cana-de-açúcar, demonstrativo das décadas com a territorialização da agroindústria canavieira no município de Ituiutaba, e quando as demais culturas foram perdendo espaço para a monocultura canavieira.

Gráfico 3: Evolução das monoculturas em Ituiutaba (1990-2014)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017). Org: ARAÚJO, D, F, C. (2017).

Nesse contexto pouco se alterou em termos de concentração fundiária no cenário brasileiro e aumentou sua lacuna entre as propriedades vinculadas ao agronegócio, destinadas à agricultura familiar e à produção de alimentos, e aquelas destinadas a abastecerem os municípios brasileiros, é preocupante, ao passo das grandes propriedades não abastecerem o mercado interno.

Fica evidenciado o processo de expansão e territorialização da agroindústria canavieira, e como o mesmo tem gerado novas configurações nessa parte do território mineiro, a partir da introdução da cana em substituição das demais culturas. No entanto com a crise do setor e a falência das agroindústrias canavieiras pertencentes ao Grupo João Lyra, é uma obviedade a situação de incertezas ao setor e para aqueles trabalhadores dependentes do mesmo.

No próximo capítulo vamos direcionar nossa análise aos trabalhadores do corte de cana na microrregião de Ituiutaba. Como consequência da expansão das lavouras de cana, a mão-de-obra migrante para o corte da cana se fez presente nos municípios da Microrregião em cerca de dez anos (2003 a 2013). Para a colheita manual, os trabalhadores do Nordeste, especialmente do estado do Piauí, Alagoas e Rio Grande do Norte, eram os preferidos, não apenas por faltar mão-de-obra local, mas porque para as usinas eles apresentavam mais resistência física e maior “submissão” às condições impostas

CAPÍTULO 2

NARRATIVAS DE VIDA E TRABALHO NOS CANAVIAIS: O LADO AMARGO DA PRODUÇÃO CANA

Neste capítulo, abordaremos aspectos referentes ao fenômeno da migração. Inicialmente trataremos sobre as características gerais do processo de migração e, posteriormente, analisaremos especificamente a migração para o corte da cana-de-açúcar, a partir dos autores José de Souza Martins e Maria Aparecida Moraes Silva, em seguida vamos tratar da precariedade e desumanidade do trabalho nos canaviais, não somente a partir de uma compreensão dos elementos estruturais permeadores de todas as atividades produtivas no sistema capitalista, mais especificamente as presentes condições de vida e trabalho dos trabalhadores da cana.

2.1 Migração sazonal/ temporária

Ao configurar um processo de inclusão-exclusão preconizado pela mobilidade sócio espacial, conforme Martins (2008) observa-se um quadro de destruição das relações de trabalho manifestada sob a forma de angústia. A concepção de Abismo descrita por Martins (2008) tem função metodológica em explicitar as mazelas pelas quais podem ser sociologicamente obtidas, cuja vida se desenrola nos extremos das situações sociais adversas. O autor afirma, que ao debater a “exclusão” deixamos de discutir as formas pobres, insuficientes e, às vezes até indecentes de inclusão.

No livro *Exclusão social e a nova desigualdade*, de José de Souza Martins a exclusão social não é um fenômeno novo, é a tentativa de transformá-la numa categoria explicativa de todos os males de nosso tempo. Esse livro é uma crítica à concepção corrente de exclusão e um convite a uma reflexão consequente sobre os constituintes do verdadeiro problema: o modo como se dá a inclusão na sociedade pela qual fez da exclusão um modo de vida.

Martins explica, talvez pudéssemos negar a existência da exclusão: o que existem são vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Essa mesma “exclusão” fala de “situações objetivas de privação, mas não nos fala tudo nem nos fala o essencial” (Martins, 2002, p. 43); a partir dela não se luta por transformações sociais, mas sim “em favor de relações sociais existentes, no entanto inacessíveis a uma parte da sociedade” (2002, p. 47).

Martins, (1997) afirma:

[...] tem como lógica própria tudo desenraizar e a todos excluir porque tudo deve ser lançado no mercado. Ela desenraiza e exclui para depois incluir segundo as suas próprias regras. É justamente aqui que reside o problema: nessa inclusão precária, marginal e instável (Martins, 1997, pp. 30-32).

Segundo Martins (1997), o período de passagem do momento da “exclusão” para o momento da “inclusão” implica certa degradação na sociedade moderna, pois se cria uma grande massa de população derradeira com poucas chances de ser novamente incluída nos padrões atuais de desenvolvimento, ou seja, o período de passagem entre “exclusão” e “inclusão”, deveria ser transitório, no entanto se transforma num modo de vida permanente e recria uma sociedade paralela, inclusiva do ponto de vista econômico, e excludente do ponto de vista social, moral e até político.

De acordo com Martins (1997) a existência de uma sociedade dupla abriga de duas humanidades: uma humanidade constituída de integrados, ou seja, de uma população de pobres e ricos inseridos nas atividades econômicas, com lugar garantido no sistema de relações sociais e políticas; e uma sub-humanidade, incorporada por meio do “trabalho precário e informal, no pequeno comércio, no setor de serviços mal pagos ou, até mesmo, excluídos” e se baseia em insuficiências e privações de desdobramentos para fora do setor econômico. Isso quer dizer que muitas pessoas estão integradas economicamente mesmo de forma precária, mas criam um mundo à parte, pois estão separadas por categorias sociais rígidas entre as quais não oferecem alternativa de saída e fazem crescer a consciência de que para elas não há justiça. Para Martins, a inclusão até acontece no plano econômico, o indivíduo até ganha algo para sobreviver, mas sua efetividade não ocorre no plano social sem causar deformações morais.

Esse processo acontece com os trabalhadores cortadores de cana quando ao sair do seu estado de origem para o estado de destino, são submetidos ao trabalho degradante e condicionados a inclusão econômica apenas por sobrevivência. Entretanto a exclusão se torna latente à medida que o trabalho aponta aspecto escravista, ausente de emancipação financeira, ou devolutiva ao trabalhador em dignidade e legitimidade social; logo a inclusão delimitada torna-o excluído nas relações sociais.

Deste modo, é importante retomar as discussões de José de Souza Martins e as interfaces da migração, no artigo O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil, publicado em 1986, acerca das diferenças entre migrantes temporários e migrações temporárias. Segundo José de Souza Martins (1986), a migração temporária é mais do que trânsito de uma localidade a outra, e até mais do que trânsito de uma situação a outra. As migrações temporárias do campo para a cidade obedecem principalmente a um calendário agrícola ritmado pela natureza, e marca para o imigrante seu tempo no campo e seu tempo na cidade. Quando termina o ciclo agrícola da lavoura, começa o ciclo da cidade, onde são reproduzidos e recriados meios de sobrevivência como camponês, ao estabelecer ir e vir, numa mobilidade constante. Desta forma o migrante passa por um verdadeiro dilema em sua vida, pois ainda segundo José de Souza Martins (1988),

Mais do que trânsito de um lugar a outro, há a transição de um tempo a outro. Migrar temporariamente é mais do que ir e vir – é viver, em espaços geográficos diferentes, temporalidades dilaceradas pelas contradições sociais. Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca (1988, p. 45).

O migrante temporário, ao retornar já não é mais o mesmo. Ao sair, nas condições em que sai, modifica as relações sociais do seu grupo de origem, altera a organização da família, a divisão do trabalho familiar, o lugar de cada um. Quando retorna, o que encontra, já não é aquilo outrora deixado. Ele nem mesmo se reencontra porque já é outro, procurando ser o mesmo, já não pode ver o mundo da mesma maneira que o via antes.

Conforme Martins, (1986) a migração temporária, "demograficamente" separa os membros de uma família por meio de um deslocamento real no espaço, é, na verdade, uma forma de articular o desenvolvimento do capital à exploração mais intensiva da agricultura familiar.

Trabalhadores rurais que migram temporariamente para outras zonas rurais em busca de trabalho, que aproveitam os períodos de entressafra de suas próprias lavouras para trabalhar na safra de outros produtos, em outras regiões (MARTINS, 1988, p. 47).

Este autor analisa situações concretas de migrações combinadas em dois ciclos agrícolas, e concluem esses deslocamentos temporários um papel fundamental por desempenharem, de um lado a reprodução social do camponês, assalariado a fim de garantir sua sobrevivência e, de outro, a acumulação de capital, uma vez que a empresa capitalista utiliza o migrante como força de trabalho.

A leitura sociológica feita por Martins a respeito das migrações temporárias é de grande valia e nos instiga a buscar compreender cada vez mais esse universo fragmentado e contraditório dos migrantes temporários. Em nossa análise, a respeito dos camponeses migrantes temporários do norte e nordeste, acrescentamos à leitura feita por Martins, a concepção de que esses sujeitos vivem também à duplicidade de classes, ou melhor, como camponeses experimentam as condições de trabalho da classe operária.

A expulsão dos pequenos agricultores das suas terras no norte e nordeste pelo agronegócio e o baixo investimentos dos estados em sua propriedade, faz com que os camponeses se vejam acuados pelas grandes empresas do agronegócio e encontrem na migração para cidade uma alternativa de sobrevivência. Deste modo, a vivência subjetiva da constante ameaça de expulsão por parte dos latifundiários, experimentada como a percepção de um mal que pode ocorrer a qualquer momento, é designada, pela própria cultura camponesa, pela noção de “Besta-fera”. No dizer de Martins:

(..) as representações do mal que aflige os camponeses ameaçados de expulsão da terra pelos grandes proprietários e pelas grandes companhias aparece na figura da Besta-fera apocalíptica. Frequentemente, os diferentes, os de fora, os antagônicos, são considerados ‘correios da Besta’, enviados da Besta. A Besta é também a configuração do dinheiro nesse universo marcado pelo grande fluxo do capital, agente reconhecido das violências contra esses camponeses”. (MARTINS, 1996, p. 55)

Martins (1988), afirma que as migrações camponesas provocam no trabalhador, mesmo que sua ausência seja por um tempo limitado, uma curiosa contradição:

(...) sua ausência modifica o arranjo das relações sociais. Com frequência, na história das migrações temporárias, mulheres e crianças são mobilizadas como mão-de-obra para substituir o trabalhador ausente. Curiosa contradição: quase sempre, o trabalhador migra temporariamente para assegurar a permanência de seu pequeno mundo camponês; migra para assegurar com ganhos extraordinários as carências econômicas que já não podem ser supridas pela própria unidade familiar de produção, seja por deterioração das relações de troca, seja por declínio da fertilidade do solo ou

da produtividade do solo ou da produtividade da força de trabalho. Mas ao voltar, só aparentemente tudo permanece. O ausente e a ausência operam mudanças importantes nas relações sociais do grupo familiar e do grupo de vizinhança. Qualquer projeto de solução de 'problema' falhará se for um projeto de restauração e se não incorporar os aspectos positivos e libertadores da migração e da desorganização social que ela acarreta (MARTINS, 1988, p. 07).

O lado perverso dessa situação é que, ao migrarem, os trabalhadores deixam para trás família e amigos, por alguns meses, o que pode, em alguns casos, redundar num rompimento definitivo dos laços que os ligavam. A esse respeito, Martins afirma:

(...) pode-se dizer que a migração temporária deixa marcas permanentes. O retorno periódico ao ponto de partida não reconstitui a identidade original nem as relações sociais originais do trabalhador. A migração não é estranha a esse pequeno mundo de origem: altera-o, modifica-o de tal modo que ao retornar o migrante já não encontra a mesma situação que deixara. Sua ausência modifica o arranjo das relações sociais (MARTINS, 1988, p. 07)

Lembrando que esse modo de conceber a migração não é único, portanto, não pode ser generalizável, visto que existe migração em que famílias inteiras migram. Isso nos leva a concordar com THOMPSON (1993, p. 18), quando afirma que os "... diferentes tipos de trajetórias de migrantes estão associados também a diferentes tipos de histórias de família [...] porque a migração implica tipicamente uma ruptura...".

O trabalho de Maria Aparecida de Moraes Silva em seu livro "Errantes do Fim do Século", publicado em 1999, evidencia o que parece ter sido uma constante nas décadas de 70-80, no Brasil:

cabe dizer que tal expropriação, culminando com a tomada das terras e a destruição de parte do campesinato, não se deu, em sua quase totalidade, através da violência aberta, mas, ao contrário, através da violência escondida e legal ou seja, da violência monopolizada pelo Estado através da promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização (SILVA (1999, p. 13)

A história da expansão agropecuária no Brasil nos últimos cem anos mostra que houve um deslocamento progressivo da fronteira econômica ao mesmo tempo em que ocorreram vários conflitos pela posse da terra. Apoiadas em incentivos fiscais, grandes empresas capitalistas começaram a vislumbrar grandes negócios na propriedade da terra. O estrangulamento da pequena agricultura e o êxodo rural, entre outros motivos, estão intimamente associados à expansão das pastagens promovida por essas empresas.

Nessa situação, milhares de trabalhadores deslocam-se para o município de Ituiutaba em busca de terra e de trabalho. São trabalhadores que sonham com a terra

que não possuem na região Norte e Nordeste e, quando a têm, ela é insuficiente para a sua reprodução física e de sua família. Não ter terra, ou tê-la em pequena quantidade, pode significar migração para a cidade e, por conseguinte, a perda da autonomia do processo de trabalho, a perda da segurança que a vida no campo comporta, bem como a perda do controle do tempo de trabalho ditado pelo ritmo da natureza.

Em decorrência da instalação de agroindústrias canavieiras na Microrregião de Ituiutaba, a mão-de-obra migrante para corte da cana se fez presente em praticamente todos os municípios. No período da colheita da cana, geralmente, de maio a outubro, tinha-se a concentração de trabalhadores migrantes, sendo a maioria dos estados do Nordeste. Portanto, em consequência da expansão das lavouras de cana nos municípios da Microrregião de Ituiutaba, a mão-de-obra migrante para o corte da cana se fez presente por cerca de dez anos (1980 a 2013). Para a colheita manual, os trabalhadores do Norte e Nordeste, especialmente do estado do Piauí, Alagoas e Rio Grande do Norte, eram os preferidos das usinas, não apenas porque falta mão-de-obra local, mas porque para os empresários da cana eles apresentavam supostamente mais resistência física e maior “submissão” às condições impostas pelo trabalho.

Propomos analisar no próximo tópico as relações de trabalho no corte de cana, as condições atuais de trabalho no eito da cana, isto é, a busca em revelar por meio da investigação sociológica empreendida – em Ituiutaba – as contradições fundamentais emergentes do contexto atual da expansão alarmante do agronegócio canavieiro no Brasil. Em outras palavras, trata-se de verificar, apesar dos avanços obtidos com as lutas sociais dos trabalhadores organizados, as condições de vida e trabalho laboram os milhares de homens e mulheres atuantes no corte da cana nas usinas de açúcar e álcool em Ituiutaba.

Para tanto, traremos à cena, por meio de seus depoimentos e histórias dos trabalhadores no intuito de descortinar a realidade contraditória do desenvolvimento do agronegócio e suas múltiplas determinações sociais.

2.2 A Precariedade das condições atuais de trabalho no eito da cana

Para demonstrar as circunstâncias ocorridas a atual expansão da agroindústria canavieira na microrregião de Ituiutaba, é imprescindível analisar a situação dos

trabalhadores. Nesse sentido, faz-se necessário observar condições dos alojamentos, e de trabalho aos quais os mesmos são expostos.

Na perspectiva de adensar as reflexões aqui produzidas, faço uso de algumas observações de campo realizadas em 2012, quando acompanhei um grupo de trabalhadores sazonais contratados temporariamente pela usina Triálcool. Eu ainda não era um pesquisador em Ciências Sociais, mas ao rever os dados com o apoio da orientação, pude detectar a descrição dos elementos de uma escrita etnográfica pelos quais poderiam compor e adensar as reflexões dessa dissertação.

Desde a contratação dos trabalhadores migrantes, as duas Usinas - a Triálcool e a Vale do Paranaíba - pertencentes ao grupo João Lyra disponibilizaram aos trabalhadores moradias em alojamentos²⁴. Em 2009 e 2013 havia quatro alojamentos, três se localizavam nas proximidades do centro da cidade e um no setor sul da cidade. Nossa inserção de campo aconteceu no “Alojamento Horizonte”, antigo prédio da polícia civil de Ituiutaba, MG. Ali residiam 100 trabalhadores, organizados numa turma²⁵ denominada de “Turma Alagoas”. Na Usina Triálcool as turmas são denominadas de acordo com o estado de origem dos trabalhadores migrantes.

De maneira geral as usinas não aceitam entrada de estranhos nos alojamentos, são espaços vigiados, com normas próprias e com um rigoroso controle para entrada e saída de pessoas estranhas. Em razão das fiscalizações dos órgãos públicos (MPF – Ministério Público Federal, MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, MPT – Ministério Público do Trabalho) para combater as práticas ilícitas de condições degradantes do trabalho nos canaviais, a presença de estranhos não é bem vinda, por parte da usina. Compartilhar as condições de vida existentes nos alojamentos pode custar caro, caso seja detectado condições degradantes, a usina ou o fornecedor podem ser autuados como infratores por condições de trabalho análogas a escravidão. Isso implica, para a usina, em pagar onerosas multas e ter o nome da empresa divulgado na temida “Lista Suja do Trabalho Escravo”. Entre as implicações negativas de uma empresa ter nome incluído nesta lista é a de não ficar apta a receber financiamentos público-estatais, e ainda ter a imagem prejudicada pelo estigma de “empresa escravagista”, impedimentos às exportações de açúcar e álcool para os países da Europa e América do Norte.

²⁴ Alojamento é o local destinado ao repouso dos trabalhadores.

²⁵ Grupo de trabalhadores que operam juntos sob a direção de um chefe.

Os quatros alojamentos mantidos pelo grupo João Lyra em Ituiutaba que atualmente já não funcionam, são fechados para visitas, sendo comum ter uma placa com letras grandes emitindo a mensagem: "Proibida à entrada de estranhos". A justificativa de proteger os trabalhadores dos "estranhos" pode ser lida ainda como uma iniciativa de isolá-los do contato com algo ou alguém que venha comunicar e dar visibilidade às suas condições de vida.

Nosso primeiro contato com os alojamentos partiu de um projeto em conjunto com a Pastoral do Migrante²⁶, eu aluno do curso de Geografia Daniel Féo Castro de Araújo e o professor do curso de história José Josberto Montenegro. O Projeto teve como objetivo realizar rodas de conversa para sensibilizar sobre os riscos, consequências e os impactos na saúde decorrente do trabalho no canavial.

A interação com os trabalhadores foi construída aos poucos, as visitas nos alojamentos aconteciam aos finais de semana. O fato de ter chegado ao alojamento com um agente da pastoral gerou maior confiança nos trabalhadores. A acolhida gradual, constituída através de apresentação de documentários e filmes, retratava suas histórias de vida. Após assistirmos os documentários ou filme abrimos uma roda de conversa para dialogar sobre o mesmo. Ao passo dos dias, diminuam as desconfianças e aumentava as possibilidades de diálogos.

Assim, nos organizamos a partir das rodas de conversa e propomos aos trabalhadores maior participação e acompanhamento nas rotinas dos trabalhadores, a maioria dos trabalhadores não se recusou a participar da pesquisa.

Durante a realização da pesquisa, utilizamos um roteiro de entrevista semiestruturada, o qual possuía perguntas abertas e fechadas, relacionadas às características do trabalhador e às peculiaridades do seu trabalho. Além disso, foram realizadas várias conversas informais com os cortadores de cana, e utilizados instrumentos de registros como, um diário de campo para anotações, uma filmadora e máquina fotográfica.

²⁶ Pastoral do Migrante é uma entidade de católicos brasileiros. De acordo com seu site oficial: "A Pastoral do Migrante é um serviço eclesial voltado para a acolhida, orientação e inserção socio-religiosa dos migrantes sob a animação das Congregações dos Missionários e Missionárias Escalabrinianos, que atuam no Brasil em estreito vínculo com o Setor de Mobilidade Humana da Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e com o Serviço Pastoral dos Migrantes". Disponível na internet em <http://www.msccs.org.br/Noticias.aspx?id=63>. Acesso em 17/05/2018.

Portanto, fomos para o “Alojamento Horizonte”, antigo prédio da polícia civil de Ituiutaba onde havia 100 trabalhadores, era por volta das quatro e trinta da madrugada quando chegamos ao alojamento para acompanhá-los em seu dia de trabalho. O ônibus da empreiteira é um antigo carro de linha da frota urbana de transporte da cidade e possui cerca de quarenta e cinco lugares. Tem rádio toca fitas e as poltronas não são revestidas com espuma. O ônibus ainda não havia estacionado, mas alguns trabalhadores se encontravam em frente ao alojamento, ponto de referência para o embarque da Turma, como é possível ver na foto (5).

Foto 5: Os trabalhadores migrantes em frente ao Alojamento Horizonte esperando a chegada do ônibus da Usina Triálcool



Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012)

Assim chegou o ônibus esperamos todos os trabalhadores adentrarem no transporte para logo em seguida entrarmos no ônibus. Verificamos se o ônibus estava completo e os primeiros trabalhadores ao embarcar não se sentiam incomodados, ou curiosos com a nossa presença, pois muitos destes sabiam desde a semana anterior, que estaríamos viajando com os trabalhadores para acompanhá-los em um dia de trabalho.

Em nosso percurso rumo ao talhão²⁷, previa-se, a fim de completar o grupo de trabalhadores antes de chegarmos à usina, a passagem por algumas ruas da vila

²⁷ Um canavial é dividido em talhões e cada talhão é composto por várias linhas de canas plantadas paralelas. Talhão é, portanto, a designação dada a uma área cultivada; não tem uma medida específica, tanto pode medir 2 como 20 hectares. O espaçamento entre as linhas, formando as ruas, varia conforme a topografia, a área, o tipo de solo, a variedade de cana etc, mas em geral, se mantém

e também pelos bairros Bela Vista e Ipiranga, localizados na área leste do município, caminho de acesso à usina na Br 365²⁸. Na foto (6) podemos ver os trabalhadores observando o percurso até a usina Triálcool.

Foto 6: Trabalhadores do corte de cana indo para Usina Trialcool.



Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012).

Bem próximo dali estava a Paróquia São Francisco de Assis, que pertence à Diocese de Ituiutaba/MG. Ao passarmos em frente a sua fachada, pudemos observar o ato de se retirar bonés e chapéus e de se fazer o sinal da cruz em reverência à Igreja antes da chegada ao talhão, uma cena nos pareceu ser um ritual de identificação religiosa e de pedidos, quem sabe, de proteção entre os passageiros. Tão logo isto foi realizado, os olhares curiosos dos trabalhadores voltavam para nós, querendo saber se compartilhávamos da mesma representação. Em seu percurso, ao tomar a direção da rodovia, em uma das avenidas, o ônibus fez uma pequena parada na mercearia para tomar café onde todos os ônibus costumam se encontrar. Novo grupo de trabalhadores desceu, e após o café, novamente embarcaram. O volume das falas no

uniforme em cada talhão. Estas linhas são agrupadas formando os eitos. Em geral os eitos são compostos por 5 linhas de cana, mas podem existir eitos de 6, 7 ou 8 ruas. A extensão de cada eito também varia.

²⁸ A BR-365 é uma importante rodovia diagonal federal brasileira que liga as regiões Nordeste - Centro Oeste. A BR-365 liga duas cidades importantes de Minas Gerais: Montes Claros - Uberlândia, além de ligar Uberlândia a BR-364 (divisa de Minas Gerais e Goiás), rumo ao Mato Grosso. A rodovia também faz cruzamento com outras rodovias importantes como a BR-040 e a BR-354.

coletivo era alto e o rádio contribuía para esta situação, encontrando-se sintonizado em uma frequência que executava composições sertanejas, sambas e outras variedades musicais. Alguns vidros do ônibus estavam fechados, mas alguns fumavam despreocupadamente. Muitos trabalhadores faziam as primeiras refeições de modo comunitário dentro do ônibus: tomava-se café, comiam-se pães e bolachas, recém-adquiridas na mercearia local momento antes.

Após trinta a quarenta minutos, chegamos à usina, mas ninguém desceu do coletivo. Nesta última parada embarcaram quatro fiscais de campo²⁹ e um fiscal geral.³⁰ Por isso, antes de entrarmos propriamente na discussão sobre as representações do risco do corte de cana³¹, é necessário descrever o talhão e as condições de trabalho no eito³², lançando mão literatura acadêmica sobre o tema e de anotações do trabalho de campo.

A tarefa dos cortadores de cana é aparentemente simples: munidos de facões devidamente afiados, eles devem cortar a(s) cana(s) com um ou vários golpes dados na sua base ou “pé”, despontá-la, isto é, cortar a sua “ponta” superior e carregá-la com os braços até um local preestabelecido, formando montes³³ ou leiras³⁴, para que,

²⁹ São subordinados diretos dos encarregados. Tem a função de organizar a turma de cortadores para que o trabalho seja executado de acordo com as normas técnicas da usina. Tem poder para punir os trabalhadores. Tem responsabilidade para manter a disciplina nos alojamentos.

³⁰ São o elo entre os proprietários e os trabalhadores. Supervisionam todas as atividades relacionadas ao corte de cana. Na usina triálcool são cinco funcionários que fazem esta função. São subordinados apenas aos proprietários.

³¹ O corte manual da cana-de-açúcar é um processo composto por diversas situações de risco à saúde dos trabalhadores, como altas temperaturas, chuvas, presença de poeiras provenientes da terra, da fuligem da cana e de animais peçonhentos e há um risco acentuado de ocorrência de acidentes de trabalho em decorrência do manuseio do facão, instrumento utilizado para o corte da planta, e do uso inadequado de equipamentos de proteção individuais; além disso, o cortador realiza um conjunto de movimentos corporais que favorecem a adoção de posturas inadequadas e exigem extremo esforço físico. A realização deste conjunto de movimentos bruscos e repetitivos durante a jornada de trabalho e o intenso ritmo de trabalho imposto pelos cortadores, gradativamente, pode determinar o desgaste físico destes indivíduos e o aparecimento de doenças osteomusculares como bursites, tendinites, perda de movimentos em articulações e membros, lesões e incapacidades, além de sintomas como dores musculares e articulares agudas ou crônicas em membros, tórax e na coluna vertebral, cansaço, fadiga, câibras, cefaléia, desidratação, diarreia, oscilações da pressão arterial e dispneia.

³² O corte da cana se dá em um retângulo, com 8,5 metros de largura, equivalente a 5 “ruas” (linhas em que é plantada a cana) e um comprimento que varia conforme a produtividade do trabalhador. Este retângulo é chamado eito; a distância medida ao final do dia indica o ganho diário do trabalhador. Os metros lineares de cana, multiplicados pelo valor da cana pesada na usina, dão o valor da diária a receber.

³³ No sistema de montes, os trabalhadores devem carregar a cana cortada até a terceira rua (ou rua do meio) e depositá-la em montes que devem ficar a uma distância aproximada de 2 metros um do outro.

³⁴ No sistema de leiras, a cana cortada vai sendo depositada também na terceira rua, mas de modo contínuo.

numa etapa posterior do processo produtivo, tratores carregadores, as “carregadeiras” ou “guincheiras”, a transportem para os caminhões que irão para as usinas.

A organização do trabalho no corte de cana é extremamente hierarquizada. Os cortadores estão sempre na mira de um agente da usina, numa intrincada rede de controle. A tarefa dos fiscais no processo de produção, como viemos verificar depois no talhão – era o de organizar e controlar, especificamente, o trabalho a ser realizado. Para Maria Aparecida Moraes Silva no livro *Errantes do Fim do Século*, o talhão é o espaço que opera o trabalho na usina.

O talhão representa o talho, a parte no conjunto do canavial, laranjal ou cafezal. Fisicamente é a parte delimitada pelos carregadores em que circulam caminhões, tratores etc. Além dessas constatações geográficas, o talhão constitui uma espécie de “departamento de fábrica”. O controle da produção, da produtividade da turma do caminhão é feita em cada talhão, em cada departamento do conjunto da unidade produtiva. A administração de tarefas, a divisão do trabalho, bem como divisão sexual do trabalho, a supervisão, enfim, a organização do trabalho, são planejados e controlados em cada talhão. (SILVA, 1999, p. 151)

O dispositivo de controle funciona por meio do par vigilância/punição presente no trabalho da cana tem uma correspondência direta com os mecanismos disciplinares de poder analisados pelo filósofo francês Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir*, quando o mesmo observou um novo modo de condução das condutas dos indivíduos que nascia no século XVII na Europa ocidental, de maneira insidiosa, em diversas instituições sociais espalhadas numa rede capilar de poder, nas famílias, fábricas, hospitais, hospícios, escolas, entre outras instituições (FOUCAULT, 2014). O trabalhador da cana se sente o tempo todo vigiado por fiscais, sentindo-se assim obrigado a trabalhar mais e melhor. Foucault (2014), se refere ao Panóptico de Bentham como um modelo arquitetônico moderno de vigilância/punição. Idealizado para ser aplicado a várias instituições, trata-se de um prédio, constituído de células justapostas umas às outras em formato circular, no centro das quais se situa uma torre de vigilância, da qual apenas um vigilante pode controlar todas as unidades de encarceramento. Na utopia disciplinar de Bentham, o processo de disciplinarização dos comportamentos se tornaria tão eficaz e não seria nem mesmo mais necessário à própria existência material do panóptico, pois já se encontraria introjetado em cada indivíduo que se autovigia.

Na medida em que entrávamos no processo do eito³⁵, foi possível compreender o espaço de dominação. Subordinação, ou seja, a supervisão realizada por meios dos fiscais pode tornar o trabalhador temeroso. Saber se está sendo monitorado indiscutivelmente é uma forma de poder advindo do controle do tempo. “Daí o efeito mais importante do Panóptico: induzir no detento [no trabalhador] um estado consciente e permanente de visibilidade segurador do funcionamento automático do poder. Fazer a vigilância ser permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação (FOUCAULT, 2014). Portanto, para Foucault, quanto mais separados estiverem os indivíduos maior será a visibilidade sobre eles. Eliminam-se assim as distrações e as possibilidades de atraso do trabalho.

Nesse sentido Silva também escreve sobre o eito como espaço de dominação:

A Leitura do espaço do canavial fornece, numa primeira impressão, a imagem de um mar de cana, um todo homogêneo no qual se distribuem os trabalhadores. Essa visão aparente se desfaz quando se analisa o processo de trabalho como consumo de força de trabalho. Na medida em que se penetra no interior do laboratório secreto do eleito, das relações de produção, descortina-se um universo submerso, pilar básico da estrutura de dominação (SILVA, 1999, p. 151).

Ao refletir sobre o assunto, ainda próximo do ônibus, observávamos os eitos sendo distribuídos, mas não ouvíamos nenhum tipo de manifestação contrária, tudo era silêncio. Na foto (7) podemos observar os trabalhadores sentados entorno do ônibus arrumando as ferramentas de trabalho para colheita do dia.

³⁵ O corte da cana se dá em um retângulo, com 8,5 metros de largura, equivalente a 5 “ruas” (linhas em que é plantada a cana) e um comprimento que varia conforme a produtividade do trabalhador. Este retângulo é chamado eito; a distância medida ao final do dia indica o ganho diário do trabalhador. Os metros lineares de cana, multiplicados pelo valor da cana pesada na usina, dão o valor da diária a receber

Foto 7: Trabalhadores da Usina Laginha Agroindustrial S/A- Unidade Trialcool



Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012).

Cada trabalhador vai então receber o seu eito para cortar.

A hora em que ele [o fiscal] está escalando o eito, a gente vai atrás: aqui Maria, José, João... Ele vai deixando e você vai ficando ali (João).

O fiscal marca o número da pessoa e o número do eito designado. E este controle servirá para saber o quanto cada trabalhador cortou por dia, e determinar o seu pagamento.

O fiscal fica assim como (...) um exemplo, um professor numa sala de aula. Ele manda lá. Ele dá o eito. Terminou aquele eito, ele dá outro, ele olha pra ver se o serviço está certo, se você não deixou toco, se você cortou bem as pontas (....) (Paulo).

Eles põem muito fiscal na roça. Para cada pessoa, tem dez olhando. Se você pegasse todo mundo, dava uma turma para cortar cana (...) (Jair).

Além do fiscal tem o monitor, o medidor, o gerente.

Primeiro, tem o monitor... é só para ajudar quem não sabe cortar, explicar como faz, como amola o facão... Ele corta um pouquinho no eito de um, no eito de outro... (Antônio)

O monitor em geral já foi cortador, um bom cortador. O próximo é o medidor:

O medidor tem que medir a cana que o pessoal corta e olhar os eitos também, olhar o serviço, se o toco está baixo, se não tem gomo de cana nas pontas... (Antônio)

O fiscal geral, o trabalho dele além de fiscalizar, é quem fala: "olha a turma de fulano de tal vai pegar tal talhão". É ele quem solta o trabalho para as turmas, ele é o encarregado por parte da usina em distribuir o serviço para as turmas... Como diz o ditado, é o manda-chuva... (Jair)

Em uma de nossas observações no talhão, viemos, a saber, os eitos eram irregulares em suas formações, apresentando maiores dificuldades para o corte nos locais onde se encontram os declives com curvas de nível, quando a cana se encontra caída ou então entrelaçada; mas a recusa ao trabalho era considerada como algo inadmissível. Por esse motivo, para os eitos de maiores obstáculos, havia a necessidade de organizar o trabalho através de uma escala com nomes dos componentes da turma, um instrumento de imposição e controle do trabalho, a fim de garantir a maximização da produção no corte da cana. Para

isso, os fiscais são pagos para exercerem o “olhar” constante sobre os trabalhadores.

O talhão é o espaço da redução do trabalhador a tempo de trabalho, a trabalho abstrato. Para isso, os mediadores da dominação, como se viu, exercem o “olhar” constante sobre eles. Os próprios fiscais não possuem parentes na turma para poderem “olhá-la” melhor. Esse “olhar” não pode ser generalizado, a ponto de se perder no horizonte do canavial ou se confundir no meio das ruas de cafeeiros e laranjeiras. É necessário um “olhar” minucioso, controlando cada gesto, cada ritmo, cada conduta (SILVA, 1999, p. 151).

Os estudos de Michel Foucault descrevem a sociedade disciplinar: “A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço” (Foucault, 2008, p.121). A organização espacial, horários, escala hierárquica, tudo leva a essas instituições a prescrição de comportamentos humanos estabelecidos e homogêneos, assim como descreve Foucault (2008):

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão, em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito (FOUCAULT, 2008, p. 121).

É importante destacar para Foucault o efeito do poder disciplinar é a fabricação de corpos dóceis, ou seja, corpos maleáveis e moldáveis conforme as exigências dos mecanismos disciplinares, isso significa que, por um lado, o corpo se submete a disciplina com o intuito de produzir um ganho de força pelo incremento de sua utilidade e, por outro lado, perde força pela sua sujeição à obediência política, como explicita o autor “(...) se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 2008, p.119).

Todo esse controle e poder são alimentados por uma série de punições aos trabalhadores, desde reprimendas e ameaças verbais até a demissão. A carga laboral, diante do desgaste na realização das tarefas e a necessidade de maior dispêndio físico, ao se manifestar enquanto recusa ao corte da cana, apresentar-se-ia – ao cortador individualmente diferenciado no microcosmo do eito – como uma relação conflitiva com o poder de mando e a insegurança de não poder ser contratado para a próxima safra. Por isso, a necessidade de ser o “número um”, não se abstendo do trabalho e não criando confusão.

Conforme Seligmann-Silva:

o desgaste analisado sob a ótica dos fenômenos da alienação do trabalho traz como questão de fundo a consideração do reconhecimento, a identidade dos trabalhadores e a transformação de sua personalidade, isto é, o embotamento afetivo, a incapacidade dos indivíduos entrarem em contato com os próprios sentimentos, suprimindo as suas próprias emoções (1994, p.85-87).

Em nossa investigação, um dos fiscais de área, contratado pela usina, ao observar o corte da cana, contou-nos sua tarefa no talhão era medir a quantidade de cana a ser cortada e garantir a execução do serviço. De acordo com Silva (1999), os fiscais são como um instrumento de dominação no canavial: “Para isso os mediadores da dominação, exercem o olhar constante sobre eles. É necessário um olhar minucioso controlador de cada gesto, cada ritmo, cada conduta” (1999, p.152). Na foto (8) podemos observar os trabalhadores sendo levados para o eito.

Foto 8: Trabalhadores sendo levados para o eito.



Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012)

Eu acho mais cansativo é você estar cortando cana e o fiscal do seu lado (...) Não pode trabalhar direito (....) Você não trabalha sossegado. Fica meio inibido. Os fiscais, eles têm aquele poder de falar e tem horas que eles não tratam a gente nem como gente: é como cachorro. É [dá um assobio]... assobiando! A maior humilhação do mundo é o corte de cana. (João).

Foi possível observar, o eito destinado a cada cortador era formado por cinco ruas de cana, e estes trabalhadores chegavam a cortar em média de dois a três eitos em um dia de trabalho. Na usina os trabalhadores recebem por produção, isto é, depois da cana ser medida em metro pelo fiscal de campo, é convertida em tonelada. Quer dizer, teoricamente, como admitiu o trabalhador Paulo, quanto mais peso tiver a produção, maior seria o ganho dos cortadores de cana. Conforme se verifica em seu relato

Eu acho melhor por produção. A produção torna mais fácil, melhor. Dá para tirar mais. Depende também do cara, entendeu? (...) Assim, quando o cara produz bastante, quando o cara é bom de cana, o salário é justo para ele, mas quando cara é ruim..." (Paulo)

O processo de informatização das planilhas de execução das tarefas e o controle sobre o volume da produção dos cortadores de cana a cada dia de trabalho e em cada eito, bem como a probabilidade e a meta a ser alcançada no final de cada mês, permitiram ao usineiro um maior controle da produção em relação à quantidade e a qualidade da cana, e conseqüentemente maior volume de produção. Foi relatada a necessidade de subordinar aos "superiores" sob pena de ser demitido ou não mais ser contratado, conforme se verifica no relato:

O medidor falou que quem não respeitasse ele, na hora que ele fosse medir a cana, ele roubava de qualquer um e ninguém ficava sabendo (...) (Everaldo)

Tinha um eito de 335 metros... o medidor mediu 258 metros, eu desconfiei... Aí, eu falei para o fiscal. O fiscal falou: "se der menos, vou descontar de você e te dar uma advertência; se der mais, é seu". Eu fui medir, deu 350 metros. Eu não levei advertência porque estava certo... se tivesse faltando eu ia levar advertência (...) (Adair)

Na terça-feira, os tocos ficaram altos... tinha muita pedra e fazia muito dente no facão... O fiscal geral chegou e falou: "não vou medir cana de ninguém enquanto não repassar os tocos". A turma até falou que concordava mas se ele medisse a cana (...) João

Porque se a gente quer passar fixo a gente não pode reclamar de nada. Porque se reclamar ele [fiscais] fica em cima da gente: 'Não é desse jeito não. É desse. Se vocês reclamarem alguma coisa de valentia vocês saem da usina sem direito, sem nada'. E a gente não diz nada (Igor)

Na usina tem a média de cortar cana; se cortar menos de 8 toneladas, inclusive o domingo, eles mandam embora (João)

Os trabalhadores parecem estar mais presos a mercê dos interesses dos donos dos guinchos mecanizados da tecnologia de produção e, principalmente, dos maquinários no corte de cana nesta nova e última fase do seu processo de adaptação aos declives dos talhões. Podemos observar na foto (9) a cana sendo levada pelo maquinário após ser cortada e medida pelos fiscais.

Foto 9: Usina Laginha Agroindustrial S/A- Unidade Trialcool



Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012).

O trabalho no corte da cana envolve aprendizado e uma classificação daquele que o realiza. Estar habilitado a fazê-lo corresponde especificamente, no trabalho por produção, e um treinamento do corpo perante as condições adversas desta tarefa.

A habilidade com o facão e a resistência frente às posições assumidas pelo corpo, dada às situações dos eitos, permitem não só aos trabalhadores, mas também e principalmente aos fiscais e outros mediadores no processo de produção, classificar a qualidade do trabalho em relação à quantidade e o tempo despendido na colheita da cana, estabelecendo-se, inclusive, disputa pelos melhores cortadores. Quando questionado sobre os quesitos necessários para ser contratado, o trabalhador

responde: “Precisa cortar não sei quantas toneladas de cana aí, o cara tem que ser bom. Bom cortador, né?”. Na análise de Silva:

Isto é conseguido por intermédio da forma de pagamento (por tonelada) e também pela concorrência velada que se estabelece entre os trabalhadores, diferenciando-os, hierarquizando-os. Produz-se, assim, a figura do “bom cortador de cana”, aquele que corta em torno de dez toneladas diárias. Aqueles que estão muito abaixo desta média sentem-se incapazes, envergonhados, inferiorizados. Pelo jogo desta quantificação, os aparelhos disciplinares hierarquizam, mediante a emulação, os “bons” e os “maus” indivíduos. SILVA (1999, p.202)

Traçando um paralelo entre o pensamento de Foucault sobre as prisões e outras tecnologias disciplinares, é perceptível no ambiente de trabalho, mais particularmente ao trabalho no corte da cana, parâmetros e tecnologias percebidos por Foucault para moldar o “espírito” dos prisioneiros e se fazerem presentes. Para Foucault o indivíduo sob vigilância produz mais, melhor e quase não comete erros, também não tem distrações, nem espaço para o ócio. O simples fato de crer que está sendo vigiado é suficiente para seguir as regras e se manter produtivo. “O poder disciplinar é, com efeito, um poder, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo” (FOUCAULT, 2008, p. 190). Assim, foi possível evidenciar essa disputa entre os trabalhadores no final do dia de trabalho. Quando estávamos retornando para o alojamento, os trabalhadores conversavam entre si sobre a produção do dia de trabalho e alguns exaltavam seu desempenho no tempo gasto na colheita da cana.

Minha média é na base de 11, 12 toneladas, por aí, 13 (...) Dependendo da cana(...) (Igor)

Minha tonelagem é de nove pra frente (...) (Antônio)

Minha tonelagem eu não sei. Sei mais por metragem que é o primeiro ano que corto cana. Eu comecei com 50, 60, 70... Eu sei que já estava cortando quase 300 metros de cana, que são 1500 metrinhos, no eito de 5 ruas.” (Adair)

Para esses trabalhadores desempenhar as atividades de cortadores de cana, é necessário se paramentar com EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), como camisetas de manga longa, chapéus, botas com caneleiras, óculos e luvas. No trabalho de campo foi possível observar um trabalhador com equipamentos

necessários para se proteger do sol e de animais peçonhentos como escorpiões e cobras, muito comuns nos canaviais. Além disso, são obrigados a conviver com o perigo de incêndio, devido ao uso da queima de cana. Os equipamentos são entregues no início da safra aos trabalhadores e caso seja necessário à troca, os mesmos arcam com o custo dos EPI's. Eles são de extrema importância para a segurança do trabalhador, e evitam acidentes no local de trabalho. Relatos realizados pelos trabalhadores migrantes demonstram um baixo índice de acidentes no campo, fruto principalmente da normativa NR312³⁶ que estabelece o cumprimento das obrigações das agroindústrias canavieiras no sentido de implantar medidas de modo a garantir a segurança e a saúde do cortador de cana nos canaviais.

Alguns relacionam também estas dores com o uso de luva de proteção, principalmente quando começam a cortar cana:

Na primeira semana que o cara usa luva dói a mão mesmo, o cara quase não pode fechar, a luva atrapalha mesmo (Antônio).

Tem muita gente que não acostuma com a luva, porque com a luva a gente tem que dar um golpe mais duro. Eu mesmo só uso luva na mão que pego a cana. Porque na outra mão não consigo pegar o podão com a luva, parece que meu pulso não segura, o podão escapa (Francisco).

Entretanto, a falta de luva cria uma série de problemas na mão: calos, bolhas, rachaduras. No trabalho de campo podemos observar muitos indivíduos trabalharem com a base da mão arrebatada na base do indicador.

Foi até que enfim, emborrachei o cabo do facão e amenizou um pouco a coisa. Cortei uma faixa de pneu de bicicleta enrolei no cabo. Foi quando parece que segurou mais, aí (minha mão) parou de rachar e eu passando um creme (remédio) direto (Adair). Contudo, a posição para a realização desta tarefa exige do trabalhador um adestramento do corpo, um aprendizado em se lidar com o facão, bem como o estilo adotado frente às exigências dos mediadores da produção, pois o corte da cana deve ser executado em ambas as extremidades da planta, ou seja, rente ao solo e depois em sua parte superior. E, dependendo da época, da empresa, apanha-se determinada quantidade de cana na touceira aplicando um número de golpes, depois cortar o ponteiro de cada peça para eliminar a ponta da cana e manter garantida a concentração de sacarose e facilitar o transporte.

Laat (2010) concluiu em média, os cortadores de cana desferem 3.498 golpes de facão, realizando 3.080 flexões de coluna, cortando em média 12,9 toneladas por dia. Os batimentos cardíacos chegam a duzentos por minuto. A maior parte dos

³⁶ Normas que visam regulamentar a segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura do trabalhador.

trabalhadores nessa atividade extrapola a carga cardiovascular limite, ou seja, tem uma grande sobrecarga na frequência cardíaca. Conforme se pode depreender do relato de um dos entrevistados: “Aí passa do limite da gente, não pode, já fica ruim já. Ai não come nada, vomita, dá câimbra. Mas é normal de se ver” (Paulo).

É quando dá essas câibras. Coisa ruim moço! Coisa ruim demais (...). O coração da gente fica voc, voc, voc. O ouvido da gente parece que vai estourar. Ai a gente tem que parar (...). O coração da gente fica batendo ligeiro: tan, tan, tan. A gente passa a mão aqui na gente pra vê se melhora. Ai tem que sentar (Francisco) .

Os cortadores de cana também ingerem grande quantidade de água, em média, oito litros em um dia de trabalho ao cortar sete toneladas de cana, com um gasto médio de 3.518 calorias, caminhando até dez quilômetros (Verçoza, 2015). Desse modo, convivem com dores cotidianas, como câimbras, vômitos, tonturas e machucados - cortes nas mãos e pés pelo manuseio do facão. As dores nos braços, decorrentes do esforço contínuo feito para cortar cana, são comuns entre os cortadores:

Eu sinto dor neste braço (direito) que vai das pontas dos dedos até aqui (ombro)... Fica dormente, dói que não tem onde por o braço, tem que levantar da cama e por o braço pra cima. Se a dor começar a meia noite não durmo mais... Isto começou quando eu comecei a cortar cana. Foi um presente que ganhei e acho que vou morrer com ela (Everaldo).

A sobrecarga térmica também age contra a saúde do cortador de cana, podendo levar às chamadas doenças de calor, como irritabilidade, confusão mental, câimbras, fadiga e até mesmo morte (Bittencourt et al., 2012). Além disso, a queima da cana, a fuligem e fumaça, que provocam problemas respiratórios, também representa um aquecimento da terra, e contribui para a sobrecarga térmica. As vestimentas pesadas impedem o corpo de fazer a troca de calor para a manutenção do equilíbrio térmico do corpo.

Agora, dor no meu corpo eu tenho demais. Se fosse outra pessoa (...) passando mal pra caramba ficaria aqui. (...) Rapaz, é pior ficar no alojamento. Porque se você não tiver um atestado médico, vão pôr falta pra você. E o que você vai ganhar? Não vai ganhar nada! Ai tua quinzena vem magra. Tem que ir. Tem que ir de qualquer jeito. Ou bom ou ruim tem que ir. Se o cara tiver passando muito mal aí o cara vai assinar lá o papel e fica no busio [ônibus] até a hora de ir embora (Paulo).

De acordo com Alessi & Scopinho (1974), no processo do corte, plantio e manutenção dos talhões, os trabalhadores estariam envolvidos, tal qual como aponta

Laurell (1982), direta e indiretamente com um conjunto de cargas laborais e se manifestam em padrões de desgaste da saúde biopsíquica do trabalhador.

Conforme Laurell:

ao comentar sobre a polêmica surgida nos anos setenta, com relação à manifestação da doença, e se esta tem uma essência biológica ou obedece a um processo social, entende esta autora, que o desgaste e a reprodução do processo biológico em que se encontra determinada coletividade está historicamente condicionada à maneira como os homens estabelecem suas relações com a natureza através do trabalho, por isso a necessidade de construir um objeto de estudo que permita compreender e aprofundar o processo saúde-doença frente a causalidade destes estados em sua articulação com outros processos sociais (Laurell, 1982, p. 7 - 8).

Os pesquisadores ligados à psicologia social e às ciências sociais teriam em comum, conforme Selligman-Silva (1994), o entendimento de consumo do corpo do trabalhador em decorrência das condições deste trabalho. E neste sentido podemos interpretar as investigações de Alessi & Scopinho (1994) em suas pesquisas sobre a saúde do trabalhador na produção agrícola da cana-de-açúcar em Ribeirão Preto. Pois, como afirmam estas autoras, a produção da cana em suas diferentes fases ocasiona aos corpos dos agentes sociais exposições e desgaste não só pelas cargas físicas, químicas, mecânicas e biológicas em suas diferentes manifestações, mas também pelas cargas fisiológicas e psíquicas.

Inerentes a este tipo de trabalho, segundo Alessi & Scopino, encontrar-se-iam:

radiações solares; chuvas; mudança brusca de temperaturas; o contato com poeiras provenientes da terra, fuligem da cana queimada e agrotóxicos; acidentes provocados com instrumentos de trabalho; transporte inseguro; presença de animais peçonhentos e a contaminação bacteriológica causada pela ingestão de águas e alimentos deteriorados” – configurando o que se pode afirmar como manifestações e eventos independentes da vontade dos trabalhadores, tais como: [...] dispnéia, infecções respiratórias, dermatites, conjuntivites, desidratação, câimbras, diarreia, oscilações da pressão arterial; ferimentos principalmente nos membros inferiores; superiores e no rosto e ameaça cotidiana da morte que pode materializar-se em acidentes de trajeto (Alessi & Scopino, 1994, p.138).

Ainda de acordo com Alessi & Scopinho:

[...] o esforço físico imenso, os movimentos corporais bruscos que o corte da cana requer; a monotonia e a repetitividade no modo de realizar a atividade, principalmente no que se refere à coordenação dos movimentos corporais com o podão; o ritmo acelerado que se procura imprimir ao corte; a ausência de pausas regulares no trabalho, mesmo as necessárias para períodos de refeições; a total impossibilidade do trabalhador ter iniciativa; tomar decisões, introduzir mudanças e exercer algum tipo de controle, quer no modo como o trabalho possa vir a ser realizado, quer no controle de seu resultado final e, finalmente, a sujeição do trabalhador ao controle e à supervisão estrita de

feitores, baseadores, fiscais e agentes intermediários. Esses cargos também configuram em padrões de desgaste que se manifestam em sintomas na coluna vertebral, dores lombares, torácicas e de cabeça; tensão nervosa e outras manifestações psicossomáticas que se traduzem principalmente em quadros de úlcera, hipertensão e alcoolismo (Alessi & Scopinho, 1994, p.138-139).

Os trabalhadores migrantes sazonais trabalham quarenta horas semanais, geralmente de segunda a sábado e ocasionalmente também aos domingos, por volta de 8 horas diárias com grande esforço físico, a longo prazo este trabalho desenvolvido nesta frequência trará grandes prejuízos à saúde desses trabalhadores ligados ao corte da cana-de-açúcar.

Dá assim em mim um problema que quando eu deito na cama dói demais... Aí eu peço a Deus para o dia amanhecer pra eu fica caminhando pra cima e pra baixo. Mas a gente tem que aguentar pra consegui uma condição melhor (...). Não dói as costas todo dia não porque eu tomo uns comprimidos. Aí alivia, né? Mas quando passa três dias sem tomar, torna a doer (...)
(Everaldo)

Os cortadores de cana são unânimes em considerar às radiações solares e as chuvas como principais agentes de desgastes e fadiga no trabalho.

Eu já me cortei no caso de chover e eu continuar cortando cana. Então, o cabo do facão fica muito liso... A gente está querendo trabalhar para não perder o dia, escorrega (...) porque tem aquelas valetas, que eles plantam cana do primeiro corte, o sulco, o barro, a gente escorrega (...) (João).

O calor escaldante era amenizado apenas quando ocorriam as rajadas de vento. Entretanto, desconfiarmos hoje este fato não trazia maior conforto aos cortadores, por seus corpos se encontrarem totalmente cobertos. Na foto (10) podemos observar um trabalhador no final da sua jornada de trabalho.

olha, quando o cara corta demais, passa dos limites. Ai começa dar câibra, aqueles enjoos pra vomitar. O sol muito quente, começa dar câibra em toda parte do corpo, nossa! Forcei muito. [Deu câibra] aqui (mostra a perna). E enjoou também. (Adair).

Foto 10: Trabalhador cortando cana na Usina Laginha Agroindustrial S/A- Unidade Trialcool



Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012)

Assim, estes cortadores de cana migrantes trabalham de forma intensa, e apesar de não haver uma cobrança direta por produção, procuram aumentar sua produção diária, pois assim seus rendimentos serão maiores ao final da safra. O salário é pago mediante a produção, ou seja, as toneladas cortadas, incentivando a trabalharem “como máquinas”, devido ao irrisório preço pago pela tonelada de cana cortada. Conforme informações disponibilizadas pelos trabalhadores, as agroindústrias canavieiras pagam em torno de R\$ 4,30 por cada tonelada de cana queimada e R\$ 6,30 pela cana crua. Essas empresas muitas vezes usam de má fé para explorar esses trabalhadores, muito deles não sabem calcular o valor produzido. Conforme se verifica no seguinte relato:

Eu também acho [melhor] por produção. A produção torna mais fácil, melhor. Dá para tirar mais. Depende também do cara, entendeu? (...) Assim, quando o cara produz bastante, quando o cara é bom de cana, o salário é justo para ele, mas quando cara é ruim (...) (Jair).

Entretanto a despeito de todas as implicações negativas para os cortadores de cana, a maioria deles é favorável à continuidade desta forma de remuneração. Muitos estudiosos têm se debruçado há décadas sobre o estudo da agroindústria canavieira viram-se diante deste dilema. Maria Aparecida de Moraes Silva (1999) e José Roberto Pereira Novaes (2007) são alguns dos exemplos de pesquisadores ao apontarem essa preferência por parte dos trabalhadores rurais. Nas palavras de Novaes:

No local de origem, são diversas as situações vivenciadas pelos trabalhadores migrantes que se dispõem a viajar para o trabalho nos canaviais paulistas. Mas há um denominador comum entre eles: todos valorizam o trabalho no corte da cana, onde o ganho é pela produção. Quanto mais se corta, mais se ganha. Assim, os trabalhadores nordestinos chegam à região com a disposição de acionar toda sua força física, toda habilidade e resistência para alcançar boa produtividade. (Novaes, 2007, p. 64-65)

O salário pago aos cortadores de cana é calculado a partir de sua produtividade, pode-se dizer, seu ganho, ou seja, o aumento da produção, e a consequente “melhoria” na sua condição de vida, vão depender justamente de sua capacidade física (Navarro, 2006; Alves, 2006). No caso dos cortadores de cana pode-se afirmar o “esforço realizado pelos trabalhadores é decorrente do processo de trabalho combinado com a forma de pagamento” (Alves, 2008, p. 2). O pagamento por produção garante à empresa a intensificação do trabalho e um aumento das jornadas

de trabalho, e para garantir maiores ganhos os trabalhadores se submetem a altos níveis de esforço laboral físico. Na usina o horário de almoço é fixo. Porém, os cortadores são unânimes em afirmar, uma vez iniciado o trabalho não é bom parar.

O ideal é não perder tempo mesmo, tem que ser ligeiro mesmo pra cortar, tem que ser bom... O normal de um cortador é descontar 20 minutos no almoço e mais 10 minutos no café... É, come rapidinho e já pega de novo. E aí vai até uma certa hora da tarde e aí para, e já pega outra vez em seguida. Praticamente não descansa nada (Antônio).

Na usina eles dão soro, fica na mochila, a hora que via dar câimbra, ia lá e tomava, esperava um pouco, depois continua (no trabalho). Agora, eles não dão mais soro. Se a gente quiser sarar, a gente tem que fazer soro caseiro: mistura lá, põe um pouco de água e açúcar e bebe... (Francisco).

Estes trabalhadores tem sua força de trabalho expropriada pelo capital quando chegam a cortar 20 toneladas de cana/dia, ao receber rendimentos que há dez anos eram equivalentes ao corte de oito a dez toneladas de cana/dia, chegando a ser comparados à situação de trabalho escravo, como demonstrou em entrevista José Divino Melo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ituiutaba realizada em 2012: “eu sempre vi o corte de cana como um trabalho degradante, um trabalho de sofrimento pro trabalhador, um trabalhador que corta aí 25 e 30 toneladas de cana pode ser considerado com todo respeito um monstro”.

Além desse primeiro aspecto, não se pode deixar de ressaltar, com o passar do tempo, a média diária a ser atingida pelos cortadores de cana aumentou significativamente. De acordo com a pesquisadora Maria Aparecida de Moraes Silva, na década de 1980, a média exigida era de cinco a oito toneladas de cana cortada por dia; em 1990, passa para nove toneladas; em 2000, passa para dez; e em 2004, passa para uma quantia variante de doze até quinze toneladas por dia (Silva, 2006). Com isso, é possível perceber a imposição de uma média diária cada vez maior funcionar como o definidor do aumento da produtividade do trabalho dos cortadores de cana, como já mencionado, é obrigado a atingir a meta estipulada para conseguir assegurar seus postos de trabalho. Nesse contexto caracterizado por pressões e cobranças por parte das usinas e por demissões daqueles que não conseguem atingir a média, a rotatividade dos cortadores torna-se muito alta.

A pressão do trabalho gera estresse mental, e afeta significativamente a psique dos trabalhadores. Dejours (1987) afirma, junto com o sofrimento físico advindo da exploração da força de trabalho, deve-se levar em conta a exploração do aparelho

mental. Existe, então, uma carga de trabalho psíquica, cujo efeito e acessório do trabalho resultam de “uma etapa primordial, da qual dependeria a submissão do corpo, etapa cujo sucesso seria assegurado pela própria organização do trabalho” (p. 136).

Segundo os entrevistados, é diretamente relacionada com a produtividade de “sua turma”, composta pelos trabalhadores que fiscaliza. E por conta desse fato os trabalhadores afirmam, os fiscais acabam por exigir mais empenho dos trabalhadores, mesmo diante de situações nas quais os trabalhadores demonstram cansaço ou se queixam de dores, como demonstra o relato:

Ele [fiscal] diz: ‘rapaz, você tá doente? Rapaz, vamo embora trabalhar! Levanta, trabalha.’ (...) E a gente morto fala: ‘não posso, não posso’. E ele: ‘vai trabalhar, vai trabalhar’. Quando a gente está com esses problemas [de muito cansaço] a gente vai para o busio [ônibus] por conta da gente (Igor).

Conforme Lourenço & Bertani (2010), a escolha pela força de trabalho migrante representa vantagens para o capital, já os encargos trabalhistas e sociais se restringem apenas ao período da safra; trata-se de uma mão de obra mais barata e mais resignada. A distância da família e as adversidades da viagem resultam numa maior subordinação às imposições do trabalho, a possibilidade de retorno a sua região de origem é baixa, principalmente pela questão financeira. Alguns são selecionados no local de origem, e com o fim da safra devem voltar a esses locais, a fim de serem recontratados nas safras seguintes.

Os trabalhadores comprometem sua saúde, ao estar entre os principais motivos à posição curva necessária para o corte da cana. Além disso, a queima da cana causa problemas respiratórios, como destaca o professor José Josberto, em entrevista concedida a um grupo de professores e alunos da Universidade Federal de Uberlândia, Campos Pontal, em março de 2013: “os trabalhadores do corte da cana sofrem com dores sentidas após um mês de trabalho, é coluna, são essas articulações do braço, do antebraço, todos eles começam a ter inflamações, além da questão respiratória. Esses trabalhadores passam o dia em uma determinada posição realizando movimentos repetitivos com “fiscais em seus calcanhares” estando sob rígido controle das agroindústrias. Quando voltam para casa os cortadores estão extenuados:

Tem dia da gente chegar no alojamento, não vai nem tomar banho, e nem quer jantar, já vai dormir. E no outro dia é que levanta mais cansado de manhã cedo (...) porque tem hora que a gente está trabalhando, nem sente a cansaíra. Depois de manhã cedo, a gente vai ver, quando o corpo esfria,

como é que a gente está (...) está tudo doendo (...) A gente tem que chegar na roça e fazer o corpo acostumar de novo (...) (João).

Ao final do dia estavam todos em torno do ônibus esperando para ir para o alojamento organizar o material para o dia seguinte e preparar o jantar. Na foto (11) a seguir podemos ver os trabalhadores a espera do chamado dos fiscais.

Foto 11: Trabalhador no final da jornada de trabalho na Usina Laginha Agroindustrial S/A- Unidade



Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012).

Ao chegarem a seus alojamentos após um extenuante dia de trabalho, cerca de 15 horas e 30 minutos, ainda precisam se dedicar aos afazeres domésticos, como lavar a roupa, limpar o quarto, ao configurar uma jornada exaustiva, chegando exauridos ao final do dia Foto (12).

Foto 12: Alojamento dos Trabalhadores cortadores de cana da Usina Laginha Agroindustrial S/A- Unidade Trialcool



Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012).

Conforme destaca o professor Josberto (2013):

Você vai ao alojamento eles estão lavando suas próprias roupas, eles estão preparando às vezes um complemento alimentar por que a alimentação também é muito ruim, esse é outro problema que eles enfrentam. A alimentação que eles recebem das empresas em geral é uma alimentação muito ruim e insuficiente para um trabalhador que passa o dia inteiro no corte de cana.

A alimentação constituída por arroz, feijão, mandioca e pequenos pedaços de carne fornecida pela agroindústria canavieira, paga pelos próprios trabalhadores e pobre em nutrientes necessários à sustentação de seu corpo físico, é alvo de críticas por parte dos trabalhadores, visto além de não possuir uma variedade em seu cardápio, é servida fria como podemos ver na foto (13). Devido à insuficiente alimentação fornecida pelas agroindústrias instaladas na Microrregião de Ituiutaba,

esses trabalhadores complementam sua alimentação comprando em supermercados das cidades ovos, verduras, alimentos em conserva, dentre outros, e preparam um reforço alimentar.

Foto 13: Alimentação dos Trabalhadores cortando cana na Usina Laginha Agroindustrial S/A- Unidade Trialcool



Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012).

Além da preocupante condição de trabalho, vivem alojados em albergues espalhados por vários pontos da cidade, sendo descontado mensalmente o valor do alojamento, onde nota-se até mesmo a inexistência de higiene. Os trabalhadores são colocados em quartos de tamanho reduzido com pouca ou nenhuma ventilação, com beliches onde fica quatro homens, o que leva muitos deles espalharem colchões em outras áreas mais arejadas do alojamento.

Algumas proibições expressas pela usina demonstram uma tentativa de controlar o tempo livre dos trabalhadores. É proibido o pernoite de esposas, namoradas ou prostitutas, e até mesmo parentes como visitas. A justificativa das respostas dos encarregados da usina para fundamentar essa regra circula em torno da ideia de o alojamento ser um espaço de descanso. Faz-se o máximo para evitar eventos, pois pode atrapalhar o descanso dos trabalhadores. Isso revela uma intenção da usina de controlar o tempo livre, o trabalhador mais descansado terá melhor produtividade no trabalho. A mesma argumentação serve para a proibição da utilização de televisores nos quartos. No alojamento existe uma sala com uma

televisão, ligada cotidianamente até às 21h, com exceção nas quartas-feiras, noite de jogos de futebol a TV fica ligada até as 23h, se algum trabalhador desejar assistir. Após esse horário, o fiscal desliga e todos são convidados a dormir.

Estas duas regras buscam regulamentar o tempo livre dos trabalhadores com a finalidade de zelar pelo seu descanso e aumentar consequentemente a produtividade, só é possível se os trabalhadores morarem na propriedade da usina. O segundo elemento leva a crer que a usina busca controlar o tempo livre dos trabalhadores, é o fato do fiscal morar no alojamento e executar as regras prescritas pelo corpo diretor da usina. O fiscal é responsável pela vigilância do alojamento, encarregado de proibir a hospedagem de mulheres ou parentes; e garantidor do silêncio durante o período de descanso. O terceiro elemento evidente de tal iniciativa é o fato de, ao lado de cada alojamento de trabalhadores desta usina, se encontram casas de encarregados.

Levando em considerações estas condições vivenciadas pelo migrante, Mendonça contextualiza:

Há um conjunto de situações que denotam formas degradantes de trabalho (alojamentos precários, falta de equipamentos de segurança, condições de trabalho insalubres e alimentação inadequada, entre outras) para os trabalhadores safristas e de forma piorada para os trabalhadores temporários (MENDONÇA, 2004, p.266).

É de extrema relevância desmitificar a ideia do trabalhador utilizado como mão-de-obra nos canaviais ser bem remunerado. A esse respeito, o professor Marcelo Medonça (2013) destaca em entrevista: “de fato existem cortadores de cana com ganhos mensais em torno aí de dois mil reais, o que a mídia retrata como algo estrondoso, como se alguém que ganhe três salários mínimos pudesse viver bem com sua família nesse país”.

Marini (2000), alerta para a necessidade de identificação das formas de exploração do trabalhador, pois:

Os três mecanismos identificados - a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam. De fato, mais que na indústria fabril, na qual um aumento de trabalho implica pelo menos um maior gasto de matérias primas, na indústria extrativa e na agricultura os efeitos do aumento do trabalho sobre os

elementos do capital constante são muito menos sensíveis, sendo possível, pela simples ação do homem sobre a natureza, aumentar a riqueza produzida sem um capital adicional. Entende-se que, nessas circunstâncias, a atividade produtiva baseia-se, sobretudo no uso extensivo e intensivo da força de trabalho: isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro (MARINI, 2000, p.9).

Neste contexto é reforçada a tese do processo de intensificação da superexploração e força de trabalho utilizada pelo capital para obter a mais-valia e lucro, pois coloca o trabalhador sob uma condição precária de trabalho levando-o ao esgotamento prematuro das suas forças físicas, e não lhes garante um salário digno necessário à sua sobrevivência e de seus familiares.

O status do cortador de cana, seja no local de trabalho, seja com a família e amigos, vai depender de seu desempenho ao fim da safra. Cortou-se muito, ganhou dinheiro suficiente, ganhará respeito, reconhecimento; senão, fica conhecido como “podão de borracha”, um fraco. Há um peso simbólico da associação entre desempenho no trabalho e a identidade. O pensamento patriarcal mantém sobre o homem a responsabilidade de manutenção da família. Entretanto, o patriarcado não está restrito ao campo do trabalho, está em todas as esferas das relações sociais. Voltar para o local de origem, voltar com uma quantia de dinheiro e garantir o conforto da família, significa reafirmar esse papel. É também essa cobrança motivadora faz os cortadores se dedicarem até o limite do seu corpo, mesmo o resultante se dar em adoecimento físico ou psíquico. Esse adoecimento repercute sobre as famílias, pois as mulheres passam a desempenhar outros papéis quando, ao retorno de seus esposos sem capacidade laboral ficam sem desempenhar seu papel na agricultura familiar.

No próximo tópico vamos analisar a nova conjuntura pela qual passa o município de Ituiutaba (MG), a partir da crise do setor canavieiro envolto a falência das agroindústrias Laginha S/A- unidade Triálcool e Vale do Paranaíba, trouxe prejuízos como calote a ex-trabalhadores das empresas.

2.3 Desafios e incertezas para os trabalhadores em Ituiutaba, MG

Neste tópico visa-se analisar o impacto social do fechamento das usinas do grupo João Lira e o processo de mecanização do corte da cana na Microrregião de Ituiutaba. Nesse sentido, buscamos apreender o movimento pelo qual passa os ex-

cortadores de cana da agroindústria canavieira em Ituiutaba, entre os anos de 2009 a 2017, diante a mecanização da atividade do corte da cana, fato gerador de uma série de novas problemáticas decorrentes da substituição dessa ocupação por novos expedientes de trabalho com vistas a garantir a reprodução diária da força de trabalho diretamente afetada.

Portanto, é imprescindível analisar não apenas a nova morfologia delineada nos canaviais a partir da mecanização, mas interrogar-se: para onde será distribuída a força de trabalho eventualmente dispensada pela maquinaria? E quais estratégias de reprodução estão sendo empregadas por aqueles que não encontram mais na cana a sua principal forma de subsistência?

O grupo João Lyra, com sede no Estado de Alagoas, possui cinco usinas de grande porte: Laginha, Uruba e Guaxuma, em Alagoas, além da Triálcool e Vale do Paranaíba, em Minas Gerais. Juntas, estas são responsáveis por uma produção de mais de 300 mil metros cúbicos de álcool e de mais de 6,5 milhões de sacas de açúcar dos tipos VHP, cristal e refinado.

Pode-se observar o surgimento do grupo João Lyra vinculado com a criação, pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), do Programa Nacional do Álcool (PNA), conhecido como Proálcool. A criação do mesmo foi à solução encontrada, devido à crise de superprodução do açúcar, tendo como justificativa oficial aliviar a balança comercial devido à elevação do preço do petróleo.

No início de 2012, duas usinas, a Triálcool e a Vale do Paranaíba, ambas do grupo João Lyra, presentes na Microrregião de Ituiutaba desde 1989, decretaram falência pela justiça de Alagoas. De acordo com reportagem do jornal Gazeta de Alagoas³⁷, a dívida com impostos do Grupo João Lyra em Canápolis e Capinópolis em Minas Gerais consiste em cerca de R\$ 9 milhões. A falência afetou não apenas os referidos municípios, mas outros municípios dependentes indiretamente das agroindústrias, fato gerador de consequências na economia das cidades, principalmente, em relação aos empregos diretos e indiretos fornecidos pelas usinas, caso de Ituiutaba, conforme afirmaram alguns gestores municipais.

³⁷ Gazeta de Alagoas. **MG quer celeridade em julgamento.** Disponível em <<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=290587>>. Acesso em 05 Agosto de 2017.

A crise financeira no Grupo João Lyra desencadeou uma série de problemas, desde calotes aos fornecedores de cana até atrasos no pagamento dos salários dos trabalhadores cortadores de cana, motivo de várias paralisações e greves nos canaviais da agroindústria Triálcool, situada no município de Canápolis, Vale do Paranaíba e no município de Capinópolis, e o fechamento da BR 365 em junho de 2012. A foto (14) mostra a revolta de trabalhadores em relação aos constantes atrasos dos salários, e obrigaram a chamar a atenção do poder público por meio desse ato pacífico e justo, cuja representação é a luta pelos direitos de sobrevivência e pelo direito de receber pela venda da sua força de trabalho.

Foto 14: Protesto dos trabalhadores contra o atraso dos salários nas agroindústrias canaveiras Triálcool e Vale do Paranaíba do Grupo João Lyra na BR 365 no município de Ituiutaba-MG no mês de junho de 2012



Autor: ARAÚJO, D. F. C. (2012)

O bloqueio dessa rodovia na tarde do dia 18 de junho de 2012 foi à forma que os trabalhadores encontraram para pressionar o empresário João Lyra e o Ministério Público do Trabalho a resolverem o problema, pois vários trabalhadores canavieiros, principalmente, os trabalhadores migrantes que são trazidos pela empresa, são os mais prejudicados com esse atraso nos salários, pois, como não tem família na cidade, ficam a mercê da empresa que não lhes oferece condições dignas de trabalho e de sobrevivência.

Na lavoura, no período da colheita, tinha cerca de mil trabalhadores no corte da cana. No fim da colheita, muitos trabalhadores migrantes permaneciam morando em Ituiutaba ou em outras cidades desta Microrregião. A Federação dos

Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG) e sindicatos da categoria estimam em torno de seis mil postos de trabalho foram fechados na região, conforme reportagem do portal G1³⁸.

Assim, Silva & Mendes (2015) mostram como em todo momento de crise na agroindústria canavieira os trabalhadores são os primeiros a serem prejudicados. Desta forma, valem mencionar, os trabalhadores ao aderirem às greves e manifestações para conseguirem receber seus salários atrasados, são coagidos pela usina e muitos são demitidos. Ao lutarem por seus direitos, são ameaçados pela empresa de não serem recontratados na safra seguinte sob a justificativa dos trabalhadores serem “arruaceiros e bagunceiros”.

Assim, observamos que se existe alguém que é prejudicado quando uma agroindústria canavieira entra em crise, é o trabalhador, pois o estado intervém em favor do grande capitalista e, nesse caso, o capitalista agroindustrial canavieiro. Esta situação revela claramente que o estado está a serviço do grande capitalista e não ao lado do trabalhador que, por vender sua força de trabalho, tem na superexploração de sua força de trabalho a mais-valia que é responsável pelo lucro exorbitante dessas agroindústrias canavieiras (SILVA & MENDES, 2015, p.2373-2374).

A situação do grupo se arrasta na justiça desde a decretação de sua falência ocorrida em 2013. Depois de cinco anos na justiça a Usina Vale do Paranaíba, localizada em Capinópolis (MG) foi leiloada por R\$ 206.358.000, e vendida para o Grupo Japungu, atuante no ramo do açúcar e do etanol e tem usinas na Paraíba (PB) e em Goiás (GO). O valor arrecadado no leilão foi em lance único no dia 05 de maio de 2017 e deverá ser utilizado para pagamento de credores da Massa Falida³⁹ da Laginha Agroindustrial e fornecedores de serviços, além de instituições financeiras e tributos fiscais. A ordem seguirá os determinantes da Lei de Falências.

O leilão da Usina Triálcool encerrou na tarde do dia 07 de dezembro de 2017, terminou com uma surpresa: um lance foi realizado às 13h55, exatamente cinco

³⁸ G1.Crise na indústria sucroalcooleira gera impactos no Triângulo Mineiro. Disponível em < <http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2015/07/ crise-na-industria-sucroalcooleira- gera-impactos-no-triangulo-mineiro.html> > . Acesso em 27 de Agosto .2017.

³⁹ E o acervo de bens do falido, quando arrecadados pelo síndico da falência. Destituída de personalidade jurídica, representa tão-somente um patrimônio especial, convindo sublinhar que o falido não perde a titularidade patrimonial sobre os bens integrantes da massa falida, perdendo apenas o poder de gestão que passa ao síndico sob a supervisão do juiz. Uma vez deflagrado o processo falencial e constituída a massa falida, cumpre notar que os créditos tributários gozam de preferência absoluta em relação a quaisquer outros, nos termos do quanto dispõe o art. 190 do CTN. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91647/codigo-tributario-nacional-lei-5172-66#art-190> > acessado em 21 de maio de 2018.

minutos antes do fim do prazo. A oferta no valor mínimo – R\$ 133,83 milhões – veio da Companhia Mineira de Açúcar e Alcool (CMAA). Avaliada em R\$ 223,04 milhões, a Triálcool está localizada em Canápolis (MG) e faz parte da massa falida da Laginha Agroindustrial, do empresário João Lyra. Segundo as informações disponibilizadas no site do leilão, a usina tem capacidade de moagem de 1,76 milhões de toneladas por safra e possui uma área de 6,05 mil hectares para canaviais. A venda em um valor 40% abaixo da avaliação foi possível porque não houve lances no leilão em primeira praça, encerrado em 30 de novembro. Dessa forma, o juiz responsável optou por oferecer o desconto e prorrogar o certame⁴⁰.

É importante destacar, as agroindústrias supracitadas não devem mais se utilizar da mão de obra para o corte de cana manual. Assim, a adoção da colheita mecanizada se de um lado, trouxe alterações na gestão agrícola com a modificação da sistematização do canavial para adequar e proporcionar uma maior eficiência da colhedora; de outro, alterou a estrutura do emprego no campo, com a necessidade de mão de obra adequada para as novas operações advindas da ampliação em larga escala dessa tecnologia. Para os migrantes que tinham como principal atividade de renda o corte da cana-de-açúcar, isso acarretou na perda de empregos, ainda que precários gerados pelo setor canavieiro, resultando dessa forma na exclusão de milhares de trabalhadores do mercado de trabalho com espessa dificuldade de inserção em novas atividades, principalmente devido a pouca qualificação desses indivíduos.

Neste sentido, a modernização da colheita da cana-de-açúcar, ocorrerá gradativamente, atendendo os interesses dos empreendedores do setor e eliminando muitos postos de trabalho, que não poderão ser absorvidos nesta nova lógica de produção. [...] Este processo significa a valorização do capital, que de maneira gradativa, prossegue eliminando custos com funcionários, e ampliando o contingente de desempregados (SOUZA & CLEPS JÚNIOR, 2009, p.12).

Assim, a mecanização da colheita da cana-de-açúcar, por exemplo, libera o trabalhador de uma atividade difícil, ocasionando, porém, uma diminuição relativa na ocupação do emprego da mão de obra pouco qualificada.

Percebem-se mesmo diante das precárias situações encontradas nessa atividade os trabalhadores experientes no corte da cana voltariam a trabalhar nesse

⁴⁰ Usina Triálcool recebe lance mínimo da CMAA poucos minutos antes do fim do leilão. Disponível: <https://www.novacana.com/n/industria/usinas/usina-trialcool-lance-minimo-minutos-fim-leilao-071217/>> acessado em 20 de Maio de 2018.

setor conforme verificado em trabalho de campo realizado no município de Ituiutaba entre Janeiro e Março de 2017, onde foram entrevistados 70 trabalhadores, quando questionados se voltariam a exercer a atividade do corte da cana, 60% deles responderam afirmativamente para essa pergunta.

Durante as entrevistas observou-se grande parcela desses trabalhadores possuem direitos a receber do Grupo João Lyra, onde um total de 63% possui direito a receber sobre o acerto de contas das dívidas trabalhistas da massa falida da Lagingha Agroindustrial (Grupo João Lyra), no valor aproximado de R\$ 200 milhões, em um total de quase 18 mil ex-funcionários. A expectativa é dos pagamentos serem efetuados ainda em 2018, de acordo com lista. Os trabalhadores ativos no período da determinação da falência devem ser os primeiros a receber⁴¹.

Através do trabalho de campo realizado no município de Ituiutaba pode-se perceber a principal insatisfação desses trabalhadores se refere ao processo de mecanização gradualmente ocorrendo no setor canavieiro nos últimos anos, resultado do processo de reprodução ampliada do capital e da modernização do campo, pelo qual elimina milhares de empregos no campo substituindo os trabalhadores por colheitadeiras, como é o caso daqueles que desempenham a atividade do corte manual da cana-de-açúcar. O Quadro (1) mostra a opinião desses trabalhadores em relação a essa nova conjuntura.

Quadro 1: Apoio dos trabalhadores a mecanização

Apoio a Mecanização	Porcentagem
Não	92%
Sim	7%

Fonte: Trabalho de Campo (2017). Org: ARAÚJO, D. F. C. (2017).

Ao considerar o emprego de mão de obra, e a absorção em uma frente de colheita mecanizada,⁴² é estimada em 46 trabalhadores, resultantes da exclusão líquida de trabalhadores em detrimento do uso da máquina estimada em torno de 52 trabalhadores/colhedora.

⁴¹ Tudo em dia. Disponível em: <https://www.tudoemdia.com/2018/02/trabalhadores-devem-atualizar-dados-para-receber-da-massa-falida-da-lagingha-saiba-mais/> acessado em 23 de Maio de 2018.

⁴² Para o estudo uma frente de colheita é formada por 4 colhedoras, 8 tratores ou caminhões com carretas, 1 caminhão bombeiro e 1 caminhão oficina, todos funcionando em três turnos de 8 horas.

Compreende-se que a estratégia de mecanizar a colheita da cana é uma forma das usinas driblar, ao mesmo tempo, as pressões ambientais e as precárias condições de trabalho no corte manual da cana. É necessário, entretanto, investigar quais são as implicações do atual corte mecanizado da cana-de-açúcar no trabalho das pessoas empregadas no setor, pois é certo as condições de trabalho no corte da cana eram desumanizantes, torna-se imprescindível demonstrar os aspectos danosos à vida dos trabalhadores submetidos ao processo de mecanização.

Scopinho (1999) afirma a existência de uma linha de produção dividida em diferentes funções e para assegurar o funcionamento contínuo da colheita é imprescindível o funcionamento de cada uma das funções. Todavia, para garantir o trabalho continuado das máquinas na colheita da cana submete-se o trabalho humano à lógica mecânica. O uso da tecnologia nas colheitas dos canaviais oportuniza aos canavieiros o domínio quase total do trabalho humano, o qual se torna uma extensão das máquinas (CHESNAIS, 1995). O trabalhador ao descumprir as operações padronizadas e programadas nos computadores é automaticamente advertido pelos computadores por meio de um apito e, ao mesmo tempo, é gerado um relatório da “infração” e enviado para a central de controle da produção da empresa. Portanto, para qualquer pausa do operador de colhedoras e/ou motorista de caminhões bate-volta, é necessário o mesmo informe ao computador (ou seja, a central de controle de produção) a justificativa pela qual a máquina não está em atividade. Caso contrário, sofrerá penalizações administrativas.

Assim, com o rápido desenvolvimento tecnológico, intensificou-se a ampliação do maquinário e resultou na diminuição dos postos de trabalho e no “enxugamento” das empresas, consequentemente, na obtenção de mais lucros por parte do empresariado. Nesse sentido, a teoria de David Harvey (2011) sobre o processo de acumulação flexível torna-se fundamental:

A acumulação flexível como vai chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnologia e organizacional (HARVEY, 2011, pg. 140).

O confronto direto com a rigidez do fordismo levou ao processo de flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Desse modo:

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando por exemplo, vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços” bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (HARVEY, 2011, pg. 140).

Para os trabalhadores essas mudanças significaram um aumento do desemprego estrutural, a intensificação e precarização do trabalho, diminuição dos salários e dos direitos trabalhistas, a necessidade de tornarem-se polivalentes, entre outras consequências.

O ritmo do trabalho, intensificado na colheita manual por meio do pagamento por produção, na colheita mecanizada é monitorado e determinado pelos gerentes de produção norteados pelo prisma da produtividade e subsidiados por uma infraestrutura tecnológica e científica.

Essa racionalização do processo de trabalho tem por único objetivo a minimização dos custos e a maximização dos lucros. Dentro do atual panorama de competitividade do setor sucroalcooleiro e a sua mais recente crise, tais medidas emergem como forma de manter-se atuante no mercado. Desse modo, a crescente tendência à intensificação da mecanização do corte da cana em Ituiutaba surge como medida sintonizada com a própria reestruturação produtiva, cuja premissa fundamental é uma organização “enxuta” do processo produtivo (máxima redução dos custos e maximização da produtividade seja do trabalho seja da indústria/matéria prima).

Na pesquisa de campo, procuramos investigar, a partir da aplicação do questionário, há quanto tempo os trabalhadores migrantes estavam trabalhando com a atividade canavieira manual: 68% trabalharam no corte de 1 a 5 anos; 20% deles de 6 a 10 anos; somente 12% mais de 10 anos (Quadro 2). A procura por esse tipo de trabalho é principalmente entre os mais jovens. Podemos evidenciar como quadro do processo de migração é recente na microrregião de Ituiutaba.

Quadro 2: Tempo de trabalho no corte manual da cana-de-açúcar

Tempo de trabalho	Porcentagem
1 a 5 anos	68%
6 a 10 anos	20%
10 anos	12%

Fonte: Trabalho de Campo (2017). Org.: ARAÚJO, D. F. C., 2017.

Apesar de jovens, os trabalhadores possuem a aparência física de serem mais velhos, em razão do rosto marcado por rugas precoces e do corpo prematuramente debilitado pelos problemas de saúde causados pela precarização do trabalho do corte da cana. Por não deterem o controle dos meios de produção, sujeitam-se a ritmos e exigências que lhes são impostos pelo processo de produção capitalista.

Conforme demonstra Santos (2009),

O capitalismo, entendido como categoria de interpretação histórica, constitui um sistema em que a força de trabalho transforma-se em mercadoria, sendo comprada e vendida como qualquer objeto de troca. Esta situação viabiliza-se pela concentração dos meios de produção nas mãos de uma classe – os capitalistas que produzem o seu capital, com a exploração de outra classe – a dos trabalhadores, que destituídos dos meios de produção, vendem sua força de trabalho, como fonte de subsistência. (SANTOS, 2009, p.41).

Em relação ao estado de origem verifica-se, esses trabalhadores vieram majoritariamente do estado de Alagoas (Quadro 3). Ainda nem todos os trabalhadores tenham como origem o estado de Alagoas, todos são rotulados como “alagoanos”. Isso se deve ao fato de historicamente é desse estado a maior parte da mão-de-obra migrante, seja trabalhador da atividade canavieira ou de outras ocupações.

Quadro 3: Estado de origem do trabalhador migrante em Ituiutaba – MG

Estado	Porcentagem
Alagoas	42%
Pernambuco	18%
Piauí	20%
Rio Grande do Norte	20%

Fonte: Trabalho de Campo (2017). Org.: ARAÚJO, D. F. C. 2017.

Foi constatada também na pesquisa a baixa escolaridade desses trabalhadores, com 50% de analfabetos, 33% com o ensino fundamental completo e apenas 17% com o ensino médio completo (Quadro 4). Os trabalhadores por nós

entrevistados não frequentam a escola, pois depois de um longo e exaustivo dia de trabalho não encontram disposições físicas e/ou mentais para irem à escola todos os dias. Como não acreditam na educação nessa altura das suas vidas mudaria sua condição de vida, acabam incentivando seus filhos para estudarem com a perspectiva de no futuro possam ser inseridos em outro tipo de trabalho. O trabalhador só encontra forças para trabalhar, dormir e trabalhar. Segundo Bernardo, “o excesso de responsabilidades e a intensificação do ritmo de produção associados a um discurso que visa dissimular essa realidade torna o trabalho nessas empresas bastante prejudicial para a saúde física e mental daqueles que o executam” (2009, p.150) ⁴³.

A pesquisa revelou quanto aos cortadores de cana não possuem aquisições básicas de educação formal, mesmo quando se trata daqueles que já frequentaram a escola e possuem o ensino fundamental completo e/ou incompleto; eles encontram dificuldades para escreverem o próprio nome; muitos mostram resistência para responder os questionários, e só depois de esclarecer que será uma entrevista verbal, eles passaram a concordar em participar.

Quadro 4: Distribuição da escolaridade dos trabalhadores que cortavam cana na Microrregião de Ituiutaba (MG).

Nível de escolaridade	Porcentagem
Ensino Médio	17%
Ensino Fundamental	33%
Analfabetos	50%

Fonte: Trabalho de Campo (2017). Org.: ARAÚJO, D. F. C. , 2017.

Cabe lembrar para eles o trabalho tem um significado fundamental, representa a dimensão concreta de seu existir na sociedade, a renda para subsistência da família, a casa própria e o acesso aos bens de consumo (aparelhos de som, geladeira, televisão, celular e motos). É através da aquisição de renda e oportunidades de consumo os trabalhadores de algum modo percebem seu acesso à cidadania, por meio da capacidade de comprar pensam em adquirir um mínimo de dignidade e respeito.

Demonstram uma atitude fatalista diante do trabalho e não acreditam na possibilidade de ascensão profissional. Com a perda do posto de trabalho na cana, verificou-se na pesquisa empírica hoje a grande maioria das atividades ocupacionais

⁴³ BERNARDO, Márcia Hespanhol. Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

exercidas pelos trabalhadores entrevistados na cidade de Ituiutaba-Mg são as de baixa qualificação. De fato, não existem muitas opções, além dos cargos de operador de máquinas e equipamentos agrícolas, montagem das máquinas da indústria, motorista, soldador, tratorista de frigoríficos e na construção civil.

A questão da escolarização apresenta-se como um problema para esses trabalhadores, e comprovada pouca escolaridade quando detectadas as atividades quando esses trabalhadores foram inseridos após o fim do corte da cana na região. A maioria, 36%, passou a trabalhar como servente de pedreiro entre outros tipos de trabalho de exigências em esforço físico, sem carteira de trabalho assinada como serviços gerais e auxiliar agrícola. Os trabalhadores recebem por dia de trabalho e, na maior parte das vezes, trata-se de ocupações esporádicas, ficando sempre a incerteza se no final do mês terá a quantia necessária para pagar as contas básicas em dia.

Além disso, outro fator importante é a faixa etária desses trabalhadores, conforme Quadro (5):

Quadro 5: Faixa Etária Dos Trabalhadores

Faixa etária	Porcentagem
Até 20 anos	5
21 a 25 anos	10
26 a 30 anos	20
31 a 35 anos	27
36 a 40 anos	5
Superior a 45 anos	3

Fonte: Trabalho de Campo (2017). Org.: ARAÚJO, D. F. C. , 2017.

Às vezes, para complementar a renda mensal os trabalhadores fazem jornadas aos fins de semana. Trabalhadores de carteira assinada foram identificados apenas aqueles que exercem funções como motoristas ou no comércio, somando um total de 20%. E relataram 12% no momento da pesquisa estavam desempregados, dependentes inclusive de cestas básicas fornecidas pelo Sindicato ou outras instituições.

Quadro 6: Emprego dos trabalhadores que cortavam cana na Microrregião de Ituiutaba (MG).

Emprego	Porcentagem
Servente de pedreiro	36%
Motorista	16%
Jardineiro	12%
Serviços Gerais	12%
Auxiliar Agrícola	8%
Comércio	4%
Desempregado	12%

Fonte: Trabalho de Campo (2017). Org.: ARAÚJO, D. F. C. , 2017.

Percebe-se a partir da paralisação das atividades das agroindústrias supracitadas, os trabalhadores do corte da cana-de-açúcar sentiram grande dificuldade em inserir-se no mercado de trabalho, restando como alternativa, serviços no mercado informal e/ou de pouca qualificação, ou seja, o fechamento das agroindústrias afetou diretamente centenas de trabalhadores, assim como o município de um modo geral.

Em relação aos salários, 52% afirmaram ter rendimentos entre 2 e 3 salários, inferior ao que recebiam na atividade do corte da cana, e 36%, até 5 salários (Quadro 7).

Quadro 7: : Rendimento atual mensal dos trabalhadores que cortavam cana na Microrregião de Ituiutaba (MG).

Rendimento Mensal dos trabalhadores	Porcentagem
Dois Salários	4%
Três Salários	52%
Cinco Salários	36%
Não souberam Responder	8%

Fonte: Trabalho de Campo (2017). Org.: ARAÚJO, D. F. C. , 2017.

Quando questionados se votariam a trabalhar no corte da cana, 64% responderam positivamente, apesar de terem consciência das condições submetidas nesse tipo de atividade; 32% disseram não, em função do desgaste físico e da idade. Uma das principais reclamações dos trabalhadores é em relação ao salário recebido atualmente. No corte da cana seus rendimentos eram superiores R\$ 3.000,00 (três mil reais), uma das razões motivadoras a voltar a trabalhar nesta atividade. Convém destacar o salário do trabalhador no canavial está atrelado à quantidade de cana cortada por dia, ao constituir uma forma perversa de remuneração, pois é à força de trabalho - a produtividade – a garantia de seu ganho.

Para Thomaz Junior (2002, p. 20):

Os sistemas de remuneração no corte de cana (como as formas de medição, classificação e pagamento) são armas importantes, disponibilizadas pelo capital, que garantem a um só tempo a manutenção da extração do sobretrabalho, como também o controle do processo de trabalho e da superexploração do trabalho, que chega às raias da semi-escravidão.

O próprio trabalhador consegue perceber as dificuldades e as perversidades do trabalho de cortador de cana, mas, em virtude das necessidades de sobrevivência, se vê obrigado a trabalhar em tal atividade.

A expansão da cana-de-açúcar na Microrregião de Ituiutaba promoveu muitas transformações econômicas, ambientais e sociais, o corte da cana, durante mais de dez anos esta atividade fornecia centenas de vagas, e atraía migrantes da região Nordeste do Brasil. Com a falência de duas usinas, ocorreu uma crise para os trabalhadores do corte da cana, e atingiu a economia das cidades desta Microrregião. Os trabalhadores, então, deslocaram-se para outras atividades, nas quais não deixaram de laborar de forma precária, sem carteira assinada, na informalidade e com grande perda salarial.

É importante considerar que este processo ocorre em todas as regiões produtoras de cana e devem conforme o protocolo ambiental, extinguir as queimadas até 2018 e, conseqüentemente, o fim do corte manual da cana.

Sobre isto, Scopinho et.al. consideram que:

a mecanização do corte da cana representa um importante passo na direção da subordinação real da agricultura à indústria sucroalcooleira, inclusive podendo a primeira adotar o ritmo intenso e quase ininterrupto de funcionamento da segunda, ou seja, 24 horas por dia durante a safra. Para os capitalistas, a intensificação do ritmo de trabalho na lavoura canavieira significa aumento da produtividade do trabalho com melhoria da qualidade da matéria-prima, diminuição de custos de produção e maior agilidade na amortização do capital investido em inovações tecnológicas. Já para os trabalhadores rurais, a intensificação do ritmo de trabalho pode significar a deterioração da saúde e da segurança no trabalho (Scopinho et. al., 2010, p. 11).

As conseqüências do desenvolvimento econômico e tecnológico são adversas para os trabalhadores. Sobre esse desenvolvimento Martins (2002) afirma:

Em suas conseqüências sócias adversas, o modelo de desenvolvimento econômico que se firmou no mundo contemporâneo leva simultaneamente a extremos de progressos tecnológicos e de bem-estar para setores limitados da sociedade e a extremos de privação, pobreza, e marginalização social para setores da população. Na medida em que hoje o objetivo do desenvolvimento econômico é a própria economia, podemos defini-lo como

modelo de antidesenvolvimento: o desenvolvimento econômico é descaracterizado e bloqueado nos problemas sociais graves que gera, mais do que legitimados nos benefícios socialmente exíguos que cria e distribui (MARTINS, 2002, p.13).

Assim como em outras regiões, os cortadores de cana não tiveram acesso a cursos técnicos de preparação para outras atividades, e isto representa grande impacto social no processo de mecanização.

Sobre a mecanização da colheita da cana e a consequente dispensa dos trabalhadores, Alves considera que:

na perspectiva da sustentabilidade, o corte manual de cana deve ser eliminado. Porém a sociedade não pode ficar inerte a essa decisão de trocar trabalhadores por máquinas. A sociedade precisa apresentar suas propostas de como essa substituição deverá processar-se. (2010, p. 04).

Diante disso, autores como Giovanni Alves e José de Souza Martins defendem a criação e a efetivação de políticas públicas de caráter compensatório, que impõem condições à expansão da agricultura canavieira e à mecanização do corte da cana.

Esclarecendo melhor sua proposta, Alves afirma:

São políticas públicas elaboradas e sob responsabilidade de execução e fiscalização do conjunto da sociedade e não apenas do Estado. O objetivo dessas políticas é compensar a perda de postos de trabalho e, ao mesmo tempo, melhorar as condições de vida e trabalho dos trabalhadores remanescentes e as condições ambientais (ALVES, 2010, p. 04).

Diante do desenvolvimento econômico, Martins afirma:

A alternativa tem sido as políticas sociais compensatórias, sem dúvida necessárias nessa circunstância, por meio das quais se procura atenuar os efeitos danosos do modelo econômico (MARTINS, 2002, p. 14).

Com o corte mecanizado, cerca de cem trabalhadores antes empregados no corte manual são substituídos por uma máquina e requer apenas um trabalhador para operá-la. Deste trabalhador é exigido um grau maior de escolarização antes encontrado entre os cortadores de cana, sendo necessário ao operador ter o ensino médio, dispor de carteira de motorista e dominar as noções de informática.

As condições dos trabalhadores do corte de cana são muito precárias, o mesmo ocorre em relação à sua escolaridade. É verdade, o nível de escolaridade não é considerado um requisito relevante para o ingresso de trabalhadores no trabalho do corte da cana. Contudo, em função da elevada taxa de desemprego, e a existência de

um exército de reserva, acabam reduzidas a chance de inserção dos trabalhadores com baixo nível de escolaridade tanto no próprio local de trabalho como fora dele.

CAPÍTULO 3

MIGRAÇÃO DOS TRABALHADORES CANAVIEIROS PARA O MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG

A dimensão espacial dos trabalhadores agrícolas é componente imprescindível do mercado de trabalho do complexo setor energético no Brasil (SILVA, 2006). O Triângulo Mineiro, principal área produtora no Estado de Minas Gerais, se destaca ainda na esfera dessa dimensão (MENDONÇA 2004). Os canavieiros vindos de algumas das regiões mais pobres do Brasil, como o interior nordestino se destinam às regiões produtoras, respondendo à demanda por trabalhadores pouco qualificados nessa atividade (MENDONÇA, 2006).

Esta dinâmica contém três dimensões primordiais: a combinação com a ampliação das atividades do setor energético na primeira década de 2000 (RAMOS, 2002); a relevância no contexto da força de trabalho agrícola no Brasil (BALSADI, 2010); e as intenções de extinção de postos de emprego no início deste século (GUEDES, GALLO, & MARTINS, 2002).

O início dos anos 2000 foi marcado por um novo período expansivo das atividades do setor sucroenergético, em decorrência da ampliação do mercado internacional para o açúcar e etanol, assim como do crescimento da demanda interna e externa por este combustível, em função da introdução dos veículos flex-fuel na era do Governo Luiz Inácio Lula da Silva (LAGO, 2009). A expressiva ampliação das atividades se explica por meio do aumento dos investimentos, da ampliação da área produtora, o desenvolvimento da estrutura produtiva, assim como por meio do tamanho da população ocupada nos seus serviços. Portanto, em função da mão de obra migrante, nessa conjuntura, se reitera a relevância da temática este capítulo.

As atividades ligadas à produção de cana-de-açúcar concentram a maioria dos assalariados agrícolas no Brasil (MARINI, 2000), e ainda a microrregião de Ituiutaba, onde compõem também uma parte relevante desses trabalhadores (MENDONÇA, 2004). Este atributo ainda está associado aos deslocamentos de trabalhadores, visto que a produção do setor sucroenergético registrou uma demanda de mão de obra mais ampla comparado a outras culturas como soja, café, arroz, entre outras (MATOS, 2011).

Paul Singer, no livro *Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo* (1987), aborda como as migrações internas são tanto resultados dos aspectos

históricos e institucionais como de alterações estruturais e espaciais da economia. Deste modo, devem ser analisadas a partir da perspectiva do processo global, e caracterizadas como uma dinâmica social, sendo que a unidade atuante é o grupo ou classe social. O autor estabelece relações entre migrações e industrialização.

Singer (1987) articula algumas hipóteses ao longo do texto. No primeiro momento, formula a hipótese da existência de tipos historicamente definidos de migrações, condicionados pela industrialização. O autor afirma que a industrialização altera as técnicas de produção e a divisão social do trabalho. A concentração de capital leva à concorrência espacial das atividades e a urbanização, porém as características históricas e institucionais devem ser consideradas no processo de migrações. O processo de industrialização é influenciado por arranjos institucionais e agem na dimensão econômica. Singer (1987) aponta que as desigualdades regionais são o “motor” das migrações internas relacionadas à industrialização. O autor assinala dois fatores de expulsão causadores às migrações: a mudança e a estagnação. Os elementos de mudança estão relacionados ao processo de industrialização e promove uma migração ampla, diferente das características de estagnação, mas os dois se reportam às áreas rurais e o fluxo de pessoas. O papel do Estado pode ser utilizado para levar o desenvolvimento regional em áreas estagnadas, desequilibradas, criada pelo próprio processo de industrialização.

Singer (1987) analisa os fatores de atração guiadores dos fluxos migratórios, sendo a demanda por força de trabalho o mais relevante. O autor propõe três hipóteses sobre os migrantes não serem absorvidos pelo mercado de trabalho no local de origem: desequilíbrio regional, desqualificação entre oferta e demanda, e inferioridade econômica. A procura de força de trabalho nas cidades é uma função do tamanho e da composição do produto gerado pela economia urbana.

Estes deslocamentos estão ligados às desigualdades regionais que evidenciam o papel da divisão do trabalho em múltiplas escalas espaciais, deste modo é importante também fazer uma reflexão mais extensa a respeito dos motivos e consequências dos movimentos populacionais (SINGER, 1987).

Esta pesquisa de dissertação não é um processo novo de deslocamento, entretanto podemos reiterar o acréscimo de novos elementos e contornos resultante dos atributos recentes da economia e da sociedade brasileira. Simultaneamente, a

extinção dos postos de trabalho ocupados por esses trabalhadores canavieiros se coloca como um desafio.

Partindo da divisão espacial do trabalho podemos explicar a migração dos cortadores de cana, visto que as regiões de origem e destino estão enquadradas perfeitamente em escala nacional, assim é possível explicar as causas e consequências do fluxo migratório a partir do referencial teórico proposto. De acordo com Singer (1987), as desigualdades regionais constituem a razão das migrações. A modalidade espacial se expressa nas relações entre demanda por trabalhadores e a oferta de mão de obra, associadas às articulações entre processos econômicos, políticos e sociais ocorridos em distintas escalas.

Partindo de outra perspectiva teórico-metodológica, Eunice Durham, no livro *A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo* (1973), analisa as dimensões individuais, familiares e comunitárias da migração, ou seja, os fatores que constituem as motivações dos sujeitos engajados no processo migratório. Embora Singer e Durham ofereçam interpretações bastante relevantes para análise da mobilidade dos cortadores de cana, os dois autores examinam a migração a partir do movimento rural-urbano, sendo assim, não permitem uma interpretação direta de mobilidade com temporalidades e espacialidades diferentes, como é o caso do estudo de caso do presente trabalho. As discussões teóricas sobre as migrações internas no território brasileiro na abordagem do movimento rural-urbano são extremamente relevantes, mas é preciso determinar um campo específico de questões conceituais para interpretação da migração dos trabalhadores canavieiros, uma vez que seu fluxo migratório é caracterizado pela extinção dos postos de trabalho ocupados por esses trabalhadores canavieiros se coloca como um desafio.

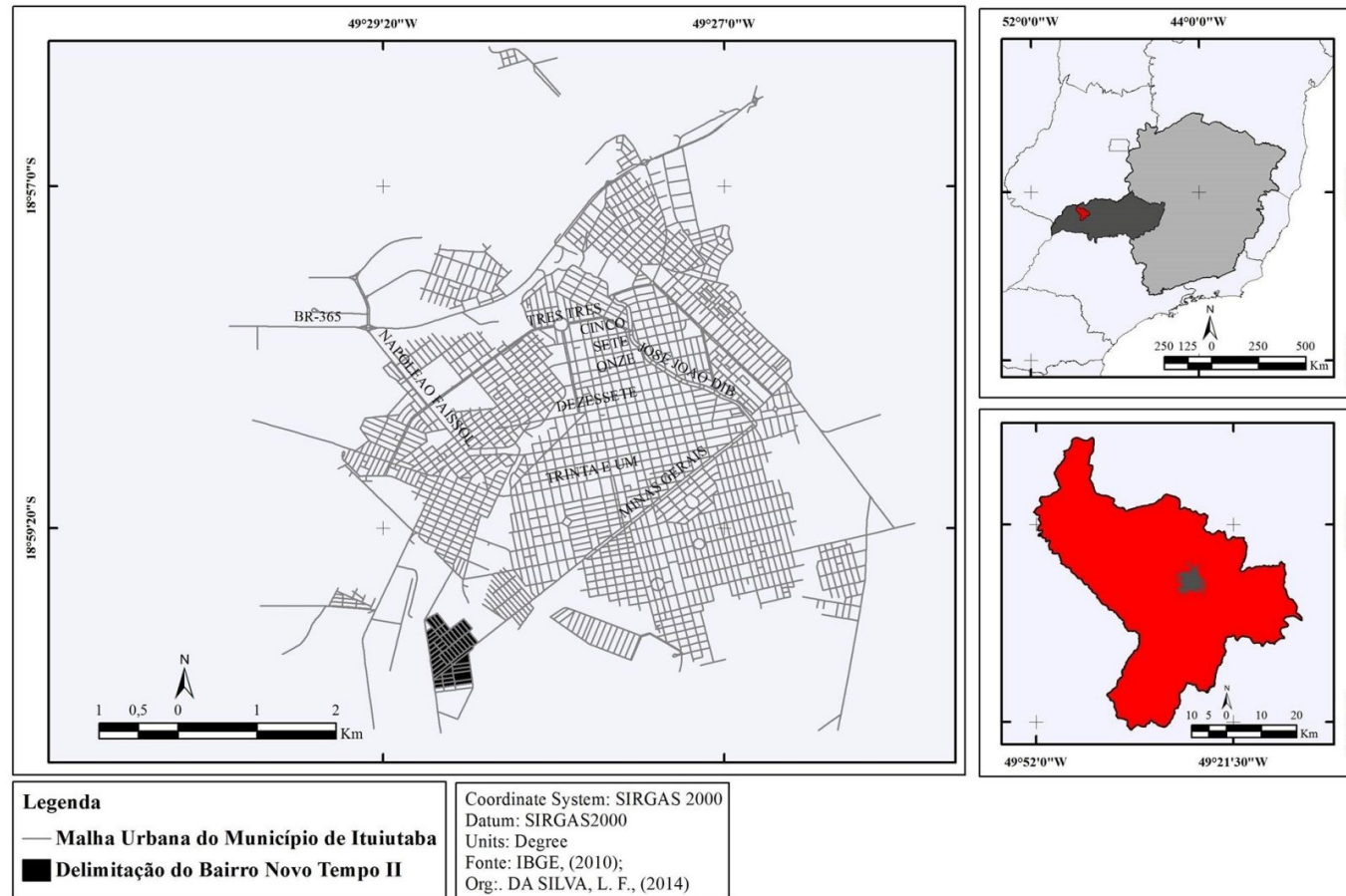
Na presente pesquisa, a análise se volta para a abordagem das trajetórias migratórias dos canavieiros. Nesse contexto, as narrativas deles foram fundamentais ao permitir reconstituir motivações, causas e desdobramentos. A partir da coleta de histórias de vida se entende como os relatos são essenciais para a compreensão desta modalidade migratória. Parte-se primeiro, portanto das considerações referentes às opções metodológicas deste trabalho e sua aplicação nas dimensões da mobilidade espacial dos canavieiros. Ao obter a teoria migratória como aporte teórico é possível construir um diálogo com esta e outras pesquisas sobre a temática no país. Assim, esta pesquisa aborda os significados desta análise sobre os

trabalhadores canavieiros em relação à produção acadêmica sobre a migração, mas essencialmente no contexto social, político e econômico do Brasil. Os trabalhos de Durham (1973) e Singer (1987) constituem as análises essenciais do processo de êxodo rural, na dinâmica migratória no território brasileiro no século XX. Nesta pesquisa utilizamos as análises destes autores, mas como novos elementos relacionados aos recortes espaciais e temporais, diante da crise do setor agroindústria na região, com a falência do grupo João Lyra, e os impactos sociais na microrregião de Ituiutaba.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado com questões que norteavam as narrativas dos trabalhadores migrantes a respeito de suas experiências. Assim, a partir das questões baseadas em referências teóricas de pesquisas sobre migrações foi constituído um roteiro para as entrevistas com os trabalhadores migrantes considerando os seguintes fatores da mobilidade espacial: atributos e características da origem, as motivações para o engajamento no movimento, rede e contatos, e intenções e perspectivas para o futuro.

As entrevistas foram realizadas nos meses de janeiro a maio de 2017, no município de Ituiutaba. O contato com os trabalhadores migrantes foi proporcionado por agentes da Pastoral e dez entrevistas foram realizadas nas casas dos mesmos, situadas no bairro Novo Tempo II, (Mapa 2 de localização), que está localizado na periferia da cidade.

Mapa 2: Localização do Bairro Novo tempo II



Fonte: IBGE (2010) (Org: ARAÚJO, D. F. C.; DA SILVA, L.F, 2017

As informações adquiridas com os entrevistados são consideradas fundamentais para o entendimento da mobilidade espacial dos cortadores de cana no período recente. Deste modo, para compreensão destes fatores dispõe-se de material bibliográfico a respeito das teorias das migrações, além de distintas pesquisas sobre a mobilidade espacial dos cortadores de cana e a migração rural-urbana. Ainda no sentido de destacar os elementos da mobilidade dos cortadores de cana, são usadas informações de duas pesquisas do IBGE partir dos Censos Demográficos de 2010 a 2014. Contudo, as informações essenciais são aquelas das entrevistas dos trabalhadores migrantes.

3.1. Migração dos Cortadores de Cana para Microrregião de Ituiutaba

Os elementos que dão origem a compreensão das migrações são fundamentais para o entendimento desta dinâmica. Partindo de Singer (1987), destaca-se que as migrações internas são decorrentes das causas e determinantes estruturais que condicionam o comportamento dos sujeitos, ou seja, tanto dos aspectos históricos e institucionais como modificações estruturais econômicas. Deste modo, o autor estabelece uma relação entre migrações e industrialização. Portanto, as condições materiais das áreas de origem implicam em dificuldades para o desenvolvimento de recursos domiciliares ou de grupos para garantir sua sobrevivência.

De acordo com Singer (1987) as migrações estão associadas as desigualdades regionais, pois são o motor das migrações. As condições materiais de difícil ampliação de recursos, concentração da propriedade fundiária, inserção problemática em divisões do trabalho, envolvem um conjunto de municípios. Autores como Pessoa (2006), Ferreira (2011), Cleps (2014) destacam esse caráter regional das áreas de origem dos cortadores de cana no Triângulo Mineiro.

No entanto, em relação aos destinos, não necessariamente os migrantes oriundos do campo se deslocam para grandes áreas urbanas. Os mesmos podem ser atraídos para áreas rurais e cidades do interior, dado o caráter regional desse tipo de migração, que se concretiza por meio da territorialização do setor Sucroenergético e de sua constituição histórica. Delgado (2012),

Gennari (2014) Elias (1997), Silva (2007 e 2010), Thomaz Jr (2002), entre outros, tratam do aspecto do complexo setor canavieiro e na microrregião de Ituiutaba, Santos (2009), Matos (2011) Lourenço (2010).

Os significados da origem da migração dos nordestinos são apontados a partir das suas falas, que deixam a reconstituição de distintas questões imprescindíveis, registradas a seguir.

3.2. Paulo de Araújo

Paulo de Araújo nasceu em São Miguel dos Campos-AL e migrou para Ituiutaba em 2011 com sua mulher e seus três filhos, morador do bairro Novo Tempo II, há mais de dez anos. Ele disse que não era mais possível ficar em Alagoas, e com a possibilidade de se mudar para Ituiutaba, decidiu vir para o Triângulo Mineiro a convite dos irmãos migrantes que estão na região desde 1999 para o corte de cana. Hoje aos 40 anos, com uma “fala mansa”, comenta, ao tomar seu café, como foi esse processo de migração, o incentivo e apoio dos irmãos para a bem sucedida inserção na atividade da lavoura de cana:

Eu nasci no município de São Miguel dos Campos, Alagoas [...] Eu vim em 2001. Eu vim com três filhas e uma nasceu aqui. Tenho quatro [filhas] mulher [...] Ah! Porque lá, no tempo ainda dava pra viver, mas, depois teve um meu irmão que foi lá e me convidou pra vir pra cá, aí né? Tinha dois irmão, já aqui [em Ituiutaba]. Eles vieram, em 1999, já tavam aí. É que lá não tinha resultado nenhum, né? Nós morava na fazenda, tudo a boi, não tinha trator. Daí vim aqui pra fazer futuro [...] O que cabia no caminhão, as coisinha, né? [...] Eu vendi, eu tinha cinco alqueire de terra lá, eu vendi lá e comprei uma casa aqui com o dinheiro, né? Aqui tinha mais futuro, né? Porque lá na fazenda tava morto, né? [...] Eu morei sete meses na casa do meu irmão quando cheguei aqui na cidade, até construir aqui no bairro. Desde que cheguei eu fui mexer com lavoura de cana. Já tinha os irmão que trabalhava no corte de cana e eu também fui mexê, né? (Paulo de Araújo).

Os irmãos vieram para trabalhar em Ituiutaba, por isso Paulo foi incentivado a migrar para Ituiutaba. As dificuldades em Alagoas e a falta de resultados na agricultura, o motivaram a sair da sua terra de origem, e com o apoio dos irmãos, conseguiu se inserir socialmente por meio do trabalho na lavoura na nova cidade.

Em seus estudos sobre as migrações do campo para a cidade, Eunice Durham (2004) avalia que tais deslocamentos não decorrem, em geral, de uma situação anormal de fome ou miséria, ao contrário, a migração aparece como

uma resposta às condições normais de existência. “O trabalhador abandona a zona rural quando percebe que ‘não pode melhorar de vida’, isto é, a sua miséria é uma condição permanente. Isto não quer dizer calamidades naturais ou acidentes não sejam fatores que precipitem a emigração” (DURHAM, 2004, p.170). Ou seja, na avaliação da autora, na maioria das vezes, a migração é impulsionada por uma situação desfavorável vista como permanente pelos próprios trabalhadores. Nas palavras da autora:

Os migrantes explicam sempre a migração como uma tentativa de “melhorar de vida” [...] Limitam-se em geral a dizer que migraram porque “a vida lá era difícil”, “não tinha emprego”, “pagavam pouco” [...] a emigração é provocada por tensões que se manifestam no campo econômico e se traduzem em salários baixos, rendimento insuficiente da produção agrícola e falta de emprego remunerado como alternativa [...] O trabalhador abandona a zona rural ou os pequenos centros urbanos quando percebe que “não pode melhorar de vida”, isto é, que sua miséria é uma condição permanente [...] A esses aspectos negativos se opõe a expectativa positiva das possibilidades que a vida urbana na agricultura “do sul” poderão propiciar (DURHAM, 2004, p. 188).

Verifica-se que com o processo de “modernização da agricultura” no campo brasileiro, aqueles trabalhadores do campo que não tinham possibilidades de comprar maquinários e nem incentivos do Estado para se manter no campo começaram a “desanimar” e a desejar o deslocamento, sendo a mobilidade uma fuga de um território onde as expectativas estavam frustradas, o que mobilizava esperanças de melhoria em outro território, onde as possibilidades de horizontes sociais pareciam muitos, e onde os irmãos lhe ofereciam segurança através do trabalho e das relações intrafamiliares. Como menciona Paulo: “É que lá não tinha resultado nenhum, né? Nós morava na fazenda, tudo a boi, não tinha trator. Daí vim aqui pra fazer futuro”. A necessidade e/ou desejo de “fazer um futuro melhor” em outro lugar condicionaram a mobilidade, aliado ao processo seletivo ocorrido no campo pelo advento da “modernização da agricultura”, que agravava ainda mais as condições desiguais do campo, fazendo com aqueles que não puderam se modernizar não vislumbrassem alternativas a não ser a mudança. Isso aparece na trajetória migratória de Paulo: a migração lhe apareceu como único horizonte possível, a mudança de lugar e de relações sociais (o que nem sempre ocorreu) mobilizava o engajamento na melhoria das condições de vida.

As compreensões teóricas apontadas por Arendt (1979) com relação ao processo de enraizamento nos auxiliam a esclarecer as questões sobre a migração determinada pela modernização do capitalismo. Assim, para essa autora, não ter raízes “significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo, não pertencer ao mundo de forma alguma” (1979, p. 244).

Em diálogo com Hannah Arendt, Simone Weil (1989) aponta para a hipótese de que a concentração de terras, a modernização e o desenvolvimento do campo brasileiro passaram a representar, para milhares de trabalhadores expulsos do campo, uma história de constantes deslocamentos, em função das dificuldades de enraizamento, principalmente se essa tentativa for feita na cidade. Assim, o desenraizamento traz ao homem, em sentido genérico, sentimentos marcados por saudades de pessoas e de lugares. Quem é desenraizado vivencia múltiplas experiências, que acabam, por vezes, suprimindo sua própria identidade. Daí que para Weil (1989):

o enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. Participação natural, isto é, que vem automaticamente do lugar, do nascimento, da profissão, do ambiente (1989, p. 347).

A esse respeito Bosi (1992), no artigo “Cultura e desenraizamento”, ao analisar os impactos provocados pela migração compulsória na vida do camponês, afirma:

O migrante perde sua paisagem natal, a roça, as águas, as matas, a caça, a lenha, os animais, a casa, os vizinhos, as festas, a sua maneira de se vestir, o entoadado nativo de falar, de viver, de louvar a seu Deus. Suas múltiplas raízes se partem. Na cidade, a sua fala é chamada ‘código restrito’ pelos lingüistas; seu jeito de viver, ‘carência cultural’, sua religião, credence ou folclore. Seria mais justo pensar a cultura de um povo migrante em termos de desenraizamento. Não buscar o que se perdeu: as raízes já foram arrancadas, mas procurar o que pode renascer nessa terra de erosão (BOSI 1992, p. 17).

Se tudo isso são aspectos negativos na vida desses migrantes, eles devem ser relativizados pelos aspectos positivos que a cidade oferece, visto que a cidade pode representar a esperança de melhores condições de acesso ao

atendimento às necessidades de saúde, educação, saneamento, lazer e novos hábitos consumistas.

Tal ritmo de crescimento não pode ser creditado somente às altas taxas de natalidade, sendo resultado também da migração rural, pois neste momento, significativa parcela da população brasileira se deslocava do campo para as cidades em busca de melhores condições de vida (saúde, moradia e educação) e com perspectiva de empregabilidade no comércio e setor de serviços públicos que se expandiam com velocidade (SOUZA, 2010, p. 527).

Foi nesta perspectiva de sair da pobreza no interior de alagoas que Paulo encontrou uma possibilidade de melhorar de vida na cidade. Com ajuda de seus dois irmãos ele conseguiu viabilizar sua vinda para Ituiutaba através das redes de parentesco.

3.3. Dona Antônia

Na busca pelo contato com os migrantes que hoje residem no bairro Novo Tempo II encontramos Dona Antônia, alagoana, que chegou a Ituiutaba no ano de 1985 para colheita de algodão. Embora sua inserção no novo território tenha sido anterior ao período à expansão da indústria da cana na região, sua narrativa é interessante para percebemos as motivações do fluxo migratório para Ituiutaba na década de 1980. Recebeu-nos com muita boa vontade para a entrevista. Chegamos à sua casa no horário do entardecer, ela assistia um programa de missa pela TV, sua casa estava repleta de símbolos religiosos, o catolicismo marcava as paredes da moradia com imagens de santos e fotografias a família. Começamos a trocar as primeiras palavras e, ela, muita disposta, nos narrou como foi sua chegada naquele tempo em 1985:

Vimos de São Miguel dos Campos, Alagoas, em 1985, apesar que um ano e pouco a gente ficou em Capinópolis, aqui do lado; nós chegamos lá e ficamos na casa de um cunhado, e depois que meu marido perdeu o emprego, viemos aqui pra Ituiutaba, aqui é melhor, né? Não pudemos ficar sem trabalho, lá não conseguimos emprego, viemos aqui pra Ituiutaba, aqui era mais fácil encontra trabalho, né? Ele [o marido] se mandô pra cá e daí viemos [...] Meu marido veio duas vezes antes pra ver como é, aí já veio mais gente ver junto lá de São Miguel dos Campo... Meu marido conseguiu emprego em Ituiutaba, ele se encontrou com um conhecido da aqui que morava em Capinópolis, ele era o chefe de quem trabalhava na usina, né... Aí meu marido conseguiu arrumar emprego. Daí, quando chegaram a Ituiutaba, era o lote ainda aqui no bairro, né? No começo eu não gostava daqui não, viu... [...] não tinha nada e era muito afastado da cidade, né! Aí com o tempo fui me acostumado (Dona Antônia).

O depoimento da migrante é importante a fim de compreender a conjuntura ocorrida pela mobilidade nesse período (ciclo econômico do algodão); constatamos que a migração se realizava em fases, pois, de Capinópolis se deslocavam para Ituiutaba. A procura de trabalho demonstra um forte fator motivacional, como afirma Antônia, “não pudemos ficar sem trabalho, lá não conseguimos emprego, viemos aqui pra Ituiutaba, aqui era mais fácil encontrar trabalho, né?”. Através das redes de amizade, o marido de Antônia migrou para Ituiutaba; no caminho, encontrou um conhecido, e por ser do Rio Grande do Norte teve a confiança de buscar informação sobre local para morar, e permitiu que ele ficasse sabendo sobre a existência do Bairro Novo Tempo II; era segundo o contato feito, “uma oportunidade de trabalho e para morar”. A informação viabilizada por meio das redes de amizade foi imprescindível para o processo migratório e para que o migrante encontrasse oportunidades de inserção social e territorial. Ao encontro com esse relato podemos observar Peixoto (2004) dialogar intimamente com teorias das redes sociais e do capital social:

[...] os migrantes não atuam isoladamente, nem no ato de reflexão inicial, nem na realização dos percursos concretos, nem nas formas de integração no destino. Eles estão inseridos em redes de conterrâneos, familiares ou, inclusivamente, agentes promotores da imigração, que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios e à fixação definitiva (PEIXOTO, 2004, p.29).

Peixoto (2004) fortalece seu argumento citando Portes e Böröcz:

Redes construídas pelo movimento e contato de pessoas através do espaço estão no centro de microestruturas que sustentam a migração ao longo do tempo. Mais do que cálculos individuais de ganho, é a inserção das pessoas nestas redes que ajuda a explicar propensões diferenciais à migração e o caráter duradouro dos fluxos migratórios (Portes e Böröcz *apud* Peixoto, 2004, p. 30).

Podemos apreender a experiência cotidiana dos que saem de um lugar para o outro; a variabilidade de suas práticas sociais; como as estratégias e os recursos são disponibilizados a partir dos contatos tecidos no caminho da migração; as relações de sociabilidade entre os migrantes e as conjunturas internas ao seu grupo de familiares; relações que se apresentam, na maioria das vezes, ausentes das análises macroestruturais.

3.4. Lucia da Silva

Lucia da Silva, que veio de Alagoas para acompanhar o marido na construção de um galpão na Usina Vale do Paranaíba, instalada no município de Capinópolis (MG), nos relatou sua migração para Minas Gerais, e as cidades onde morou parte da sua vida e onde teve seus filhos. Apontou, também, as condições precárias das vias de acesso a Minas Gerais e o tempo da mudança:

Eu nasci em Alagoas, União dos Palmares era a cidade. Nós viemo antes pra Capinópolis antes de vir pra cá. Nós saímo de Alagoas pra Capinópolis, foi em 1990. Moremo dois anos em Capinópolis [...] Aí, depois a gente veio morá em Santa Vitória, mas daí ali só moremo seis meses. Daí viemo pra cá [Ituiutaba] em 1992 [...] a mudança veio só a nossa no caminhão. Naquele tempo, levamos três dia inteiro pra vir de União dos Palmares até aqui. Estrada de chão, tinha só barro, atoleiro (risos) (Lucia da Silva).

Lucia ainda assinalou que o motivo da vinda a Minas Gerais esteve atrelada à mobilidade da força de trabalho do seu marido, deslocado para trabalhar em uma indústria que se instalou em Capinópolis:

O meu marido trabalhava numa usina de cana em Alagoas, e essa firma vinha construí uma usina em Capinópolis. Aí ele teve que vir ajudar a construir o barracão aqui, a instalação. Só que meu marido perdeu o emprego. Aí acabou a comida, acabou o dinheirinho que nós tínhamos. Sem comida, sem dinheiro, passando fome, se não fosse os vizinho ajudá (...) Daí ele arrumô serviço aqui numa fazenda e nos mudamo pra Ituiutaba. Daqueles que vieram juntos pra construir a usina, eram só três com o meu marido que trabalhavam com ele. Mas os outros dois eram homem que vieram sozinho, né? Sem família, aí voltaram. (...) Daí ele foi trabalhá na fazenda pra poder ter dinheiro, e teve que pedir dinheiro adiantado, pra poder ir no mercado ir comprá comida, pra poder comer e ir trabalhar, foi assim naquela época. Naquela época, mas ele [o dono da fazenda] cedeu naquela época dinheiro, porque era tudo estranho, os mercado não iam ceder fiado, a gente não era conhecido e não tinha dinheiro pra comprar. Como é que cê ia compra pra comer? (Lucia).

Na fala de Lucia, é possível observar, através da decisão de ficar em Ituiutaba, mesmo em condições adversas e precárias (sem emprego e dinheiro), quando seu marido “estava desesperado” e queria voltar para Alagoas para junto de seus familiares, o papel da mulher na migração, o papel de definir, no âmbito familiar, em uma parcela do espaço, como ela mesma nos disse:

Voltar! Iii... o meu marido queria voltar de tudo jeito daqui. Eu disse pra ele: “Não! Vamo firma o pé aqui. Já que viemo é aqui que vamo fica!” (risos). Ele queria voltar por desespero, né? Logo depois que ele viu

que não tava dando certo, né? Eu disse: “Não senhor. Se Deus quiser a gente vai endireitar. Não é voltando pra trás que a gente vai pra frente, é indo pra frente que tem que ir”. Daí foi indo, no começo a gente sofreu bastante, né? Mas pelo menos o que comer e aonde morar a gente passou a ter depois (Lucia).

As condições adversas encontradas por Lúcia e seu marido no novo território, através da falta de trabalho, potencializou, pelo sentimento de desespero, o desejo em voltar. A possibilidade de voltar para onde se é conhecido, para onde se tem abrigo, amigos e familiares, combinada com a instabilidade e/ou a insegurança no novo território, desencadeou o desejo de voltar, o querer voltar. O enraizamento do migrante no novo território está condicionado à forma como as novas experiências serão avaliadas como positivas e/ou negativas.

Sobre as experiências negativas, Ribeiro afirma:

A expulsão dos moradores do campo significa para muitos o sentimento de perda de parte de sua identidade expressa no valor simbólico e mítico que a terra para eles representa. No instante em que se deparam com uma situação de “desgarrados” da terra, o modo de vida rural aparece em suas memórias tão somente como recordações, lembranças. No entanto, esse rememorar os leva à descoberta e à tomada de consciência a respeito de uma realidade de exploração e de exclusão social vivida na cidade (RIBEIRO, 2000, p, 65).

Entretanto, mesmo sendo negativo, como no caso de Lúcia, o migrante pode ficar na cidade de destino. O voltar, por isso, está ligado também ao sentimento de fracasso, de não ter conseguido se dar bem, pois a migração carrega as esperanças de novas e boas oportunidades. No entanto, esta foi esmorecida, no caso de Lúcia, com a falta de emprego e de condições financeiras favoráveis para sobrevivência sua e de seu marido. Ainda assim, isso não impediu que os mesmos continuassem e se enraizassem (mesmo que no primeiro momento precariamente) no território. O enraizamento, nesse caso, se efetivou com uma decisão pessoal que insistiu na permanência no território, mesmo em condições precárias e adversas.

Por outro lado, formam-se redes de solidariedade entre os migrantes, redes essas que permitem não só a comunicação e a troca de informações entre eles, mas também o auxílio mútuo (Menezes, 2002; Nogueira, 2010). Em seu estudo sobre os camponeses-trabalhadores migrantes, Marilda Menezes (2002)

analisou as várias formas de redes estabelecidas entre os mesmos. Para a autora:

O grupo analisado está envolvido não apenas com migração sazonal para a plantação canavieira, mas também com migrações de longa distância e duração, em geral para cidades no Sudeste do Brasil. Aqueles que se deslocam mantêm-se em contato com a família, através de uma variedade de formas de comunicação. Uma destas é a circulação de pessoas, através das quais se enviam dinheiro ou outras mercadorias. Os que migram pela primeira vez são acompanhados por amigos ou parentes e aqueles que retornam gastam a maior parte do tempo visitando colegas e familiares. Todas essas interações sociais atuam como canais difusos para a comunicação das experiências dos migrantes (MENEZES, 2002, p. 109).

Assim, com ajuda dos amigos foi possível a permanência da família de Lúcia em Ituiutaba. Os amigos que trabalhavam com o marido de Lúcia auxiliaram em indicar um emprego na Usina Triálcool. Lúcia nos relata com alegria como o marido conseguiu arrumar um novo emprego.

A gente estava com muitas dívidas no mercado, devendo aluguel, eu já estava desanimada com tudo que estava acontecendo com a gente aqui. Aí a Usina Triálcool começou a contratar o pessoal para cortar cana. Meu marido foi avisado pelo amigo nosso que já trabalhava lá. Nossa, quando ele (marido) chegou em casa com o material de trabalho fiquei muito feliz (Lúcia).

A possibilidade de permanência através do emprego na usina foi determinante para a família de Lucia permanecer em Ituiutaba. Ela cumpriu, como outras tantas mulheres, o papel social de mães dispostas a enfrentar todas as dificuldades no processo de migração.

3.5. Ana Lucia

Ana Lucia nasceu em Campo Alegre, município de Alagoas, e no ano de 2004 veio para Ituiutaba com seu marido para trabalhar na colheita da cana-de-açúcar. Trabalhou desde criança na roça e em casa. Depois de casada, passou a trabalhar na terra do marido. Ela nos recebeu em sua casa com a mesa repleta de quitanda e café. Ela nos informou, em conversa amistosa, os motivos de sua mobilidade:

Lá de Alagoas eu vim casada. Casei lá em Alagoas daí vim morar pra cá. No ano de 2004, que chegamos em Ituiutaba [...] Eu vim de Campo Alegre. Lá nós trabalhava tudo na roça, depois que nós viemos pra cá eu fui trabalhá de diarista e o meu marido começou a trabalhar na

usina. Meus pais vieram uns quatro anos antes que nós viemos pra cá, os pais, daí tinha um tio meu aqui já antes. Esse tio fez umas quatro viagens pra Alagoas contando às maravilhas que tinha pra cá, dizendo que aqui era um lugar bom, novo, que tinha oportunidade. Aí nós também era muito ligado aos meus pais e, sabe? Nós acabemo ficando meio sozinho em Campo Alegre e viemo pra Minas Gerais. Aqui os meus pais ajudaram nós no começo a se ajeitá na vida, arrumá serviço e daí a família ficou mais próxima, mas unida, né? Aí ficou melhor pra se viver também (Ana Lucia).

Um ponto fundamental na rede de relações sociais é a ajuda familiar e a relação afetiva, de solidariedade entre os parentes, o que não implica na inexistência de conflitos e tensões que também permeiam estas relações. Nesta trajetória migratória verifica-se o papel desempenhado pela informação levada através de um familiar (tio) que tece contatos e apresenta o território de destino, no caso a cidade de Ituiutaba, como um lugar “maravilhoso”.

Em razão da experiência de solidão, sem a presença de seus familiares, sem a possibilidade de atualização dos vínculos afetivos e sem a regularidade da manutenção dos laços fortes com os pais, o município de origem se transforma em uma espécie de “não-lugar”. O que motiva Ana Lucia e seu marido a migrar para Minas Gerais, próximo de seus familiares em Ituiutaba, pois como afirma a migrante: “Nós acabemo ficando meio sozinho em Alagoas e viemo pra Minas Gerais”. Os vínculos familiares (fortes) podem definir o território de destino do migrante. Sendo o território uma relação social em um determinado recorte espacial, a ausência dos familiares (os pais) em Alagoas fez com que Ana Lucia se sentisse desencaixada em Campo Alegre. Logo, o horizonte de reencaixe, isto é, o enraizamento das relações sociais em Minas Gerais, no município de Ituiutaba, se processou com a ajuda dos familiares: “Aqui os meus pais nos ajudaram no começo a se ajeita na vida, arruma serviço e daí a família ficou mais próximo, mas unido, né? Aí ficou melhor pra se viver também”. Essa ajuda acarretou, portanto, uma forma de se enraizar, através do trabalho bem como da relação afetiva com o território de destino, potencializada pelo convívio familiar, as visitas recíprocas, a colaboração mútua, a amizade com os parentes.

As motivações que perpassaram a migração para o Triângulo Mineiro contaram com a presença efetiva das redes de relações sociais, na construção e manutenção de um rede, sendo que a troca de informações e as relações de amizade e de parentesco propiciaram um forte vínculo territorial para a mobilidade de alagoanos, cearenses, baianos, pernambucanos e piauienses

para o território mineiro. As motivações para o deslocamento se deram – como demonstramos através das trajetórias migratórias – em função de motivações vinculadas aos interesses econômicos, mas também por meio de relações de amizade e de parentesco. Enfim, para além dos elementos objetivos como a busca de trabalho, elementos subjetivos como o desejo, a amizade e/ou a afetividade familiar, dentre outros, desempenharam papel fundamental.

3.6. Maria Tereza

Maria Teresa, em uma narrativa cheia de emoção, descreveu sua vinda para Minas Gerais, lembrando o Rio Grande do Norte como território da nostalgia e do pertencimento, ligado aos familiares, o que motivava seu desejo de voltar:

Era bastante diferente aqui [Ituiutaba] do Rio Grande do Norte. A gente era diferente, o lugar, né? Não era quem nem lá. Lá tinha fruta, tinha de tudo, mas depois a gente se acostumou. Aqui era só mato quando chegando no bairro. Tenha poucas casinhas aqui, né! Mas, mais era a saudade que a gente tinha de lá, né? Tinha saudade da gente de lá e do lugar. Porque a gente nasceu e se criou lá, né? A gente veio pra cá chorando, parecia que a gente ia no fim do mundo! Sabe? Que não voltava mais, a gente pensava isso [...] Mas a gente sente, ainda agora eu sinto saudade de lá. Eu se fosse pra dizer, sair daqui, eu queria morar pro Rio Grande Norte de novo. Porque a gente lá no irmão a gente se sente à vontade, porque Deus o livre! Não é fácil! [...] A gente queria experimentar mudar a vida, fazer mais progresso, né? Lá as terra era fraca, magrinha, dava pouco já, não tinha adubo, agora é tudo máquina, adubo e a gente plantava só com a enxadinha, e as terra meio magrinha não dava nada, não dava mais, achava que era melhor, fazer futuro aqui [...] Ele [o marido] já tinha vindo antes, arrumado o lugar pra gente e emprego. Mas parecia que a gente vinha no fim do mundo. A gente sentiu muita saudade de lá (Maria Teresa).

As relações identitárias vinculadas à cultura de amizade intrafamiliar no Rio Grande do Norte, enraizavam e davam sustentação a migrante através dos vínculos afetivos que condicionaram com a mobilidade o sentimento da saudade, do território da saudade, da saudade dos familiares e das relações tecidas no interior de um território cultural: “Mas a gente sente, ainda agora eu sinto saudade de lá. Eu se fosse pra dizer, sair daqui, eu queria morar pro Rio Grande do Norte de novo. Porque a gente lá no irmão a gente se sente à vontade”; ou seja, a migração condiciona a saudade e o desejo do retorno.

A vontade de experimentar mudar de vida está atrelado a migração, na procura por melhores condições de vida, base material e social. Mas após sair

do seu lugar de origem, o sujeito sente saudades de onde saiu e de onde tecia suas relações, especialmente as afetivas: aquelas ligadas aos amigos e aos familiares. Assim, a migração se manifestou na fala da migrante como algo contraditório e ambíguo:

Se eu fosse mora pra lá, eu sentia saudade daqui agora, porque a gente agora, o nosso lugar é aqui agora, porque a gente se sente bem aqui. Eu acho que digo que ia morar pra lá, mas a gente não ia mais porque a gente se acostumou aqui agora, tem os filhos... a gente tem muito amigo, conhecido, conhece a cidade inteira, né? (Maria Teresa).

O sonho de Maria Teresa é o de um dia poder reconstruir aquilo que D'Aquino chama de “velho estilo de vida”.

[...] o lar, a lareira, o local de reunião da família, o ambiente em que a família se reproduz, através da reprodução do corpo e das práticas grupais. A casa, nesse sentido, não é apenas um espaço de organização social. É também espaço de projeção do corpo, um espaço pessoal, um espaço em construção, em que as lembranças de outras moradas estão presentes, articulando as práticas individuais e grupais. (D'AQUINO, 1998, p.18).

A migração possibilita compreender ou problematizar aspectos contraditórios da experiência da divisão em dois lugares: o de origem e o de destino. A saudade de sua terra, o lugar de origem deixado por Teresa não foram lembranças perdidas ou esquecidas, estão na sua memória, nas paisagens e nas relações identitárias que a ligam ao que foi deixado no Rio Grande do Norte. No território de destino da migração, com o passar do tempo, novas relações foram sendo tecidas, ajudando na permanência da vida de Maria Teresa.

Estas quatro trajetórias trouxeram à tona o rosto feminino da migração do norte e nordeste para as usinas da microrregião de Ituiutaba no final da década de 1990 até 2000. No que tange às causas desta migração, apesar da miséria se constituir no pano de fundo comum, recaía sobre elas o peso da organização social de gênero assentada numa gramática sexual que, além de discriminar as mulheres, impunha-lhes valores cujos significados configuravam o destino social de suas vidas. Eram mulheres tornadas invisíveis no conjunto desta migração.

Almejamos neste capítulo contribuir aos estudos das migrações para Ituiutaba a partir das trajetórias de migrantes que se destinaram para o município de Ituiutaba. O capítulo é baseado majoritariamente nas narrativas das mulheres e suas trajetórias de migração dos estados de Alagoas, Ceará, Rio Grande do

Norte, a partir dos finais da década de 1980, e partiram com seus maridos para o corte da cana ou lavouras de algodão durante muitos anos, por meio do processo que denominamos de migração permanentemente temporária. As trajetórias destas mulheres e homens mostraram que as migrações não são meramente deslocamentos demográficos num determinado espaço social. Ao mesmo tempo em que uns partem, outros ficam, e os chamados pontos de origem e de destino são constituídos por redes. As relações de gênero demonstraram características em que as migrações não afetam igualmente homens e mulheres. Nos casos analisados, observa-se que recaía sobre as mulheres a responsabilidade com a maternidade e o cuidado com os filhos, além do seu papel fundamental na definição dos elementos responsáveis para a definição das trajetórias e permanência no lugar de destino. Nesse sentido, analisamos aqui, a partir de trajetórias individuais de mobilidade, o papel das redes de relações sociais reticulares para a construção de uma rede, aliado à condição migratória entre o território de origem e destino na migração.

CAPÍTULO 4

MIGRANTES NORDESTINOS EM ITUIUTABA E AS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS

Os dados históricos no capítulo anterior apresentam extrema importância e mereceram proeminência nesta etapa do trabalho porque demonstram elementos em Ituiutaba consideráveis para as meditações sobre grupos, redes sociais e identidades que deparamos na cidade. Assim, muitas das diferenças sociais, políticas e culturais dos sujeitos sociais são cerceadas pelas suas diferenças históricas e demográficas.

Neste capítulo almejamos compreender a construção e reprodução das múltiplas identidades e sociabilidades existentes entre os trabalhadores assalariados, de origem nordestina, que migram para Ituiutaba-MG e os tijucanos⁴⁴. Assim, possibilitando examinar as relações dos migrantes com tecnologias, educação e o mundo do trabalho.

Na concepção da orientação dada a esse trabalho, na construção da sua própria subjetividade, cada sujeito é sintaxe de significações e referências diferentes aos acontecimentos em sua volta a partir do “outro”. Para os nativos tijucanos, a figuração do “outro” é portada pelo que eles designam como “alagoanos”, ou seja, os quaisquer migrantes vindos dos estados do norte e nordeste. Portanto, para destacar dicotomias profundamente apreendidas dos dois grupos em Ituiutaba, os alagoanos são colocados na condição subalterna, entre estigmas, desqualificação social e violência simbólica, conforme Bourdieu (2011). São indivíduos constituídos a partir das interações “alagoanos” *versus* “tijucanos”.

Descrevemos ao longo do texto os elementos presentes nas entrevistas dos migrantes nordestinos e tijucanos, sobretudo, para saber o significado de quem é “tijucano” e quem é “alagoano”. Foi possível verificar ao longo da pesquisa que o “alagoano” é um sujeito rejeitado e estigmatizado pelos tijucanos, operadores de uma violência simbólica desempenhada pelo poder das palavras que recusam, oprimem e aniquilam psicologicamente o outro. De acordo com Bourdieu, a violência simbólica:

A violência simbólica é essa coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, à dominação), quando dispõe apenas, para pensá-lo e para pensar a si mesmo, ou melhor, para pensar sua relação com ele, de instrumentos de conhecimento partilhado entre si e que fazem surgir essa relação como natural, pelo fato de serem, na verdade, a forma incorporada da estrutura da relação de dominação; ou então, em outros termos, quando os esquemas por

⁴⁴ O nativo de Ituiutaba é denominado “tijucano” ou “ituiutabano”.

ele empregados no intuito de se perceber e de se apreciar, ou para perceber e apreciar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro, etc.), constituem o produto da incorporação das classificações assim naturalizadas, cujo produto é seu ser social (BOURDIEU, 2001, p. 206-207).

A violência simbólica é realizada pelos administradores do Estado, que tem o monopólio de uma violência simbólica legítima, o que abarca a Justiça, instituição na maior parte das ocasiões impermeável aos migrantes e seus descendentes. Muitas vezes a dominação é realizada a partir de forças inconfundíveis, como armas ou dinheiro. Ainda assim, sempre há uma dimensão simbólica na dominação. O Estado, com todas as suas constrições e disciplinas, é mediador e construtor de violências simbólicas:

O Estado não tem forçosamente necessidade de dar ordens, e exercer uma coerção física, ou uma coerção disciplinar, a fim de produzir um mundo social ordenado: pelo menos enquanto estiver em condições de produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam ajustadas às estruturas objetivas e, assim, garantir a submissão dóxica à ordem estabelecida (BOURDIEU, 2001, p. 217).

Não obstante, a sociedade civil também evidencia sua capacidade de violentar simbolicamente o outro, como fazem os Tijucanos em Ituiutaba. Aos “alagoanos” são atribuídos o estigma do “marginal”, segundo a tese de a miséria sempre gera criminalidade o que legitima uma violência simbólica. Os tijucanos tomam consciência de suas posições no mundo social quando mantêm relações de força com os “alagoanos”, quando rotulam e nomeiam o outro de acordo com o seu capital simbólico, que nada mais é que as distintas propriedades que os agentes constroem para determinarem suas posições nos espaços sociais, e só é expressivo quando conhecido e reconhecido pelos outros agentes:

O capital simbólico assegura formas de dominação, que envolvem a dependência perante os que ele permite dominar: com efeito, ele existe apenas na e pela estima, pelo reconhecimento, pela crença, pelo crédito, pela confiança dos outros, logrando perpetuar-se apenas na medida em que consegue obter a crença em sua existência (BOURDIEU, 2001, p. 202).

Os estigmatizados (como nordestinos em Minas Gerais) carregam a maldição de um capital simbólico negativo. Todo tipo de capital (social, econômico, cultural) tende a funcionar como capital simbólico. Isto é, existe inúmeros efeitos simbólicos do capital. Qualquer capital se transforma em capital simbólico quando se torna força, poder, capacidade de exploração reconhecida e legítima. Todo este poder é dado pelas estruturas cognitivas.

Mais precisamente, o capital existe e age como capital simbólico (proporcionando ganhos como diz, por exemplo, a constatação-preceito, *honesty is the best policy*) na relação com um habitus predisposto a percebê-lo como signo e como signo de importância, isto é, a conhecê-lo e a reconhecê-lo em função de estruturas cognitivas aptas e tendentes a lhe conceder o reconhecimento pelo fato de estarem em harmonia com o que ele é. Produto da transfiguração de uma relação de força em relação de sentido, o capital simbólico nos livra da insignificância, como ausência de importância e sentido (BOURDIEU, 2001, p. 296).

Ao categorizarmos o outro (enaltecemos, congratulamos, elogiamos, afrontamos, subjugamos, criticamos ou acusamos), estamos determinando e reconhecendo nossas próprias posições sociais. Nós reconhecemos a posição que ocupamos no espaço social por meio, e tão somente, da prática, nas relações sociais que mantemos com os outros grupos sociais, e que nunca é estática ou unilateral. Portanto, o tijuquano transfere para o “alagoano” os pontos negativos existentes em sua comunidade (pobreza, violência, criminalidade, entre outros), com o intuito de preservar sua própria identidade, pois é uma forma de defesa que se baseia no ataque.

Para tornar admissível esta compreensão, foi imprescindível determinar em quais contextos estas identidades e sociabilidades são construídas, ou melhor, de que forma a comunidade do bairro Novo Tempo, com seus pensamentos, memórias e valores, intervém nestas relações sociais.

Nessa perspectiva, as ponderações sobre espaços sociais formuladas por Bourdieu (1996) vão ao encontro das particularidades encontradas nos espaços do bairro Novo Tempo II. Segundo Bourdieu (1996), o pesquisador deve sempre objetivar apreender aquelas estruturas e mecanismos inconscientes para os próprios sujeitos que as vivenciam e atualizam. A construção e reprodução dos espaços sociais são algumas destas estruturas e mecanismos, e escapam tanto ao olhar dos tijuquanos quanto ao olhar dos migrantes, determinantes as regras de um jogo e a posição de seus jogadores, mesmo quando estes não reconhecem que fazem parte dele:

Para resumir essa relação complexa entre as estruturas objetivas e as construções subjetivas, situadas além das alternativas comuns do objetivismo e do subjetivismo, do estruturalismo e do construtivismo e até do materialismo e do idealismo, costumo citar, deformando-a ligeiramente, uma fórmula célebre de Pascal: “O mundo me contém e me engole como um ponto, mas eu o contenho”. O espaço social me engloba como um ponto. Mas esse ponto é um ponto de vista, princípio de uma visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, de uma perspectiva definida em sua forma e em seu conteúdo pela posição objetiva a partir da qual é assumida.

O espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele (BOURDIEU, 1996, p. 27).

Para Bourdieu (1996), as diferenças e conflitos (expressos nos espaços sociais) existem e persistem. Entretanto, Bourdieu (1996) destaca que isso não significa aceitar ou afirmar a existência pré-determinada de classes. “O que existe é um espaço social, um espaço de diferenças, no qual as classes existem de algum modo em estado virtual, pontilhadas, não como um dado, mas como algo que se trata de fazer” (Bourdieu, 1996, p. 26-27). São dentro de espaços sociais diferenciados que são construídas as instâncias do capital simbólico, e explicam as inúmeras violências e dominações simbólicas das diversas esferas da vida em sociedade. As diferenças simbólicas, construídas por espaços sociais distintos, passam a constituir uma verdadeira linguagem, logo levam as sociedades a sistemas simbólicos e signos distintivos. O espaço social deve ser construído como estrutura de posições diferenciadas, definidas pelo lugar que ocupam na distribuição de um tipo específico de capital. A construção dos diversos capitais dá maior ou menor poder a um agente ou grupo é amparada por Bourdieu e o chama de *illusio* dentro das estratégias de um jogo. *Illusio* é estar preso ao jogo, estar envolvido no jogo, acreditar que o jogo vale a pena, e vale a pena jogar:

Os jogos sociais são jogos que se fazem esquecer como jogos e a *illusio* é essa relação encantada com um jogo que é o produto de uma relação de cumplicidade ontológica entre as estruturas mentais e as estruturas objetivas do espaço social. Isso é o que quero dizer ao falar de interesse: vocês acham importantes, interessantes, os jogos que têm importância para vocês porque eles foram impostos e postos em suas mentes, em seus corpos, sob a forma daquilo que chamamos de o sentido do jogo (BOURDIEU, 1996, p. 140).

Assim, no próximo tópico, descreveremos o bairro Novo Tempo II onde reside a maioria dos migrantes nordestinos que vivem em Ituiutaba à luz das perspectivas teóricas de Bourdieu.

4.1. O bairro

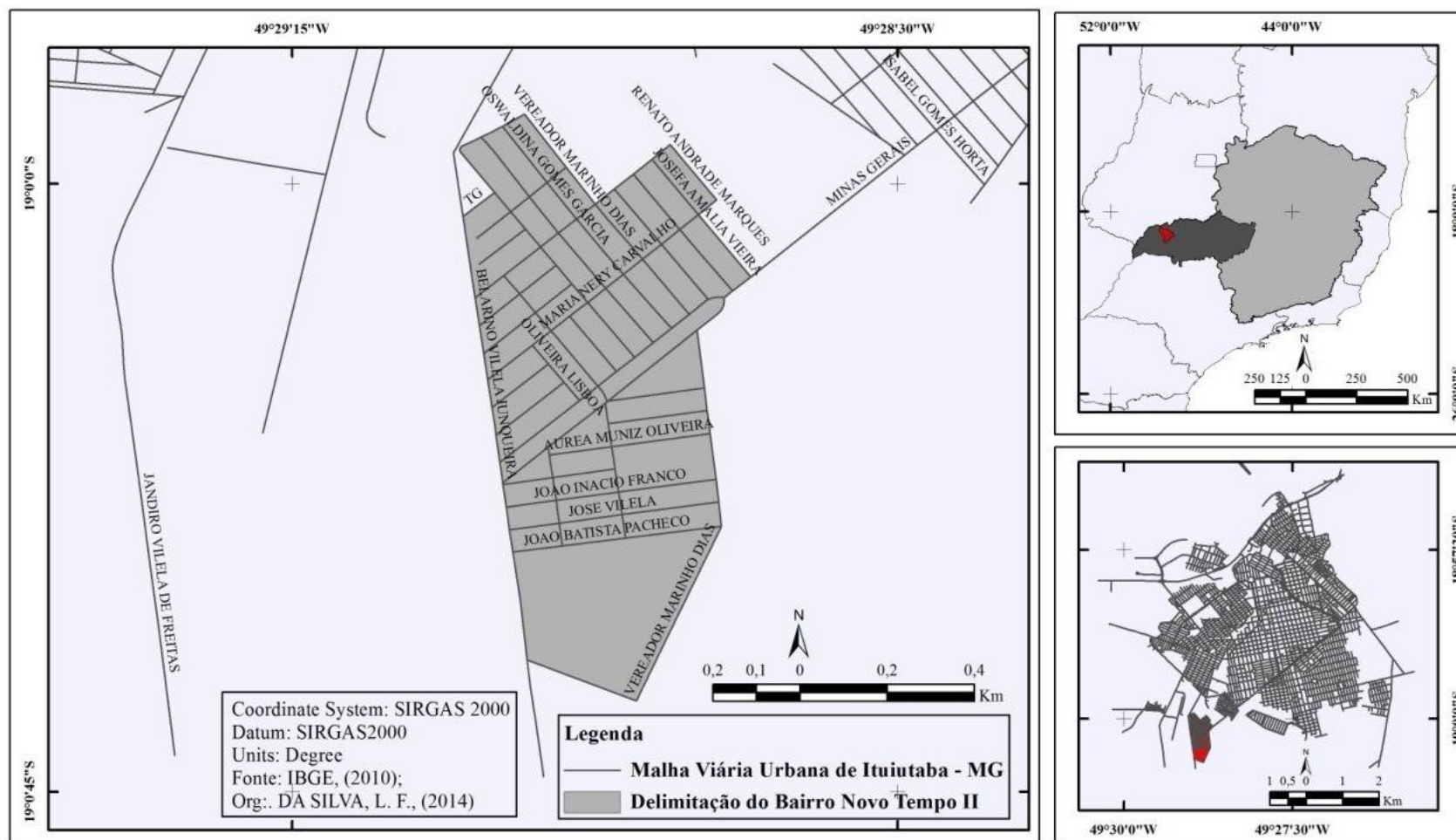
O recorte espacial do nosso trabalho de campo está situado na zona oeste da cidade de Ituiutaba (Figura 3). O bairro Novo Tempo II se formou a partir de uma ocupação irregular no começo da década de 1990 por moradores naturais do

município e por migrantes que vinham das mais distintas regiões – sendo mais intensa a migração nordestina – para trabalhar na agroindústria canavieira.

Segundo o Decreto nº 3672, de 15 de fevereiro de 1993, o Conjunto Habitacional Novo tempo II surgiu a partir de um plano que aprovou o plano de urbanização de terreno de Ituiutaba. O conjunto foi financiado pela Caixa Econômica Federal que, através da doação do terreno pela Prefeitura, tornou possível a construção das casas a partir da Construtora Guimarães Castro LTDA., e depois as comercializou. Conforme o censo de 2010 do IBGE, a população total do bairro era de 2.190 habitantes, sendo composta por 47,76% de mulheres e 52,24% de homens.

Com a ocupação do solo urbano, e uma série de necessidades a serem cumpridas para garantia de qualidade de vida, o novo bairro começou a receber obras para sua consolidação, entre elas, rede de esgoto, rede de energia elétrica e asfaltamento. Atualmente a totalidade do bairro conta com energia elétrica, rede de esgoto, água tratada e ruas asfaltadas. A população do bairro compartilha dos serviços de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), com atendimento médico e odontológico diário, conta também com o *Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente “Aureliano Joaquim da Silva”* (CAIC), e a associação de bairro, que sempre se mostrou ativa em relação aos interesses dos moradores para melhoria do mesmo.

Mapa 3: Mapa de localização do Bairro Novo Tempo II



Fonte: IBGE (2016) (Org.: ARAÚJO, D. F. C.; DA SILVA, L. F.)

O levantamento de alunos que estão matriculados na única escola presente do bairro – CAIC – demonstra uma realidade diferente da apresentada pelo IBGE, pois segundo os dados do referido instituto de pesquisa o universo total de migrantes nordestinos em Ituiutaba é de 9%, contudo, na escola do bairro este número chega a 28% dos alunos matriculados. Estes dados expressam o alto índice de moradores que possuem sua origem especificamente da região norte e nordeste do país. Entre todas as matrículas de alunos da rede municipal de educação, a escola CAIC possui um expressivo contingente de alunos nordestinos comparado com as outras escolas do município. Como demonstrado na Tabela 6, vejamos.

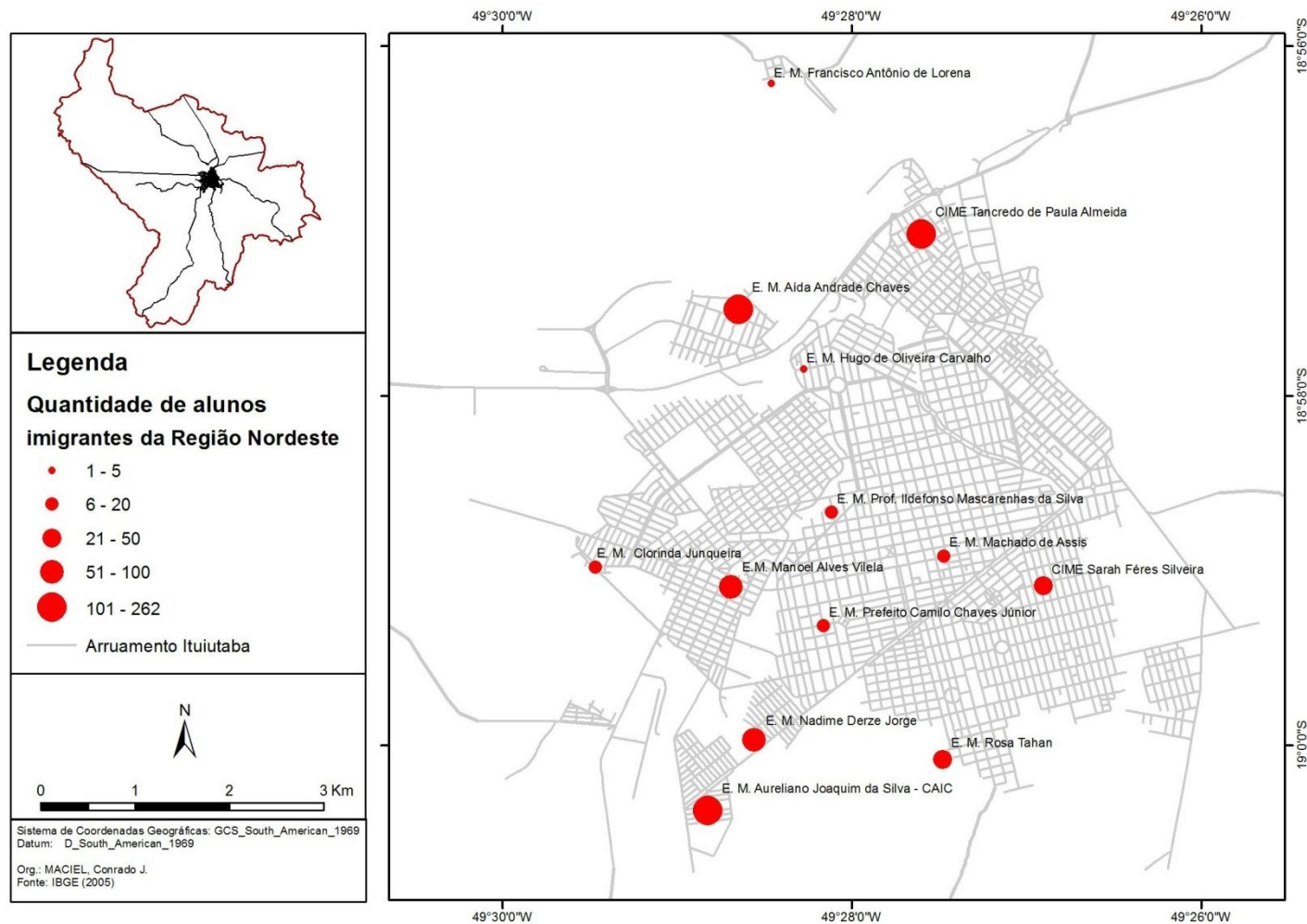
Tabela 6: Porcentagem de alunos migrantes do norte e nordeste do país nas escolas municipais de Ituiutaba-MG

Escola Municipal	Números de Alunos	% em relação ao total de alunos da escola
Aureliano Joaquim da Silva – CAIC	262	28,35
CIME Tancredo de Paula Almeida	122	16,38
Manoel Alves Vilela	87	9,83
Nadime Derze Jorge	61	18,6
CIME Sarah Féres Silveira	38	16,1
Rosa Tahan	22	17,89
Aida Andrade Chaves	21	9,77
Camilo Chaves Junior	20	7,58
Machado De Assis	11	0,58
Prof. Iidefonso Mascarenhas da Silva	11	1,76
Clorinda Junqueira	6	2,05
Archidamiro Parreira de Souza	3	2,14
Hugo de Oliveira	2	1,43
Francisco Antônio de Lorena	1	1,35
Quirino de Moraes	1	1,01

Fonte: Secretaria Municipal de Ituiutaba 2016. (Org: ARAÚJO, D. F. C., 2017)

Na Figura 4 podemos visualizar esta distribuição de alunos nos bairros e evidenciar uma quantidade expressiva de alunos matriculados na Escola Aureliano Joaquim da Silva, o CAIC.

Figura 4: Mapa de distribuição dos alunos migrantes nas escolas municipais de Ituiutaba-MG



Fonte: IBGE (2016) Autor: ARAÚJO, D. F. C..

O bairro possui uma associação de moradores que é formada por 25 artesãos migrantes que encontraram no artesanato uma forma de manifestação cultural e auxílio à integração e ao desenvolvimento de sua comunidade. Esta associação é aberta às segundas, quartas e sextas-feiras, das 13:00 às 16:00 horas, com atendimento ao público.

Na Associação Comunitária do Bairro Novo Tempo II, produz-se as mais diferentes técnicas artesanais que foram ensinadas por familiares aos artesãos, que passam a materializar em seus produtos diferentes valores e conceitos passados de geração para geração. Observamos que a construção da identidade em torno do artesanato regional nordestino no bairro Novo Tempo II está em vias de construção, processo que Bourdieu (1983, p. 83) caracterizou por meio do conceito de “estilo de vida”, isto é:

(...) um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou hexis corporal, a mesma intenção expressiva, princípio da unidade de estilo [...] formando uma espécie de cultura própria ou pertinente a um dado grupo, constituindo [...] um *habitus* (...) (BOURDIEU, 1983, p. 83).

Por meio do conceito de *habitus* de Bourdieu (2001), permite conciliar a aparente contradição entre a realidade exterior e a realidade interior, é possível explorar o real e o possível que se encontra ou emerge do cotidiano destes sujeitos. Assim, a noção de *habitus* é capaz de expressar a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, ou seja, trata-se um sistema de apreciações, percepções e ações que permitem as disposições estruturadas (estruturas) funcionem como disposições estruturantes (ações), e se voltam para as experiências práticas, constantemente orientadas para os comportamentos do cotidiano.

Neste sentido, interessam as ações empreendidas pelos sujeitos, os moradores, aqueles que habitam esses espaços, e por isso, os qualificam as relações sociais no âmbito familiar ou mesmo da vizinhança, constituindo um vertiginoso invólucro de costumes e práticas que se cristalizam e se reproduzem cotidianamente.

Os artesanatos em colchas bordadas, canecas, caixas decorativas, panos de pratos decorados, tapetes, almofadas personalizadas, são alguns exemplos

de peças artesanais produzidas pelos artesãos da Associação de moradores, como podemos notar nas fotos a seguir.

Foto 15, 16, 17, 18 Artesanatos da Associação Comunitária do Bairro Novo Tempo II



Autor: ARAÚJO, D. F. C. 2017.

Compreender melhor a dinâmica da Associação Comunitária do Bairro Novo Tempo II de migrantes nordestinos é uma tarefa complexa. Uma organização de artesãos que busca, por meio de sua arte, manifestar-se culturalmente e complementarem suas rendas. Apesar de seu regime administrativo ser semelhante ao de uma cooperativa, pode-se observar como a associação une os cidadãos do Bairro do Novo Tempo II, que encontram nela uma forma de organização, divulgação e valorização da cultura nordestina pela própria comunidade ou por outros.

Assim, o fazer manual de uma colcha de retalhos vai muito além da mera produção de um artefato. A elaboração do artesanato remete ao artesão a experiência de sua existência, a trajetória de sua família, o cotidiano de sua casa,

seus valores familiares, sua identidade cultural e popular manifestada e materializada através de produtos, e revelam uma história.

A manutenção de hábitos alimentares são uma das formas de preservar e recriar sua cultura e contribuir para a comercialização dos produtos oferecidos na mercearia, um pequeno estabelecimento comercial que vende produtos provenientes do estado do Nordeste. Abaixo, uma imagem do Supermercado Maia (foto).

Foto19: Supermercado Maia



Autor: ARAÚJO, D. F. C. 2017.

Entre os produtos mais vendidos, identificamos aguardente, farinha, rapadura, charque “prensado”. Na observação dos produtos que tiveram maior consumo, podemos identificar que o hábito alimentar das famílias migrantes nordestinas pode ser considerado uma das formas de manutenção da cultura dos mesmos através da culinária. Nas fotos 20 e 21 são destacados alguns destes produtos mencionados.

Foto 20, 21: Produtos nordestinos comercializados no supermercado.



Autor: ARAÚJO, D. F. C. 2017.

Os cidadãos que nascem, crescem ou trabalham na mesma cidade, em realidades sociais semelhantes, com os mesmos hábitos, costumes, especificidades de linguagem e longa vivência cotidiana com seus pares, atravessam as décadas de forma mais tranquila. Aqueles que migram ou deslocam-se sazonalmente para trabalhar acabam obrigados a lidar com a diversidade, e se deparam com o desafio de recriar um espaço de identificação remetente a sua cultura de origem; o artesanato e a comida são tentativas de criação/recriação no novo bairro de uma cultura nordestina – diante da dificuldade do não reconhecimento à nova realidade pelos quais conseguem se integrar ao contexto social em que vivem considerando suas trajetórias e origens.

4.2 O lazer

Um dos temas levantados quando conversamos com os entrevistados foi referente ao lazer, quais os hábitos e práticas que cada um tinha em seu cotidiano. Não havia dentro do espaço tijucano um lugar onde as tradições do migrante poderiam ser celebradas, visto que o processo de migração não é algo recente na região. Como registra Silva (1996):

Na segunda metade da década de 1940 a região de Ituiutaba, no Pontal do Triângulo Mineiro, passou por um período de transformação da economia. Antes baseada na pecuária de bovinos e suínos, começa então descobrir o potencial que representava as grandes extensões de terra massapé para a agricultura. [...]. A partir da segunda metade da década de 1930 essa região do Pontal do Triângulo Mineiro, recebeu uma onda migratória atraída pelo garimpo no rio Tijuco. Após a decadência da zona de garimpo muitos nordestinos permaneceram na região, o que acreditamos tenha constituído um dos pontos de ligação para a vinda de trabalhadores nordestinos para a lavoura. Alguns

fazendeiros, pioneiros na lavoura, já utilizavam a mão-de-obra nordestina nos primeiros anos da década de 40. O trabalho com a pecuária não exigia muitos trabalhadores e a região não dispunha de braços suficientes para o cultivo da lavoura. A mecanização era ainda uma realidade distante para a região, afastada dos grandes centros urbanos não somente pela distância, mas também pela falta de estradas, rodovias e ferrovias, que tornasse possível usufruir da onda modernizante então em voga no país. A notícia sobre a terra fértil e a necessidade de mão-de-obra para o seu cultivo, espalhou-se através das rádios, jornais e principalmente através das pessoas que residiam ou trabalhavam na região. Mineiros de outras paragens e nordestinos convidavam parentes e amigos a virem[...]. Tem início assim uma intensa onda migratória fazendo a ligação entre essa região e o Nordeste do país, especialmente o Estado do Rio Grande do Norte, de onde se origina a grande maioria de migrantes nordestinos que vieram para Ituiutaba. Nas décadas de 1950 e 60, os trabalhadores nordestinos chegaram em massa, à procura das novas e promissoras oportunidades que haviam sido anunciadas. Espalharam-se por essa vasta região trazendo seu modo de vida sua linguagem, [...]. (SILVA, 1996. p. 8)

Após décadas de correntes migratórias, que se adensaram a partir da década de 1960, é possível observar como a migração nordestina marcou a paisagem urbana da Ituiutaba. Ao adentrarmos no cotidiano dos moradores do bairro nos finais de semana, foi possível observar adultos aglomerados em esquinas onde se localizam bares e pequenas mercearias, o que não significa necessariamente o aumento do consumo nestes estabelecimentos, mas revela um ponto de encontro para conversa e jogos de baralho.

Entretanto, esses locais suprem a ausência de parques, centros de cultura e demais áreas de convivência e lazer para estes moradores. A ausência de locais e espaços criados, evidentemente, pelo poder público – a fim de valorizar a cultura nordestina, o lazer, o entretenimento, atividades esportivas ou quaisquer outros eventos desta natureza, é suprida pelo número expressivo de pessoas na rua: seja conversando, nas esquinas, em bares, ou jogando cartas, na quadra poliesportiva do CAIC, entre outros espaços. Estes são exemplos significativos da forma de organização das interações existentes no bairro, não se constituindo em situações isoladas ou individuais, mas sempre de maneira comunitária.

Um dos entrevistados, Luiz Sousa, 27 anos, alagoano, é bem enfático quanto à inexistência de um espaço voltado para as práticas culturais do migrante: “na cidade não tem centro cultural nordestino”. Essa é uma questão recorrente nas narrativas de todos os entrevistados. Como local de práticas esportivas para os homens foram apontados os campos de futebol enquanto

espaço de lazer e as áreas ribeirinhas, “os córregos”, uma vez que os espaços coletivos são em sua maioria privados, como bem aponta Luiz Sousa:

Gostaria muito de poder frequentar um clube, mas em Ituiutaba tem apenas clubes particulares e minha condição não permite que eu pague (Luiz Sousa).

Igor Batista tem 25 anos e tem, como Luiz Sousa, uma visão semelhante quando indagado sobre os espaços de lazer e práticas esportivas:

[...] as festas são diferentes. Em meus momentos de lazer gosto muito de jogar bola, sair pro rio e assistir jogos de futebol (Igor Batista).

José Everaldo tem 18 anos, é original do estado de Ceará, e apesar de ser o mais jovem entre os homens entrevistados tem como atividade de lazer a relação familiar:

[...] mas a coisa que eu mais gosto de fazer é ficar com minha filha, ela tem dois meses. No resto do tempo gosto de sair, jogar uma bola e trabalhar (José Everaldo).

Igor Batista divide com José Everaldo uma semelhança na trajetória de vida pois mesmo sendo jovem, tem dois filhos e por conta disso já é responsável por outros. Mas essa “obrigação” para ele é também um lazer:

Hoje fico boa parte do tempo em casa cuidado de meus filhos e da casa, passo boa parte do meu tempo vendo televisão ou navegando na internet (Igor Batista).

Cada um vive seus momentos de descanso e distração de forma particular, mas é importante ressaltar uma prática comum em todas as falas: a televisão é um meio de comunicação comum para todos, na medida que se trata de um veículo de entretenimento. Concordamos com Souza (2006) ao afirmar, por um lado, a esfera das escolhas de lazer, muitas vezes, está condicionada a condições materiais para torná-las práticas concretas incorporadas à vida do migrante. Por outro lado, os gostos também são produzidos a partir do universo sociocultural, não estando essa dimensão restrita a características puramente individuais, livres de qualquer influência do meio ou das condições sociais e econômicas nas quais se inserem o sujeito.

O universo sociocultural demonstrava-se mais evidente nas atividades de lazer, como, por exemplo, em bailes que ocorrem no Ituiutaba Clube aos finais

de semana, havia uma lógica excludente nestes espaços que pode ser verificada nas seguintes passagens de nossas entrevistas:

Os bailes era muito frequentado pelos migrantes. Mas, nós sabe que os tijuicanos não gostava deles frequentar os bailes, eles diziam que eram meio briguento e cê sabe, as moça não gostava de ir dança com alagoano, né? (Maria Amélia).

Principalmente em baile, as mulheres não aceitava muito alagoano, né? (...). Mas assim mesmo, cansei de ver eles [os tijuicanos] tirarem eles [os alagoanos] lá dos bailes. Tiravam os alagoanos do baile e daí saía briga, né? (...). Então tinha essas polêmica naquelas época de bailes. Em baile não aceitavam. No trabalho até às vezes acontecia de se misturar com as pessoas. Mas, nos baile não tinha né? De se misturar, era tudo separado, né! (Maria Amélia).

As características pelas quais os moradores nativos de Ituiutaba assinalam os migrantes nordestinos como “diferentes” são estabelecidas a partir do diferencial de poder de quem tem de fato a capacidade deliberativa de designar a alteridade (o outro) de acordo com seus interesses para manipular da forma como lhe convier. Segundo Hall (2009):

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, interiça, sem diferenciação interna (HALL, 2009, p. 109).

O processo de construção da identidade não é marcado por encadeamentos óbvios, mas atravessado por ambivalência. Em nosso estudo pudemos perceber que a população mineira não distingue um grupo de migrantes originado do Piauí de outro com origem em Alagoas. Porém, entre os migrantes, o elemento “origem” parece estabelecer certa hierarquia, uma vez que paraibanos, pernambucanos, maranhenses, cearenses, entre outros, quando chamados de “alagoanos”, imediatamente negam tal origem, indicando que eles recusam claramente a identidade de “alagoanos”, uma vez que ser do estado de Alagoas significa estar na base inferior dessa pirâmide hierárquica,

que estigmatiza o “outro” ao designar de forma valorativamente negativa sua origem.

Frente aos estigmas a que estão submetidos pelos “tijucanos”, os “alagoanos”, por ser um grupo heterogêneo, têm reações diversas e multifacetadas, pelos quais podem ser divididas entre dois subgrupos: os “alagoanos” migrantes sazonais, os “alagoanos” migrantes estabelecidos em Ituiutaba.

4.3 Os outsiders no olhar dos tijucanos

O estudo realizado por Norbert Elias e John L. Scotson (2000) intitulado *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*, apresenta aos seus leitores uma rara oportunidade de encontrar num estudo focado em uma pequena comunidade reflexões metodológicas e teóricas de amplo espectro para a pesquisa em ciências sociais.

Como o título assinala, trata-se de um estudo das relações de poder na comunidade de Winston Parva, próxima de Leicester – Inglaterra. Realizado no final dos anos 50 e início dos 60 pelo professor Norbert Elias interessado em tratar do problema da delinquência juvenil naquela localidade.

De um problema geral associado a altos índices de delinquência juvenil, os pesquisadores foram levados a refletir sobre questões que dizem respeito à própria sociedade. No centro de suas discussões estavam as relações de poder e de status no interior de uma comunidade. A investigação os levou a buscar explicar o porquê das diferenças de status e poder, enfrentando os desafios e limitações de um trabalho empírico num determinado microcosmo.

Em Ituiutaba, há uma divisão social que atravessa a cidade entre dois grupos heterogêneos que se antagonizam entre os “tijucanos” e os “alagoanos”, sendo que esses últimos comportam a figura do estranho, do migrante, do nordestino⁴⁵. Quando moradores migrantes do bairro Novo Tempo II foram ouvidos, compreendemos como a nomeação “alagoano” operada pelos tijucanos

⁴⁵ Os migrantes/imigrantes, segundo Bauman (2009, p. 79-80): “[...] representam a fragilidade e a precariedade da condição humana, e ninguém quer se lembrar dessas coisas horríveis todos os dias, coisas que preferíamos esquecer. Assim, por inúmeros motivos, os imigrantes tornam-se os principais portadores das diferenças que nos provocam medo e contra as quais demarcamos fronteira”.

máscara um preconceito evidente e fortemente naturalizado. Em nossas entrevistas foi possível verificar que para o “tijucano” não importa a naturalidade dos migrantes nordestinos, pois todos que migram para Ituiutaba são invariavelmente “alagoanos”.

O pessoal daqui não gosta de quem vem do Norte e chamam a gente de “alagoano” (Moisés - Pernambucano).

Ah! Quando vim para a cidade senti um pouco de preconceito, a sociedade é preconceituosa com o diferente (Alex Moura – Alagoano).

Não tenho uma relação muito boa com o povo daqui não, sinto um certo preconceito por eu ter vindo de fora (José Everaldo - Cearense).

Aqui chegando senti um preconceito muito grande principalmente por causa da língua (Luiz Sousa – Alagoano).

No processo simbólico em que a identidade do nordestino é construída, a identidade do mineiro de Ituiutaba também é, por oposição, fabricada – e fortalecida – frente ao “outro” recém-criado. Institui-se uma luta simbólica e discursiva pelo poder, por meio da qual a identidade local será normalizada e a identidade do nordestino negada, condenada ao estatuto de ser “o diferente”. Segundo Silva⁴⁶, esta relação assimétrica determinará qual o grupo social dominante e quem controlará o acesso aos bens sociais, estabelecendo-se hierarquias, quando determinado grupo passa a se representar como superior aos demais, emergindo-se preconceitos.

Os tijucanos tomam consciência de suas posições no mundo social quando mantêm relações de força com os “alagoanos”, classificam e nomeiam o outro de acordo com o seu capital simbólico (Bourdieu, 2001), que nada mais é do que as diversas posições de poder dos agentes, que determinam suas posições nos espaços sociais, e só é significativo quando conhecido e reconhecido por outros agentes.

O espaço social tem diversas dimensões, e isto é perceptível em Ituiutaba. Bourdieu (2001) elabora uma teoria sobre a estratificação social que vai além da perspectiva marxista que desvela a estrutura social de classes do capitalismo a partir de uma oposição dualista entre os proprietários dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho. O espaço social é multidimensional, um

⁴⁶ SILVA, Tomaz, Tadeu da (org). Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007.

conjunto aberto de campos relativamente autônomos, que não podem ser automaticamente subordinados às transformações no campo de produção econômica. Os ocupantes das posições dominantes e dominadas estão envolvidos em lutas de diferentes formas (mas não constituem necessariamente grupos antagonistas) (Bourdieu, 2001).

De acordo com Bourdieu (2001), quando o outro é categorizado, seja para ser elogiado, congratulado, louvado, apreciado, ou, ao contrário, para ser insultado, criticado, censurado, acusado, trata-se de um jogo em que se determina e se reconhece as próprias posições sociais. Apenas se reconhece a posição ocupada no espaço social na prática, a partir das relações sociais mantidas com os outros grupos sociais – portanto, a posição social nunca é algo garantido de forma estática ou unilateral.

4.3 A relação com as tecnologias

Todos os entrevistados relataram ter contato com tecnologias e fazer uso delas. Bauman (2012) traz uma contribuição para a discussão sobre usos e função da tecnologia, encarada tanto como ferramenta quanto como mercadoria. A partir desta ponderação, analisaremos as entrevistas. Segundo Bauman:

O mercado de consumo está adaptado à “cultura de cassino” líquida moderna, a qual, por sua vez, está adaptada às pressões e sedução desse mercado. As duas se harmonizam bem e se alimentam mutuamente. Para não desperdiçar o tempo de seus clientes ou se apossar de suas alegrias futuras e ainda imprevisíveis, os mercados de consumo oferecem produtos destinados à pronta, devorarão de preferência de uma única vez, com rápido descarte e reposição, de modo que o espaço vital não fique atravancado quando os objetos hoje admirados e cobiçados saírem de moda. Os clientes, confusos diante da assombrosa variedade de ofertas e do ritmo vertiginoso com que elas mudam, não podem mais confiar na facilidade de aprender e memorizar; assim, devem aceitar (e aceitam com gratidão) as garantias de que o produto atualmente em oferta é “a coisa”, “o quente”, “o must”, “aquilo com o que (ou dentro do que) se deve ser visto” (BAUMAN, 2012, p. 23).

Cada um dos migrantes entrevistados relatou ter telefone celular e televisão, fazem uso da internet em espaço privado ou público. Durval Pereira, 19 anos, ressalta a dificuldade do acesso à tecnologia a medida que este objeto de consumo tem um valor e este valor não torna possível o acesso a todo indivíduo.

Tenho uma relação muito boa com a tecnologia, uso celular e computador, em casa tenho computador, mas como não tenho internet, é caro, vou muito usar a biblioteca da UFU, quando tenho dinheiro vou a Lan-House (Durval Pereira).

A partir da narrativa do entrevistado podemos relacionar com Bauman (2012), ao afirmar a tecnologia e a informação são mercadorias e apenas com uma situação econômica equilibrada o indivíduo tem condição de fazer uso “livre” desta mercadoria. Quando consideramos o trabalho de Silva (1996), temos também uma compreensão das necessidades de busca por signos de distinção social que vão além do fetiche da posse, que na época da realização da pesquisa da referida autora, podiam ser o rádio, a caneta esferográfica, ou até mesmo a propriedade singela de um chaveiro. Assim, para o migrante a possibilidade de ter algo que representa um signo de distinção social pode ser um sinal de mudança de condição:

[...] conseguiu economizar NCr\$ 10 durante cinco meses de trabalho, obteve uma folga e foi à cidade onde comprou um rádio e outras coisas sem utilidade imediata. Justificou a sua compra dizendo que “Tenho que comprar um rádio. É pra ir matando a saudade do Norte com as músicas” [...] Com isso não sobrou nenhuma economia para retornar, pois não havia pensado nessa possibilidade, preferindo o consumo. Apesar das precárias condições de vida oferecidas pelo patrão ele não pareceu se importar. Além do rádio, o chaveiro e a caneta esferográfica que comprou, embora não tivesse chaves e nem soubesse escrever, parecia dar a ele uma ilusão de prosperidade (SILVA, 1996, p. 44).

José Everaldo relata ter e fazer uso de tecnologia, e aponta para a dificuldade e custos da mesma: “Tenho telefone celular e televisão em casa, mas internet só uso na Lan-House”. De forma semelhante Igor Batista: “Uso internet pelo celular, tenho televisão em casa”. Todos estes entrevistados, quando não estavam sendo gravados, relataram a dificuldade em adquirir estas tecnologias, mas lembravam a importância dos mesmos pois se tratava de ter uma distração para enfrentar as dificuldades. José Everaldo e Igor Batista declaram possuir televisão, celular e computador com internet em casa e fazer uso constante destas tecnologias.

Não é possível afirmar que ter acesso ao equipamento tecnológico tem o intuito de suprir uma necessidade impulsionada pelo fetiche, mas seja para o migrante seja para o tijuquano, trata-se de uma forma de estar inserido numa sociedade capitalista, na qual o “ter” também lhe qualifica na condição de “ser”, e traz a sensação e bem estar junto aos seus.

4.4 A educação escolar

Para Bauman (2012), a educação escolar é um dos fatores fundamentais para se alterar a condição material e social dos sujeitos, para poder viver em uma sociedade em que realmente seja possível ao indivíduo ter condições materiais e sociais para vivenciar a realidade de educação de forma plena e desta forma ter possibilidade de realmente mudar sua condição. Uma sociedade onde realmente a educação seja tratada também como item de primeira necessidade:

Levou mais de dois milênios, desde que os sábios da antiga Grécia inventaram a noção de paidea, para que a ideia de “educação por toda a vida” se transformasse de paradoxo (uma contradição em termos) em pleonismo (como “manteiga amanteigada” ou “ferro metálico”). Essa notável transformação ocorreu muito pouco tempo atrás, nas últimas décadas, em consequência do ritmo radicalmente acelerado da mudança no cenário social dos dois principais conjuntos de atores da educação: professores e alunos (BAUMAN, 2012, p.12).

Em perspectiva semelhante, Sposito (2005) assevera que a escola é um importante espaço formativo para a juventude brasileira. A instituição escolar é um espaço que, ao se expandir, constitui como um lugar de intensificação e abertura das interações com o outro, e, portanto, caminho privilegiado para ampliação da experiência de vida dos jovens, que culmina com sua inserção no mundo do trabalho. Cada um dos depoentes tem sua visão particular sobre o quesito educação.

O migrante João Pedro de 25 nos retrata seu entendimento sobre o tema:

Se eu não tivesse começado a trabalhar cedo ajudando tanto em casa poderia ter estudado mais. Tive que deixar os livros para poder trabalhar, hoje está mais difícil. Moro com minha mãe e pago aluguel. Já tentei o ENEM por duas vezes e ainda não consegui passar.[...] Percebo as diferenças e dificuldades presentes na sociedade brasileira. Quem tem uma condição financeira melhor está sempre um passo a frente, cursos como medicina são um sonho para o pobre. É uma vergonha para mim não ter entrado numa faculdade. Acabei deixando o estudo de lado para trabalhar e pagar as contas. Neste momento eu não vivo, apenas sobrevivo. É uma realidade que quero mudar [...] Eu penso que a formação para professor é um curso que o cara tem que gostar muito, é muito desvalorizado. Um motorista tem apenas a quarta série e uma carteira e ganha muito mais. [...] Para ser gari hoje tem que ter ensino fundamental, o sistema seleciona as pessoas (João Pedro).

A visão que o mesmo expõe não deixa de conter uma verdade presente dentro da sociedade brasileira, e avança de forma bastante clara sobre a função e uso da educação num projeto de equiparação social. O jovem chama a atenção pela desvalorização da profissão docente. Segundo o entrevistado é uma carreira para aqueles que “gostam muito”.

O segundo entrevistado José Everaldo tem uma visão bastante particular sobre o tema educação: “Entendo educação como sendo respeito, aos amigos e a família, escola para mim é a base de tudo” (José Everaldo). O entrevistado Durval tem uma visão bastante próxima da visão de José Everaldo: “Educação para mim é a questão do respeito, já escola tem a função de ensinar” (Durval). O jovem José Everaldo ainda está estudando. Concilia estudo e trabalho. Em seu relato ele nos expõe a diferença entre a escola de seu local de origem e a cidade de Ituiutaba: “Sobre educação entendo se tratar sobre respeito. Escola já é outro assunto, é onde a gente adquire conhecimento”. (José Everaldo). “Aqui encontrei uma escola diferente da de lá. Aqui é bem mais difícil.” O entrevistado Igor Batista não diferente dos outros entrevistados em sua fala, também expõe um particular entendimento sobre o quesito educação e mais ainda nos traz em sua fala a preocupação não apenas com sua educação, mas também da de seus filhos, além de uma visão sobre a juventude e educação:

Aqui em Ituiutaba eu encontrei um sistema educacional muito melhor do que o que tinha lá em minha terra natal. Mas esta longe do ideal, sei que em outras cidade existem sistemas de ensino é educação bem melhores do que os que tem aqui. [...]Uma das minha maiores preocupações é a saúde e educação do meus filhos, o futuro deles. [...] Sendo jovem é mais fácil estudar, trabalhar e ter liberdade, quando a idade se vai, isso fica bem mais complicado (Igor Batista).

Cada um dos entrevistados relata seu entendimento particular sobre a temática, as dificuldades que vivenciaram e vivenciam dentro da escola e a importância da mesma em seu processo de formação pessoal. Dentro da discussão levantada um dos pontos que foi recorrente nas narrativas foi o papel da escola na formação dos jovens e consequentemente na formação para o trabalho. Cada um a sua maneira relatou que a mesma seria uma ferramenta a ser utilizada para o mercado de trabalho. As falas dos entrevistados levanta um questionamento não apenas sobre a visão particular dos mesmos, mas sobre as condições de todo o sistema educacional brasileiro. De forma geral,

fundamentados nas narrativas, podemos notar uma valorização do estudo como uma promessa futura, uma forma de garantir um mínimo de créditos para ter possibilidade de conseguir um lugar no mercado de trabalho. Concordamos com Guimarães e Silva Júnior (2012) quando afirmam que a escola continua a ser um espaço de enorme importância para a formação dos jovens.

4.5 O mundo do trabalho

O migrante tem papéis sociais diferentes nos dois espaços. Ao voltar para as terras de origem, quando bem-sucedido nas lavouras de cana no Triângulo Mineiro recebe um novo status, uma diferenciação social e cultural. Destaca-se em seu mundo tradicional quando se apropria do moderno a partir de bens simbólicos e materiais⁴⁷. Ainda no “mundo moderno” em que migrou, a relação é inversa. Os aspectos de seu cotidiano não estão absolutamente desprendidos do modo de vida de sua terra natal (portanto, um modo de vida tradicional e camponês). A relação vertical com os tijucanos é tensa, e é por isto que o migrante sazonal torna-se introspectivo, mantendo apenas no dia-a-dia relações horizontais (com o seu próximo e semelhante), seja a partir de laços de confiança e obrigações mútuas, seja nas brincadeiras ou, ainda, nas relações conflituosas, na disputa de território e espaço no trabalho, na verdadeira malha social construída e reproduzida nos corredores de cana.

Sobre isso Martins (1988), ao falar das migrações, mostra, com muita clareza, o processo de transformação que acontece na vida do camponês, quando toma contato com a cultura urbana:

Pode-se dizer, com razão, que ele se torna escravo da miséria, tendo perdido a tosca fartura de camponês. Mas apesar disso, entra num circuito de relações sociais, mediadas pelo dinheiro, que rompem ou, ao menos, comprometem a dependência pessoal. Nessa realidade, materialmente negativa, esse é o lado positivo. É na trama dessa contradição que o trabalhador migrante cresce e aprende, ganha nova perspectiva, alarga sua visão de mundo, suas relações sociais, sua consciência de si e dos outros (MARTINS, 1988, p. 07).

Por um lado, o recorte temporal e espacial deste trabalho permitiu construir uma análise com maior abrangência, demonstrando as continuidades,

⁴⁷ Quando por exemplo voltam de boné, “ray-ban” e celular, bens materiais típicos do modo de vida urbano e, portanto, do “moderno”. Aqui existe uma dupla associação do tradicional e do moderno.

as discontinuidades e as múltiplas dimensões da mobilidade espacial da população, com diferentes sujeitos, com condicionantes e motivações singulares, com funcionalidades distintas do território que participaram em cada pedaço de espaço e de tempo, isto é, em cada período, dos contextos e das relações de solidariedades e de conflitualidades.

Portanto, essa duração de tempo e de espaço pode não proporcionar uma visão mais detalhada e com maior ênfase sobre alguns aspectos da migração, como, por exemplo, um maior desdobramento de compreensão da migração, que um estudo com “maior” recorte temporal e espacial talvez pudesse proporcionar. Fica aí uma dentre outras possibilidades que essa pesquisa suscitou e poderá ser problematizada para outro estudo.

Neste contexto, o trabalhador migra pelo fetiche e status que a mercadoria e o papel moeda oferecem, pois é condição de reprodução social (talvez não seja só isso, mas pela condição de trabalho que a migração oferece – nessa frase toda a ênfase está colocada no consumo).

Trabalhando consegui o dinheiro pra comprar minha casa, sustentar minha família e cuidar da minha família. O trabalho é tudo pra mim e minha família (Isaias).

Eu não sei como é que conseguia fazer tudo isso. Eu mesmo me admiro de mim mesmo. Tem que trabalhar muito, e como trabalhar, tinha pra sobreviver, né? Eu trabalhava, fazia de tudo. Meu marido fazia as coisa, mas eu ajudava em tudo, fazia de tudo no que tinha que fazer, precisava, né? Sempre trabalhei. (...) Eu gosto de trabalhar. Eu não gosto de ficar parada. A gente trabalhando passa o dia que nem vê. Porque se a gente fica parado, fica pensando coisa que não deve, fica pensando besteira (Jordana Lima).

Ah, o trabalho pra mim é tudo. É a maneira de garantir o sustento da família e comprar o que preciso pra viver (Jonas).

O trabalho representa renda pra comprar as coisas que eu, minha mulher e filhos precisam (Expedito).

O que eu trabalhei na minha vida. Pelo amor de Deus! Trabalhei muito, tudo na roça, os meus filhos mais velho também, trabalharam muito na roça. O meu velho [marido] trabalhava de mais! Nossa (...) Coitado do velho, trabalho demais, sempre trabalhou muito (Florinda Viera).

Como enuncia Castel (1998), os trabalhadores migrantes deixam a zona de vulnerabilidade que os obrigava a viver “cada dia com o que nele ganhou”, e que somente permitia a satisfação das necessidades mais prementes, e passam

a ter acesso ao desejo, cuja condição social de realização está além da urgência da necessidade. Nas palavras do autor:

Ou seja, essa forma de liberdade que passa pelo domínio da temporalidade e se satisfaz no consumo de objetos duráveis, não estritamente necessários. O “desejo de bem-estar”, que incide sobre o carro, a moradia, o eletro-doméstico etc., permite – gostem ou não os moralistas – o acesso do mundo operário a um novo registro de existência (CASTEL, 1998, p 432).

A análise de Durham (1984; 2004) também segue uma direção similar de Castel (1998). De acordo com a autora,

[...] o sucesso da migração não parece ser avaliado, em última análise, em termos da natureza da ocupação, mas do nível de consumo. Os trabalhadores acham que a migração foi um sucesso quando passam a “viver melhor”, “ter mais conforto”. A posse de utilidades domésticas [...] é sempre motivo de orgulho, mas a prova mais palpável de haverem vencido na vida consiste na aquisição da casa própria (DURHAM, 2004, p. 197).

Sendo assim, o consumo não se reduz mais somente à satisfação das necessidades básicas para a sobrevivência, visto que a classe trabalhadora passa a ter acesso a um consumo de massa. O salário passa a permitir a compra dos mais variados itens: roupas, eletrodomésticos, telefones celulares e até mesmo motocicletas. O que antes, muitas vezes, ficava circunscrito na imaginação desses homens e mulheres, hoje se tornou possível.

Pode-se observar que o trabalho é um importante signo social de qualificação e desqualificação de si e dos outros. Se as apreensões negativas sobre os migrantes “alagoanos” elaboradas pelos tijucanos, conforme relato dos primeiros, passam necessariamente por avaliações morais em torno do trabalho, os próprios migrantes “alagoanos” também usam o trabalho para desqualificar os “tijucanos”, como na fala de Manuel sobre sua avaliação de que eles trabalham pouco:

Eles (os tijucanos) trabalham meio poco. Enxada, esses negócio não conhecia, era só foice e machado e arado então nem se fala; cortar cana também não. Nós, pro cê vê, além de ir cortar cana, nós produzia tudo, tudo! Nós só ia pro mercado pra comprar querosene, açúcar nós fazia também, melado, rapadura, nós faz, produz de tudo! (Manuel Oliveira).

Porque quando chegava migrantes aqui e ia morá perto de um tijucano, mas não ia fazer amizade mesmo com ele, porque eles diziam que a gente não queria trabalhá, então cê não podia fazer amizade com uma

peessoa que não gostava né? Então com o tempo o tijuicano se muda, não dava certo, os migrantes são trabalhador, né? (Manuel Oliveira).

Eu sofro discriminação sim. Na empresa (ClimaferAr) onde eu trabalho os tijuicanos dizem que gente rouba o trabalho do pessoal daqui (Francisco).

Muitos alegaram que a população local sente-se prejudicada com a vinda dos migrantes, alegam que o migrante ocupa postos de trabalho, aceita receber um valor mais baixo pelo serviço prestado e por conta disso a população local perde emprego ou têm que sujeitar a receber menos. Porém uma análise mais detida pode sugerir as dificuldades de lidar com o “diferente”. Segundo Candau (2002) o Brasil foi construído com uma base multicultural muito forte. As relações interétnicas têm sido uma constante ao longo da nossa história. Uma história dolorosa principalmente aos grupos considerados diferentes. Para Bauman (1999), a história da formação das sociedades modernas está marcada por uma guerra à diferença e aos diferentes, seja pela eliminação física dos “estranhos”⁴⁸ via genocídio, seja pela eliminação simbólica da “estranheza” via assimilação. Nesse sentido, no microcosmos do Bairro Novo Tempo II, os jovens migrantes são sujeitos considerados fora da “normalidade”, são os “outros”. Sobre “normalidade”, Bauman declara:

Normalidade é um nome ideologicamente forjado para designar a maioria. Que mais significa ser “normal” além de pertencer à maioria estatística? E que mais significa “anormalidade” senão pertencer a uma minoria estatística? Falo de majorias e minorias porque a ideia de normalidade presume que algumas unidades de um agregado não se ajustam à “norma”; se 100% das unidades portassem as mesmas características, dificilmente surgiria a ideia de “norma”. Portanto, as ideias de “norma” e “normalidade” presumem uma dessemelhança: a divisão do agregado numa maioria e numa minoria, em “a maior parte” e “alguns”. A “forja ideológica” que mencionei refere-se a sobrepor o “deve ser” ao “é”; não apenas certo tipo de unidades compõe a maioria, mas elas são “como deveriam ser”, “corretas e adequadas”; inversamente, os que carecem dos atributos em questão são “o que não deveriam ser”, “errados e inadequados”. A passagem de “maioria estatística” (uma declaração de fato) para “normalidade” (uma decisão avaliativa) e de “minorias estatísticas” para “anormalidade” atribui uma diferença de qualidade à diferença numérica: estar na minoria implica inferioridade (BAUMAN, 2012, p. 42).

A partir das considerações de Bauman (2012) é possível concordar com Silva (2000) ao asseverar que normalizar é eleger, arbitrariamente, uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras

⁴⁸ Termo utilizado por Bauman ao se referir aos grupos minoritários, os outros, os diferentes.

identidades são avaliadas e hierarquizadas. É também atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação à quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. Dessa forma, a identidade normal é “natural”, desejável, única, não é uma identidade, mas a identidade. Assim, os migrantes fogem à norma, são os outros, inferiores.

O preconceito em relação ao nordestino é histórico na cidade de Ituiutaba. Segundo Silva (1996), estes pré-conceitos foram construídos historicamente na região:

O nordestino, com o seu jeito de ser e de viver, foi recebido pelo mineiro com reserva e uma dose de desconfiança. A incompreensão quanto às diferenças culturais, transformou-as em barreiras erguidas pelo preconceito. Conceitos errôneos eram formulados e disseminados de boca em boca por toda a região, formando opinião sobre o outro, que era mantido à distância. Esses conceitos nortearam, por muito tempo, as relações entre mineiros e nordestinos (SILVA, 1996, p. 8).

De fato a reestruturação das atividades do complexo canavieiro em Ituiutaba favoreceu a exposição de problemas sociais brasileiros: a migração de grupos humanos; a exploração de trabalhadores livres pobres; o preconceito de origem geográfica, as diferenças socioeconômicas entre regiões, o analfabetismo e as barreiras impostas aos grupos de trabalhadores que são obrigados a migrar em busca de inserção no mercado de trabalho.

Essa condição em que os pobres foram pensados, segundo SARTI:

Coloca-os numa posição “como se sua identidade fosse ou devesse ser construída exclusivamente a partir de sua determinação de classe, ou de outro ponto de vista, como se suas ações fossem ou devessem ser motivadas pelos interesses em satisfazer suas necessidades materiais, uma vez que eles foram definidos por sua carência básica. A determinação de classe dos pobres que vivem na cidade, embora defina sua posição estrutural na sociedade onde se inserem como pobres, não constitui a única referência a partir da qual operam e constroem sua explicação do mundo e do lugar que nele ocupam (SARTI, 1996, pp. 20-21).

João Perreira, maranhense de 34 anos e migrante sazonal há três anos porque tem o sonho de comprar uma moto, relata:

Aqui é cidade, tem dinheiro, dá pra comprar uma moto, pra andar de tênis, mas eu sou pobre e prefiro morar na terra da gente (Risos). Porque a gente nasce lá. Porque a gente nunca se esquece da terra que se nasceu [...]; sem família é a mesma coisa que nada (João Perreira).

No entanto, não se sente parte integrante de Ituiutaba, sendo tomada pelo estranhamento e saudade de sua terra, saudade esta que é parte constituinte do homem camponês migrante. Assim como outros trabalhadores maranhenses, não sente que pertence ao mundo que migra. Porque são parte constituinte de sua cultura e terra natal, onde a lógica tradicional e camponesa já recebe a influência dos símbolos do urbano, seja a partir da migração existente da sua terra natal há mais de 10 anos que possibilitou a interação de culturas, seja a partir das imagens da televisão, meio de entretenimento entre os moradores de sua terra natal.

Este capítulo buscou compreender os diversos aspectos da sociedade tijucana, capaz de oprimir e marginalizar os migrantes nordestinos, que há décadas fazem parte de seu espaço social. Frequentemente conhecidos como excluídos, na verdade estão absolutamente inseridos nos processos de produção capitalista, como também nas relações sociais e culturais das cidades, onde procuram a sobrevivência. No entanto, em ambos os casos, estes trabalhadores migrantes estão em desvantagem, estão sob o domínio de um poder simbólico que constantemente os oprime.

A região do Pontal historicamente criou uma demanda por mão de obra e consequentemente recebeu, ao longo da história, migrantes de outras regiões. É possível afirmar que o migrante veio ocupar uma função que havia previamente sido demandada. No olhar do tijucano se construiu uma ideia sobre a presença do migrante, essa ideia tendo cunho subjetivo ou objetivo desqualifica o migrante enquanto sujeito social com participação ativa dentro da cidade. Pouco se levantou e considerou sobre este trabalhador ocupar um espaço no mercado de trabalho. A partir desta demanda aberta o espaço social deveria se organizar para dar conta de suprir as necessidades deste cidadão brasileiro.

A partir desta ação podemos compreender que esta pode ser uma ação para se proteger. Os “alagoanos” quando questionamos sobre a temática preconceito tentaram naturalizar este tipo de comportamento. Podemos pensar essa atitude como sendo uma forma de resistência a ação praticada, à medida que quando naturaliza-se uma ação ela pode ser vista como algo menos violento em nossa realidade. E uma forma de dominação em que os próprios dominados incorporam a classificação simbólica da dominação, naturalizando-a. Então,

naturalizar o preconceito é o sintoma de que a violência simbólica teve eficácia, ou seja, o próprio dominado naturalizou a dominação.

Em todas as entrevistas evidencia-se que aspectos da cultura dos migrantes não é algo levado em consideração. Mesmo com a cidade vivenciando mais ou menos setenta anos dentro do processo de migração, não foram criados espaços para as manifestações culturais. Porém, por meio das narrativas dos jovens migrantes, observamos que eles usam táticas para manterem vivas algumas de suas tradições. Aproximam-se dos conterrâneos e, por residirem nos mesmos bairros, promovem encontros para reviverem suas culturas. Por outro lado, frequentam espaços sociais e culturais dos mineiros. E, mesmo que de forma inconsciente, é promovida uma “circularidade” de culturas. Mas, além destas questões defendemos espaços de memória e culturas produzidas para e com os migrantes.

Foi possível compreender o papel do migrante em Ituiutaba, foi necessário desvendar todo o contexto em que este agente social estava envolvido e, essencialmente, suas relações com os que chamamos de “tijucanos”.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Examinar o crescimento da produção sucroenergética na Microrregião de Ituiutaba é também um exercício de compreensão, de modo geral, do processo de ampliação do setor no território brasileiro, no qual tem seu fortalecimento na primeira década do século XXI, com a viabilização da expansão da produção por meio do financiamento do etanol pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003/2010), no mercado externo.

O Estado brasileiro, em suas distintas escalas de desempenho, tende a atuar na criação de políticas endereçadas às empresas e ao seu crescimento na produção, deixando de lado as contradições territoriais deste processo. De um lado, a inclusão do cerrado nas políticas do Estado oferece aos países ditos “desenvolvidos” matéria-prima agrícola e mineral. De outro, as contradições desse desenvolvimento causam impactos ambientais e sociais como, por exemplo, poluição, contaminação da água, desmatamento, além dos impactos sociais: concentração da propriedade privada da terra, precarização do trabalho, deslocamentos populacionais, transformação culturais.

Entendemos que a solidificação da economia do agronegócio canavieiro no Brasil se consolida às custas de um processo de exploração da terra e do trabalho no mais cruel e arcaico modelo de desenvolvimento. Deste modo, o modelo de desenvolvimento, a destruição dos biomas e a escravização pelo trabalho escravo, foram condições para o modelo de exploração no território brasileiro.

O perigo para os trabalhadores do corte de cana, segundo os relatos apresentados, se aproxima de circunstâncias objetivas que estão acontecendo, ou aconteceram, em silêncio manifesto materializado em uma narrativa enunciada em uma série de sentimentos e definições. Na rotina entre alojamento e talhão, a percepção do perigo permanece presente em discursos no dia-a-dia, pode-se examinar a construção desta compreensão remetente a uma realidade construída historicamente e sob uma estabelecida base social. Dito isso, o trabalho no talhão de cana ligado ao desgaste físico, ritmo, fadiga, vigilância sobre a produção, expropriação do trabalho, dentre outros, tornam-se condições banais àqueles que se viram e se veem forçados a reproduzir um estilo de vida, sob a nomeação estigmatizante de “alagoanos”.

A prática o perigo está nas curvas de nível do talhão, na palha da cana, no transporte da turma, na exploração do trabalho, no desnível dos sulcos, em suas roupas, na narrativa dos trabalhadores - é destinada as consequências dos raios solares, à chuva sobre o corpo . Assim, buscamos estabelecer a trajetória dos indivíduos desta pesquisa, a partir de um olhar que privilegiasse o contraste da precarização do trabalho entre alojamento e talhão de cana. Ao examinar as condições de trabalho e moradia, tendo como experiência social à representação e a tentativa de aproximar a percepção vivida por esses homens.

O trabalho por produção, individual e concorrente nesta perspectiva, demonstra-se como uma prática disciplinadora do corpo do trabalhador canavieiro que deve se habituar ao peso de sua carga de trabalho e não pode fazer nenhuma crítica, apenas permanecer na ação do trabalho. Deste modo, o empenho dessa atividade conduz a um saber fazer que permite discriminar o bom cortador de cana e o ruim. Portando, a recusa ao trabalho ou qualquer reflexão crítica sobre as condições de trabalho colocadas pelos trabalhadores no corte de cana, ou então, a discórdia com os mediadores do processo de produção, demonstram a relação entre submissão e insubmissão no talhão, faz-se presente pelos métodos de controle. Em função disso, as procuras daqueles trabalhadores canavieiros, mesmo não obtendo uma produção alta, não se recusam a pegar em eito para trabalhar e serem valorizados e reconhecidos pelos empreiteiros para contratá-los para uma nova safra.

Desta maneira, as denúncias sobre a precarização dos trabalhadores canavieiros⁴⁹ e da expressiva presença da agroindústria canavieira na “Lista Suja do Trabalho Escravo”⁵⁰ levam as seguintes questões ao Ministério do Trabalho: cortar as benfeitorias e investimentos estatais a empresas, mesmo sem entrar na “Lista Suja”, mas não efetivação dos pagamentos dos trabalhadores em dia, deixando atrasar por vários meses, a exigência na produtividade extremamente perigosa à saúde e os alojamentos dos migrantes em condições degradantes? Por que não beneficiar e investir no

⁴⁹ Rede Brasil atual: Exploração do trabalhador ainda é grande nos canaviais, diz estudo Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2010/07/exploracao-do-trabalhador-ainda-e-grande-nos-canaviais-diz-estudo> > acessado em 03 de novembro de 2018.

⁵⁰ Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo. Disponível em: http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/3c9be672-0d87-41b9-9306-502840027548/Lista+Suja+MTb+10.4.2018.pdf?MOD=AJPERES&CVID=maNDL-e > acessado em 03 de novembro de 2018.

desenvolvimento da agricultura familiar nas regiões onde as populações são expulsas do seu território de origem? O desafio em relação a esse recorte da realidade, uma lógica desnaturalizante a primazia do capital e do desenvolvimento no território brasileiro.

Com a crise global iniciada nos estados Unidos em 2008, precipitou-se o processo de falência do grupo João Lyra, desencadeando o fechamento das agroindústrias canavieiras Vale e Triálcool na microrregião de Ituiutaba. As duas empresas já apresentavam dificuldades financeiras, uma vez que o grupo João Lyra havia dado sinais de falência ao deixar de pagar os funcionários por mais de três meses. Diante disto, os desdobramentos negativos na vida dos trabalhadores canavieiros foi a perda dos empregos, e as dificuldades para pagar as contas e se alimentar, e assim, migrar para outras regiões em busca de encontrar emprego e condições de sobrevivência.

Já o desempenho do sindicato dos trabalhadores canavieiros não conseguiu garantir os direitos dos trabalhadores, as negociações não tiveram frutos positivos e os salários dos trabalhadores ainda não foram efetivados em função da frouxidão da justiça do trabalho em fazer cumprir a lei para o grupo João Lyra e restituir os canavieiros, pois as duas empresas do Grupo localizadas na microrregião de Ituiutaba foram leiloadas. A empresa Vale do Paranaíba, de Capinópolis, pertencente à Massa Falida⁵¹ Laginha, foi vendida por R\$ 206.358.000 pelo Grupo Japungu, atuante no ramo do açúcar e do etanol e possuidora de usinas na Paraíba (PB) e em Goiás (GO). A empresa Triálcool foi leiloadada no dia 08 de dezembro de 2017 por R\$ 133.826.220. A empresa foi comprada pela Companhia Mineira de Açúcar e Álcool (CMAA).

A compreensão dos motivos, causas, desdobramentos e implicações da migração dos trabalhadores canavieiros enquanto processo social foi realizada mediante a articulação entre referencial teórico sobre a questão, amplamente utilizado para o entendimento da migração no território brasileiro, e a pesquisa empírica realizada com os trabalhadores da cana.

⁵¹ A massa falida de uma empresa é formada no momento da decretação de sua falência, e consiste no acervo do ativo e passivo de bens e interesses do falido, que passam a ser administrados e representados pelo síndico. Segundo boa doutrina, a massa falida divide-se em massa ativa (créditos e haveres) e massa passiva (débitos exigíveis pelos credores).

A partir do que aqui foi apontado é imprescindível destacar como a migração dos trabalhadores canavieiros revela as contradições da realidade econômica política e social brasileira na contemporaneidade. O entendimento destas contradições atravessa as trajetórias e experiências daqueles envolvidos nesses movimentos com os mais diferentes propósitos, respondendo a demandas por trabalhadores de vigor físico como principal característica na procura por ocupação.

Os resultados das entrevistas no bairro Novo Tempo II estão presentes a partir das análises sobre a violência simbólica operada a partir da distinção entre “tijucanos” e “alagoanos”. Outrossim, foi possível examinar as relações dos migrantes com as tecnologias, educação e

Assim foi possível mapear as expressões e articulações políticas presentes no bairro e esclarecedores de tantas especificidades relacionadas às suas redes de contatos e aos seus aspectos identitários, amplamente definidos nesta pesquisa.

No âmbito do Complexo Agroindustrial Canavieiro, os migrantes formam um amplo conjunto de atividades marcantes na economia brasileira, evidências não somente das possibilidades de inserção ocupacional de trabalhadores pouco qualificados, mas ainda do seu lugar nos projetos desenvolvimentistas. É importante o entendimento crítico da sua realidade em função de interesses acadêmicos, mais especialmente para auxiliar a politização do debate sobre os rumos do país e a real democratização das relações econômicas, políticas e sociais.

As implicações decorrentes deste processo de desenvolvimento do setor sucroenergético no Triângulo Mineiro não tem relevância para o poder público, pois o mesmo não tem se comprometido em compensar os resultados dos impactos sociais e ambientais. Observa-se o impacto na valorização e concentração fundiária, substituição de culturas e práticas decorridas da agricultura familiar e degradação das condições de trabalho. Os inúmeros problemas ambientais do setor sucroenergético são degradação dos solos, contaminação dos lençóis freáticos, desmatamento, queimadas, poluição. Todo esse impacto em nome do desenvolvimento econômico do agronegócio e ampliado no início do século XXI.

Chegar ao fim desta dissertação não foi fácil, pois exigiu articular de modo claro as informações e interpretações de todos os capítulos, que nasceram e se desenvolveram em períodos distintos da pesquisa. Contudo, suas referências bibliográficas, métodos e dados quantitativos se juntaram em benefício de um objetivo principal: desenvolver uma reflexão, a partir de dinâmicas sociais diversas, decorrentes do fluxo de migração após 1990, sobre os impactos do setor agroindústria canavieira na vida e no trabalho dos cortadores de cana de origem nordestina.

Os capítulos apresentados foram construídos nos aspectos que me chamaram mais atenção nesta pesquisa. Significa longos anos dedicados à interpretação das falas, dos gestos, das fotografias. O exercício desta pesquisa iniciada em 2011 como um trabalho artesão, muitas foram às dores, os cansaços, os descontentamentos, a vida e o coração presenteado de alguns calos. Nesta pesquisa compartilho experiências e sentimentos, sejam no trabalho de campo ou na convivência na academia, pois é a contradição da dor e da alegria proporcionada por meio deste trabalho. Levarei comigo esta contradição por toda vida e agora escrevo as considerações finais de uma dissertação, me indagando se este estudo realmente cessa e sou capaz de suportar o sentimento órfão por seu fim proporcionado.

Ao examinar cuidadosamente os conceitos, temas e objetivos que me acompanham desde a graduação, tenho a impressão de estudar um movimento em expansão. Esta dinâmica me permitiu compreender e explicar melhor os temas estudados, e ao mesmo tempo descobrir relações tão ocultas que um pesquisador imaturo não consegue desvelar.

Neste momento, são poucas considerações finais a serem feitas, pois me sinto a utilizar este último parágrafo para fazer verdadeiramente meu anseio: agradecer pela oportunidade de estudar um tema tão caro à minha subjetividade, sobretudo, agradecer aos homens e mulheres que me emprestaram suas experiências de vida para que a minha própria vida ficasse mais clara, aberta e intensa.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores de cana? – **Saúde e Sociedade** v.15, nº 3, p. 90-98, set-dez 2006, disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>>. Acesso em: 21 janeiro. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902006000300008>
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, BOITEMPO, 1991.
- ALBDOURADO. Empresa é acusada de calote milionário no Pontal do Triângulo. **UIPI** Notícias Economia. Ituiutaba, 2012. Disponível em:<<http://itba.com.br/empresa-e-acusada-decalote-milionario-no-pontal-do-triangulo/>>. Acesso em: 12 jul. 2017.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 2. ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.
- BAUMAM, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BACCARIN, J. G. **A constituição da nova regulamentação sucroalcooleira**. São Paulo: Ed. UNESP ; Brasília, DF: Ed. UnB, 2002. (Cadernos do Cean, 22).
- BACCARIN, José Giacomo; GEBARA, José Jorge; BORGES FILHO, Júlio César; BARA, Janaína Gagliardi. **Avanço da mecanização da colheita de cana-de-açúcar e alteração na composição da ocupação sucroalcooleira no estado de São Paulo, entre 2007 e 2010**. In: 49º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2011, Belo Horizonte. Anais do 49º Congresso da SOBER, 2011.
- BELIK, W. **Agroindústria processadora e política econômica**. 1992. 219 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- BELIK, W. **Agroindústria processadora e política econômica**. Tese (Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas) - Campinas, SP: [s.n.], 1992. p. 219.
- BECKER, Olga M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná E. et al. (Org.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 320 – 367.
- BITENCOURT, Daniel Pires; RUAS, Álvaro César; MAIA, Paulo Alves. Análise da contribuição das variáveis meteorológicas no estresse térmico associada à morte de cortadores de cana. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n.1, jan. 2012.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2014.

BOYD, Monica. Family and personal networks in international migration: recent developments and new agendas. **International Migration Review**, [s.n.], v. 23, n. 3, p. 638-670, 1989.

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. v. 3, p. 83-132.

BRAY, Sílvio C; FERREIRA, Enéas R; RUAS, Davi G. G. **As políticas da agroindústria canavieira e o PROÁLCOOL no Brasil**. Marília: Unesp Marília Publicações, 2000.

BRANDÃO, C. A. **Triângulo Mineiro: capital comercial, geopolítica e agroindústria**. 1989. 183 f. Dissertação. (Mestrado em Ciências Econômicas) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARVALHO, C. P. O. Novas estratégias competitivas par ao novo ambiente Institucional: o caso do setor sucroalcooleiro em Alagoas 1990/ 2001. In: MORAIS, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. (Org.) **Agroindústria canavieira no Brasil: evolução, desenvolvimento e desafios**. São Paulo: Atlas, 2002.

CARDOSO, Haroldo Junior Martins. **Análise da mobilidade populacional entre os municípios de Carmo do Rio Claro – MG e Santaluz – BA**. 2014. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/TCCHAROLDO.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2014.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTELL, M. **O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Tradução Gerhardt Klaussb. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes,

COSTA, M. L. O. **Setor sucroalcooleiro: da rígida intervenção ao livre mercado**. São Paulo: Método, 2003.

_____. La géograaphie culturelle. In: MAIA, Doralice Sátyro. A geografia e o estudo dos costumes e das tradições. **Terra Livre**. São Paulo, n.16, p. 71-98. 1º semestre/2001.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. **A estância metamorfoseou-se: (re) configurações temporais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha Gaúcha (1990-2007)**. 2009. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia cultural: passado e futuro: uma introdução. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 49-58. (Série Geografia Cultural).

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 9-18.

_____. Decreto nº 2.661 de 8 de julho de 1998. **Dispõe sobre a Regulamentação do parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências**.

D'INCAO M. C. **A questão do bóia-fria**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DAMIANI, Amélia. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

DELGADO, G. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas: Ed UNICAMP, 1985.

DELGADO, G. C.; CARDOSO Júnior, J. C. Universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 1990. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. (Org.). **Transformações da agricultura e políticas públicas**. Brasília, DF: IPEA, 2001. Cap. 11, p. 418-440.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas: Papirus, 2001.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1987.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1984

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994a.

FABRINI, João Edmilson. **A posse da terra e o sem-terra no sul do Mato-Grosso do Sul**: o caso Itaquirai. 1996. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. A. (Org.). **Por uma educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 24. ed. São Paulo: Nacional, 1991.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Maria Tereza Souza (Coord.). **Atlas escolar de Sergipe**: espaço geo - histórico e cultural. João Pessoa: Editora Grafset, 2007.

GATTI, Bernadete A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1992.

GUEDES, S. N. R.; GALLO, Z.; MARTINS, L. A. T. P. Passado, presente e futuro da agroindústria canavieira do Brasil: Uma reflexão a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: MORAIS, M. A. F. D.; SHIKIDA, P. F. A. (Org.) **Agroindústria canavieira no Brasil**: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 14, p. 308-324.

GUIMARÃES, L. C. **Luta pela terra, cidadania e novo território em construção**: o caso da Fazenda Nova Santo Inácio Ranchinho Campo Florido - MG (1989-2001). 2002. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

GUILLEN, Isabel C. M. Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica. In: Helenilda Cavalcanti; Joanildo Burity. (Org.). **Polifonia da miséria**: uma construção de novos olhares. Recife: Editora Massangana, 2002.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik. Belo Horizonte: EdUFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

OLIVEIRA, A.U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **A relação capital: trabalho na agroindústria sucroalcooleira paulista e a intensificação do corte mecanizado: gestão do trabalho e certificação ambiental**. 2003. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente.

PESSOA, Vera Lucia Salazar. **Ação do estado e as transformações agrárias no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba - MG**. Rio Claro: IGCE - UNESP, 1988.

PEDONE, Claudia. El potencial del análisis de las cadenas y redes migratorias en las migraciones internacionales contemporáneas. In: CATAÑO, J. G; LÓPEZ, C, M. (Ed.). III CONGRESO SOBRE LA INMIGRACIÓN EN ESPAÑA. CONTEXTOS Y ALTERNATIVAS. **Actas...** Granada: Laboratorios de Estudios Interculturales, Vol. II, 2002, p. 223-235.

_____. El trabajo de campo y los métodos cualitativos: necesidad de nuevas reflexiones desde las geografías latinoamericanas. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n. 57, 1 de febrero de 2000a. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-57.htm>>. Acesso em: 25 set. 2008.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1344/sn2000.4.186>

_____. Globalización y migraciones internacionales: trayectorias y estrategias migratorias de ecuatorianos en Murcia, España. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Universidad de Barcelona, n. 69, v. 49, 1 de agosto de 2000b. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69.htm>>. Acesso em: 25 set. 2008.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1344/sn2000.4.257>

_____. **Tu siempre jalas a los tuyos**: cadenas y redes migratorias de las familias ecuatorianas hacia España. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Autônoma de Barcelona: Barcelona, 2003.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

IANNI, Otávio. **Uma longa viagem**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n1/V16n1a09.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Contagem da população:** Ituiutaba - MG, 2014. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>. Acesso em: 08 set. 2014.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta, 1980.

KAGEY AMA, Angela **A modelização, produtividade e emprego na agricultura:** uma análise regional. Tese (Doutorado em Economia) - Campinas, Instituto de Economia / UNICAMP, 1986.

KAGEY AMA, Angela A. et al. **A Dinâmica da agricultura Brasileira:** 965/1985. Campinas: UNICAMP, 1987.

KOSSOY, B. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LANNA, A. L. D. **A transformação do trabalho**. Campinas: Ed UNICAMP, 1988.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde:** trabalho e desgaste operário. São Paulo: Editora HUCITEC, 1989.

LOURENÇO, E. A. S. Alienação e agravos à saúde dos trabalhadores no setor sucroenergético. In: _____. NAVARRO, Vera Lúcia. **O avesso do trabalho III:** saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

LOURENÇO, E. Â. S.; BERTANI, I. F. The work and health process in the sugar cane industry in Franca, Brazil. **International Social Work**, [s.n.], set.10, p. 1-13, 2010.

LOPES, Antonio Herculano; CALABRE, Lia. **Diversidade cultural brasileira**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 47-86. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/poslit>>. Acesso em: maio de 2010.

MARTINS, Dora; VANALLI, Sônia. **Migrantes**. São Paulo: Contexto, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MASSEY, Douglas et al. Social structure, household strategies, and cumulative causation of migration. **Population and Development Review**, [s.n.], 1990, 128 p.

MATOS, R.; BRAGA, F. Redes geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço. In: MATOS, R. E. da S. (Org.) **Espacialidades em rede:** população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. p. 111-154.

MATOS, Ralfo; BRAGA, Fernando. Redes sociais, redes territoriais e migrações. XIV Encontro nacional de estudos populacionais, ABEP. **Anais...** Caxambú-MG – Brasil, 20-24 de Set. de 2004.

MATOS, Patrícia F. **As tramas do agronegócio nas “terras” do Sudeste Goiano**. 2011. 355 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

MACHADO, Carlos. **O migrante**. 2008. Documentário. Disponível: <http://www.youtube.com/watch?v=63i0l3lYpy0&feature=mfu_in_order&list=UL> Acesso em: 10 abr. 2013.

MAIA, Doralice Sátyro. A geografia e o estudo dos costumes e das tradições. **Terra Livre**, São Paulo, n.16, p. 71-98. 1º semestre/2001.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba: migração, família e reprodução da força-de-trabalho**. 1985. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.

MENDES, José Manuel Oliveira. O. O desafio das identidades. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 503-540.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do Sudeste goiano**. 2004. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, Maria Luisa; PITTA, Fábio T; XAVIER, Carlos Vinicúus. A agroindústria canavieira e a crise econômica mundial. In: **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

MORAES, M. A. F. D. Desregulamentação da agroindústria canavieira: novas formas de atuação do estado e desafios do setor privado. In: SHIKIDA, P. F. A. (Org.) **Agroindústria canavieira no Brasil**: evolução, desenvolvimento e desafios. São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 1, p. 2141.

MUÑOZ, H.; OLIVEIRA, O. de. A migração interna na América Latina: exposição e crítica sobre algumas análises. Trad. Hélio A. de Moura. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Migrações internas**. Fortaleza: BNB, v.1, p. 577-609, 1980. (Original espanhol).

NAVARRO, V. L. **Trabalho e trabalhadores do calçado**: a indústria calçadista de Franca (SP): das origens artesanais à reestruturação produtiva. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOVAES, José Roberto Pereira. **Dores e febres nos canaviais paulistas**. Revista Estudos Avançados, v.21, n.59, p.167-177, 2007.

NOVAES, José Roberto Pereira; ALVES, Francisco José da Costa (Orgs.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. L. Apresentação. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 7-13. (Série Geografia Cultural).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SADER, Emir. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988..

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SALIM, Celso A. **Migração: o fato e a controvérsia teórica**. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** São Paulo, ABEP, v. 3, 1992. p.119-144.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida *et al.* **Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar**. Cadernos de saúde pública. v. 1, n. 15, jan. - mar. 1999.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1999000100015>.

_____. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. A. de; SILVEIRA, Maria L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 15-20.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAUER, Carl Ortwin. Geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 19-26.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Douglas. **A reinvenção do espaço**: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

DOI: <https://doi.org/10.7476/9788539303397>

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e território: reflexões sobre a migração. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. da. **Redes, sociedades e territórios**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007. p. 51-78.

SADER, Emir. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto alegre, RS: EST Edições, 2003.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ITUIUTABA/MG. **Porcentagem de alunos migrantes nas escolas municipais de Ituiutaba-MG**. Disponível em:

<<http://www.ituiutaba.mg.gov.br/antigo/?c=noticias&i=62&t=Not%C3%ADcias&pg=>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. As andorinhas nem cá, nem lá: recursos visuais na pesquisa social. **Caderno Ceru**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 29-45, 1988.

SILVA, Armando Corrêa da. **O espaço fora do lugar**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, J.G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed UNICAMP, 1996.

SILVA, Dalva. M. de O. **Memória**: lembrança e esquecimento: trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. Dissertação (Mestrado em Historia) - São Paulo, PUC-SP, 1997.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. Contribuições metodológicas para análise das migrações. In: HEIDEMANN, Heinz Dieter; SILVA, Antonio da Silva. **Migração**: nação, lugar e dinâmicas territoriais. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007, p 67-78.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. **Trabalho e trabalhadores na região do mar de cana e rio de álcool**. Encontro Trabalhadores Canavieiros: Educação, Direito, Trabalho. São Carlos, UFSCar, 2005.

DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i2p2-39>

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MENEZES, Marilda Aparecida de. **Migrações rurais no Brasil**: velhas e novas questões. [S.l.: s.n.], 2006. mimeo.

_____. **Em busca do passado para reconhecer o presente**. Disponível em: <http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&catid=39%3Aartigos&id=147%3Aem-busca-do-passado-para-conhecer-o-presente-&option=com_content&Itemid=78>. Acesso em: 26 abr. 2014.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUZA, Sônia Maria Ribeiro de. **Agronegócio, discurso e hegemonia do capital**: reforma agrária e luta de classes no campo. 2010. 184 p. Relatório de Qualificação (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2010.

SOUZA, Adriano A. A dimensão geo-histórica do industrial nipo-brasileiro no contexto do oeste paulista. In: SPOSITO, Eliseu S. et al. (org.). **Geografia e migração**: movimentos, territórios e territorialidades. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 177-199.

SCOPINHO, Rosemeire et al. Novas tecnologias e saúde do trabalhador: a mecanização do corte da cana-de-açúcar. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 147-161, jan./mar. 1999.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1999000100015>

TILLY, Chalie. Transplanted networks. In: Virginia Mclaughlin (Ed.) **Immigration reconsidered**: history, sociology and politics. Oxford university press: New York, 1990.

THOMSON, Alistair e outros. **Os debates sobre memória e história**: alguns aspectos internacionais in AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta Moraes. Usos e Abusos da História Oral. (cap 6 – p. 65- 91).

THOMAZ JÚNIOR, A. **A territorialização do monopólio**: as agroindústrias canavieiras em Jaboticabal. 1989. (Dissertação de Mestrado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

THOMAZ JR, A. O Agrohídronegócio no Centro das Disputas Territoriais e de Classe no Brasil do Século XXI. **Campo-Território**, v. 5, p. 92-122, 2010.

VIAN, C. E. F. **Agroindústria canavieira**: estratégias competitivas e modernização. Campinas: Átomo, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. **A abordagem cultural da geografia**. [20--]. Disponível em:
<<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/viewFile/28/46>>.
Acesso em: 13 ago. de 2014.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Conceitos gerais, evolução e apresentação do sistema agroindustrial. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. p.1-21.

ANEXO 1 – Termo de apresentação do pesquisador e consentimento do uso das informações coletadas nas entrevistas



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CIÊNCIAS SOCIAIS**



**O LADO AMARGO DA CANA: ESTUDOS SOBRE TRABALHADORES
MIGRANTES NO SETOR DO AGRONEGÓCIO CANAVIEIRO NO PONTAL
DO TRIÂNGULO MINEIRO**

Prezado (a) Senhor (a),

Meu nome é Daniel Feo Castro de Araújo, aluno regularmente matriculado, nº 11712csc002, no curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia, estou realizando pesquisa acadêmica com objetivo de recolher informações sobre as condições de vida e trabalho de pessoas residentes em Ituiutaba, procedentes de estados da região nordeste. Com o intuito de analisar os processos de migração para microrregião de Ituiutaba, MG. Os dados obtidos pela pesquisa serão utilizados na elaboração de trabalho de dissertação de curso de pós-graduação em Ciências Sociais.

ANEXO 2: Roteiro da entrevista**FICHA DE ENTREVISTA****I – Dados do entrevistado:**

Nome: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

Data de Nascimento: __/__/__ Local de nascimento: _____

Escolaridade: _____

Estado Civil: _____

Filhos: _____

Profissão (atual): _____

II - Informações sobre a situação anterior a vinda para Ituiutaba:

O senhor senhora residia no meio rural ou na cidade?

Qual o tipo de trabalho realizava antes de vir para Ituiutaba?

O senhor(a) era assalariado? Tinha propriedade?

III – Informações sobre a vinda para em Ituiutaba:

Quais foram os motivos que motivaram a vinda para Ituiutaba?

Em que ano o senhor (a) veio para o município de Ituiutaba?

Qual foi o meio de transporte o senhor(a) utilizado na viagem para Ituiutaba?

O que motivou a senhor(a) a vir para Ituiutaba?

Qual o primeiro trabalho que conseguiu ao chegar em Ituiutaba?

IV - Experiencia vivida em Ituiutaba

Quantas pessoas residem na casa?

Qual é o grau de escolaridade?

Atualmente o senhor(a) senhora está empregado? Que tipo de trabalho realiza?

Quais são as condições de trabalho?

() Adequadas

() Não adequadas

A senhor(a) sentiu que houve um tratamento diferente por se tratar de uma pessoa de fora?

Qual o primeiro local que a senhora ficou quando chegou a Ituiutaba?

Quais são os hábitos (comida, dança, música) que a senhora mantém de sua Terra Natal?

O que senhor(a) encontra em Ituiutaba que faz lembrar de seu lugar de origem?

Quais as atividades que a senhor (a) mais gosta de fazer nos momentos de lazer?

Por que o senhor(a) escolheu morar no bairro Novo Tempo II?

A senhor (a) conhece muitas pessoas de Ituiutaba? Entre estas pessoas, existe alguma que faz parte da vida do senhor(a) desde que a senhora chegou à cidade?

Na sua opinião como é a relação entre tijucanos e as pessoas de origem nordestina?

O senhor(a) sente vontade de voltar para sua terra natal? Por que?

O que costuma fazer nos momentos de lazer?

Existe na cidade algum lugar que o senhor(a) senhora se sente mais a vontade?

ANEXO 3: Questionário
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Prezado (a) Senhor (a),

Meu nome é Daniel Feo Castro de Araújo, aluno regularmente matriculado, nº1171CSC002, no curso de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, estou realizando pesquisa acadêmica com objetivo de recolher informações sobre as condições de vida e trabalho, educação de pessoas residentes em Ituiutaba, procedentes de estados da região norte e nordeste.

Os dados obtidos pela pesquisa serão utilizados na elaboração de trabalho de dissertação de curso de pós-graduação em Ciências Sociais.

QUESTIONÁRIO

I – Dados do Questionário:

Nome:

Endereço:

Telefone: _____ E-mail:

Data de Nascimento: __/__/__ Local de nascimento:

Estado Civil:

Filhos:

Profissão (atual):

Escolaridade:

(X) Analfabeto

(X) Ensino Fundamental

(X) Ensino Médio

Atualmente o senhor (a) senhora está empregado? Que tipo de trabalho realiza?

A quanto Tempo o Senhor trabalha no corte manual da cana-de-açúcar?

É com carteira assinada? Se sim. Qual o tipo de contrato: safrista (temporário) ou por tempo indeterminado (trabalha na safra e na entressafra)?

Qual é a opinião do senhor com relação a mecanização?

Qual a duração da jornada diária de trabalho?

Quantos dias por semana o senhor trabalha no corte da cana?

Qual era rendimento mensal do senhor na Usina?

Qual é o rendimento mensal do senhor na profissão atual?

O senhor ainda tem algum valor para receber com relação ao seu acerto de contas com a usina?

